

Índice

Índice.....	1
Índice de Tabelas.....	3
Índice de Gráficos.....	4
Índice de Figuras.....	5
Índice de Mapas.....	5
Introdução.....	6
Metodologia.....	8
1 - Os Equipamentos Colectivos.....	10
1.1 - A Importância dos Equipamentos Colectivos no Planeamento.....	10
1.2 - A Carta Educativa.....	11
1.2.1 - Conceitos e Objectivos.....	11
1.2.2 - Enquadramento Legislativo.....	12
1.2.3 - Política Educativa Municipal.....	14
1.3 - Rede Escolar – Critérios de Planeamento.....	16
1.3.1- Educação Pré-Escolar.....	16
1.3.2 - Ensino Básico.....	17
1.3.3 - Agrupamento de Escolas.....	19
1.3.4 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano.....	20
2- Caracterização do Município de Sousel.....	21
2.1. Enquadramento Regional.....	21
2.2- Análise Demográfica.....	25
2.2.1 - Distribuição da População.....	40
2.2.2 - Projecções Demográficas.....	44
2.3 - Actividades Económicas.....	45
2.4 – Análise Social.....	51
3 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo.....	53
3.1 - A procura da educação e do ensino.....	53
3.1.1- Educação pré-escolar.....	56
3.1.2 - 1º Ciclo do ensino básico.....	58
3.1.3 - 2º e 3º ciclos do ensino básico.....	61
3.1.4 - Ensino e Educação Especial.....	64
3.1.5 – Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano.....	67
3.2 - Cenário Prospectivo da População Escolar até ao ano lectivo 2010/11.....	71
3.3 - A oferta de educação, ensino e formação.....	77
3.3.1 - Educação Pré-escolar.....	79
3.3.1.1 - Caracterização física do parque escolar.....	81
3.3.1.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente.....	84
3.3.1.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação.....	87
3.3.2. - 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	89
3.3.2.1 - Caracterização física do parque escolar.....	90
3.3.2.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente.....	94
3.3.2.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação.....	96
3.3.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	98
3.3.3.1. - Caracterização do parque escolar.....	99
3.3.3.2. - Segurança, Acessibilidade, Corpo Docente.....	101
3.3.3.3. - Capacidade e Taxas de Ocupação.....	103

4 - Diagnóstico da Situação Educativa no Município de Sousel	104
4.1 - Taxa de cobertura	104
4.2 - Taxa Bruta de Escolarização	105
4.3 - Taxas de Aproveitamento, Taxas de Reprovação e Taxas de Abandono	106
5 - Propostas de Ordenamento da Rede Escolar.....	113
5.1 – Proposta de Construção de uma nova EBI/JI em Sousel.....	115
5.2 – Propostas para a EB1 de Santo Amaro	115
5.3 – Propostas para a EB1/JI de Casa Branca	116
5.4 – Propostas para a EB1/JI do Cano.....	117
5.5 – Propostas para o JI de Santo Amaro	118
5.6 – Proposta de melhoria do acesso a Novas Tecnologias de Informação.....	118
6 - Monitorização	120
6.1 - Processo de Monitorização	120
Bibliografia	122
ANEXOS	123
Anexo A – Critérios de Planeamento	124
Anexo B – Critérios de planeamento: Ciclos de Ensino.....	126
Anexo C – Propostas de Reordenamento.....	142
Anexo D – Legislação Consultada	155
Anexo E – Inquérito efectuado às escolas	157

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Tipologias Estabelecimentos de Ensino Básico.....	18
Tabela 2 – Evolução dos efectivos populacionais na sub-região do Alentejo Central	32
Tabela 3 – Evolução dos efectivos populacionais - Sousel	32
Tabela 4 – Evolução dos índices-resumo na sub-região do Alentejo Central	34
Tabela 5 – Evolução dos índices-resumo - Sousel.....	34
Tabela 6 – Índices-resumo nas freguesias - Sousel, em 2001	35
Tabela 7 – Evolução da população, por lugares e freguesias - Sousel.....	41
Tabela 8 – Evolução da distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares - Sousel....	42
Tabela 9 – Área, densidade populacional e distribuição da população residente na sub-região do Alentejo Central e no município de Sousel.....	43
Tabela 10 – Projecções da população - Sousel.....	44
Tabela 11 – Evolução da distribuição da população activa segundo o sector de actividade, por freguesias - Sousel	47
Tabela 12 – Evolução da distribuição da população residente do sector terciário nas freguesias - Sousel	48
Tabela 13 – Empresas com sede na região, segundo a CAE – Ver. 2, 31-12-2000	50
Tabela 14 – Empresas com sede na região, segundo a CAE – Ver. 2, 31-12-2000 – Indústria transformadora.....	50
Tabela 15 – Distribuição numérica dos alunos, por estabelecimento de ensino – Sousel.....	54
Tabela 16 – Número de formandos inscritos nos cursos da educação extra-escolar no ano lectivo 2005/06 – Sousel	70
Tabela 17 – Rede de equipamentos de educação e ensino – Sousel, em 2005/06	77
Tabela 18 – JI's de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação	81
Tabela 19 – JI's de Sousel: Instalações, Ano de Construção e Estado de Conservação	82
Tabela 20 – JI's de Sousel: Instalações Complementares	83
Tabela 21 – JI's de Sousel: Redes de Comunicações.....	84
Tabela 22 – JI's de Sousel: Dispositivos de Segurança	85
Tabela 23 – JI's de Sousel: Tempos de deslocação pedonal e de transporte camarário	86
Tabela 24 – JI's de Sousel: Docentes e Auxiliares	87
Tabela 25 – JI's de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação .	88
Tabela 26 – EB1's de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação	90
Tabela 27 – EB1's de Sousel: Instalações, Ano de Construção, Projecto e Estado de Conservação	91
Tabela 28 – EB1's de Sousel: Instalações Complementares	92
Tabela 29 – EB1's de Sousel: Redes de Comunicações.....	93
Tabela 30 – EB1's de Sousel: Dispositivos de Segurança	94
Tabela 31 – EB1's de Sousel: Tempos de deslocação.....	95
Tabela 32 – EB1's de Sousel: Docentes e Auxiliares	96
Tabela 33 – EB1's de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação	97
Tabela 34 – EB2/3 de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação	99
Tabela 35 – EB2/3 de Sousel: Instalações, Ano de Construção e Estado de Conservação.....	99
Tabela 36 – EB2/3 de Sousel: Instalações Complementares.....	100
Tabela 37 – Redes de Comunicações (Telefone, Computadores e Ligação à Internet).....	101
Tabela 38 – EB2/3 de Sousel: Dispositivos de Segurança.....	101
Tabela 39 – EB2/3 de Sousel: Tempos de deslocação	102
Tabela 40 – EB2/3 de Sousel: Docentes e Auxiliares.....	102
Tabela 41 – EB2/3 de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação	103
Tabela 42 – Gastos Totais com Acção Social Escolar e Educativa em 2004 pela C.M. Sousel...	111
Tabela 43 – Alunos transportados pela CM Sousel para a EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes	111
Tabela 44 – Alunos transportados pela CM Sousel para as Escolas Secundárias em Estremoz.	112

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população residente – Sousel.....	26
Gráfico 2 – Evolução da população residente nas freguesias – Sousel	27
Gráfico 3 – Evolução da variação da população nas freguesias – Sousel	28
Gráfico 4 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural - Sousel.....	29
Gráfico 5 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural - Sousel.....	29
Gráfico 6 – Evolução da natalidade nas freguesias - Sousel.....	30
Gráfico 7 – Estrutura etária da população nas freguesias - Sousel, em 2001	33
Gráfico 8 – Pirâmide etária – 1960	37
Gráfico 9 – Pirâmide etária – 1970	37
Gráfico 10 – Pirâmide etária – 1981	38
Gráfico 11 – Pirâmide etária – 1991	38
Gráfico 12 – Pirâmide etária – 2001	39
Gráfico 13 – População activa segundo o sector de actividade, em 1991.....	46
Gráfico 14 – População activa segundo o sector de actividade, em 2001.....	46
Gráfico 15 – Natureza jurídica e forma de exploração das explorações agrícolas – Sousel, em 2001	48
Gráfico 16 – Constituição da SAU – Sousel, em 2001	49
Gráfico 17 – População residente, segundo o nível de ensino atingido e sexo.....	51
Gráfico 18 – População residente, por freguesia, segundo o nível de ensino atingido	52
Gráfico 19 – Evolução do número de inscritos por ciclos de ensino – Sousel.....	55
Gráfico 20 – Evolução do número de alunos da educação pré-escolar – Sousel	57
Gráfico 21 – Número de Alunos no Pré-escolar, por idades – Sousel (2005/06)	57
Gráfico 22 – Evolução do número de alunos no 1º ciclo do ensino básico – Sousel.....	59
Gráfico 23 – Número de Alunos no 1º Ciclo, por anos de escolaridade – Sousel (2005/06).....	60
Gráfico 24 – Evolução do número de alunos no 2º ciclo do ensino básico – Sousel.....	61
Gráfico 25 – Evolução do número de alunos no 3º ciclo do ensino básico – Sousel.....	62
Gráfico 26 – Número de Alunos nos 2º e 3º Ciclos, por anos de escolaridade – Sousel (2005/06).....	63
Gráfico 27 – Alunos NEE – Sousel (2005/06)	65
Gráfico 28 – Número de alunos NEE por tipo de deficiência – Sousel (2005/06)	66
Gráfico 29 – Evolução do número de alunos do ensino recorrente – Sousel	69
Gráfico 30 – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel	72
Gráfico 31 – Projecção do número de crianças inscritas no pré-escolar até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel	73
Gráfico 32 – Projecção do número de crianças inscritas no 1º ciclo até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel	74
Gráfico 33 – Projecção do número de crianças inscritas no 2º ciclo até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel	74
Gráfico 34 – Projecção do número de crianças inscritas no 3º ciclo até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel	75
Gráfico 35 – Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, entre 2000/01 e 2003/04.....	107
Gráfico 36 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 1º ciclo do ensino básico, por estabelecimentos de ensino.....	108
Gráfico 37 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 2.º ciclo do ensino básico, na EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes	108
Gráfico 38 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 3.º ciclo do ensino básico, na EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes	109

Índice de Figuras

Figura 1 – JI Santo Amaro	79
Figura 2 – EB1/JI de Sousel	79
Figura 3 – EB1/JI de Cano.....	79
Figura 4 – EB1/JI de Casa Branca	79
Figura 5 – JI de Santa Casa da Misericórdia.....	80
Figura 6 – EB1/JI de Sousel	89
Figura 7 – EB1/JI de Cano.....	89
Figura 8 – EB1/JI de Casa Branca	89
Figura 9 – EB1 de Santo Amaro.....	89

Índice de Mapas

Mapa 1 – Enquadramento do município de Sousel nas NUTS II e III.....	22
Mapa 2 – Freguesias e lugares - Sousel.....	23
Mapa 3 – Rede rodoviária e ferroviária principal - Sousel	24
Mapa 4 – Rede pública de estabelecimentos de ensino no município de Sousel	78

Introdução

“ A Escola, enquanto centro das políticas educativas, tem assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com a nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança.”

(Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, Preâmbulo)

A elaboração de Cartas Educativas é fundamental para qualquer Município por se tratar de um “instrumento dinâmico de planeamento e gestão que integra conceitos de carácter pedagógico e de ordenamento do território” devendo, portanto, integrar o seu Plano Director Municipal – PDM.

O presente documento tem como principal objectivo caracterizar o Sistema Educativo do Município de Sousel, elaborar um diagnóstico da rede educativa e, conseqüentemente, indicar um conjunto de propostas para o seu reordenamento, sobretudo na educação Pré-Escolar e Ensino Básico, isto é, a escolaridade obrigatória.

Actualmente, a educação é um dos temas centrais da sociedade. A necessidade de formar/educar os recursos humanos em prol de um desenvolvimento local faz parte dos interesses de qualquer Município e daí a crescente necessidade de recorrer a este instrumento: Carta Educativa (CE). Porém, esta temática não é somente pensada à escala local. Em Março de 2000, na Cimeira de Lisboa, foi requerido ao Conselho da Educação Europeu um reflexo sobre os futuros objectivos de um Sistema Educativo e, como resultado, foram apontadas pistas de acção passíveis de traduzir novas políticas educativas para os Estados-Membros. As pistas de acção foram as seguintes:

- A educação deverá objectivar o desenvolvimento do indivíduo nas suas múltiplas facetas, contribuindo para a sua realização enquanto ser humano.
- A educação deverá contribuir para a redução das disparidades e injustiças entre os indivíduos.
- A educação deverá garantir o crescimento da economia, nomeadamente através da disponibilização das qualificações socialmente necessárias às empresas e aos empregadores.

Nesta perspectiva é ainda recomendado pela Comissão desenvolver:

- A qualidade nos sistemas de educação – Garantir a qualidade dos sistemas de educação e formação de adultos é um passo fundamental para atingir os objectivos enunciados.
- A eficácia no uso dos recursos – Apesar do aumento de despesas documentado em todos os países membros, relativas ao Sistema Educativo, é necessária uma avaliação da qualidade do conteúdo efectivamente disponibilizado por esse sistema, garantindo o melhor uso dos recursos físicos e financeiros e a melhor qualidade dos recursos humanos.
- Redes para uso de recursos – Urge a criação de redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados. Não só as redes são importantes para troca de informação acerca de boas práticas, como a própria informação deve ser tratada como um recurso vital na educação.
- Sistemas de garantia de qualidade – Os sistemas de garantia de qualidade dos estabelecimentos e processos de ensino e da formação, são fundamentais em toda esta problemática. As técnicas de avaliação da qualidade requerem um esforço de formação por parte de professores e gestores dos estabelecimentos escolares, mas traduzem-se numa experiência enriquecedora para todos os envolvidos e, claro, numa efectiva melhoria do desempenho da instituição e da utilização dos recursos.
- Parcerias locais – A realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objectivos e políticas educativas de cada estado membro, conscientes de que estamos inseridos numa sociedade de globalização crescente. A participação da administração regional e local na definição de políticas de educação locais (bem como a respectiva monitorização), não só é desejável como efectivamente recomendada. O apoio das empresas locais e o envolvimento das autarquias é um dado a reter.

Outro dos pilares de referência no planeamento educativo é o “Pacto Educativo para o Futuro” onde se afirma “ a educação é um assunto de todos” o que significa que a comunidade do município deve estar representada nas várias fases do processo de elaboração da Carta Educativa.

A Câmara Municipal de Sousel (CMS) expressa, neste documento, um compromisso de actuação contínua em prol do desenvolvimento de um Projecto Educativo, com base na desejada responsabilização partilhada do processo por todos os cidadãos desta comunidade.

Metodologia

A presente Carta Educativa foi estruturada com base nos elementos indicativos do “Manual para a Elaboração da Carta Educativa” elaborada pelo Departamento de Avaliação de Prospectiva e Planeamento (DAPP) do Ministério da Educação (ME). Este documento é composto por seis etapas distintas mas, obrigatoriamente, relacionadas entre si. Para cada fase foi necessário recorrer a diferentes fontes bibliográficas de acordo com o objectivo pretendido.

A primeira fase consiste num breve enquadramento teórico e legislativo da CE e, portanto, além do já referido “manual” foi também consultada a seguinte bibliografia: “Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos”.

Depois de realizado o enquadramento teórico foi necessário proceder à recolha de informação, cartográfica e estatística, que permitiu caracterizar o município sob o ponto de vista demográfico, social e económico. Nesta segunda fase, as fontes utilizadas foram:

- Instituto Nacional de Estatística: Recenseamentos Gerais da População, Estimativas Demográficas, Anuários Regionais.
- Câmara Municipal de Sousel.
- Instituto Geográfico Português: Cartografia

A terceira fase refere-se à evolução e caracterização do Sistema Educativo e, para tal, foram analisadas duas importantes componentes: procura e oferta. No caso da procura, foram solicitados vários dados e, em muitos dos casos, houve até necessidade de contactar entidades. Os dados utilizados provém assim de diversas fontes, tais como:

- Instituto Nacional de Estatística: Recenseamentos Gerais da População, Estimativas Demográficas, Anuários Regionais.
- Câmara Municipal de Sousel
- Instituto Geográfico Português: Cartografia
- Direcção Regional de Educação do Alentejo
- Inquérito Indirecto¹ denominado “Levantamento do Parque Escolar”

¹ O referido inquérito encontra-se em Anexo.

Importa ainda referir, que neste ponto foram realizadas projecções demográficas até 2010/11 para os diferentes ciclos de ensino, de modo, a constatar a evolução do número de alunos e, assim, programar os equipamentos escolares. As projecções apresentadas foram baseadas nas projecções realizadas pela DREA – “Projecções Demográficas da População Escolar, Alentejo”. Para analisar a oferta houve também necessidade de utilizar alguma bibliografia, porém, e porque nenhuma instituição, directamente, relacionada com a educação possuía dados que permitissem caracterizar esta vertente foi necessário recorrer ao já referido Inquérito Indirecto – “Levantamento do Parque Escolar”.

O passo seguinte (quarta fase) consiste num confronto entre oferta e procura resultando, desse confronto, um diagnóstico da situação real. Nesta fase passa-se a conhecer as reais potencialidades e debilidades do actual Sistema de Educação através da análise das taxas de cobertura, escolarização; aproveitamento, repetência e abandono. Para realizar este diagnóstico foi necessário pedir alguns dados junto das Juntas de Freguesia e, ainda, consultar uma publicação da DREA – “Evolução de Aproveitamento; Região Alentejo”.

Com base neste diagnóstico e, atendendo às projecções efectuadas, são apresentadas um conjunto de propostas (quinta fase) que norteiam o reordenamento da rede escolar do Município – o principal objectivo de uma Carta Educativa.

A última fase consiste na constante avaliação do plano relativamente ao sistema, ou seja, consiste em determinar formas que permitam monitorizar e, conseqüentemente, manter actualizado o Sistema Educativo do Município.

Convém, no entanto, salientar vários aspectos importantes para perceber o modo como este documento foi estruturado e organizado. Assim, no que respeita a peças gráfica verifica-se que:

- Todos os gráficos presentes neste documento encontram, em anexo, a sua respectiva tabela;
- Os dados recolhidos foram tratados em folhas de cálculo Excel;
- Os mapas elaborados têm por base a cartografia do IGP e foram, posteriormente, tratados em ambiente SIG através do software Arc View 3.1.
- Nem sempre existe coincidência de dados (os dados provenientes da DREA não coincidem com os dados indicados no Inquérito, nomeadamente, no que respeita ao número de alunos por estabelecimento de ensino).

1 - Os Equipamentos Colectivos

1.1 - A Importância dos Equipamentos Colectivos no Planeamento

Em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo, dois dos principais objectivos a atingir são a melhoria das condições de vida das populações e a distribuição equilibrada das várias funções, nomeadamente, a habitação; o trabalho; a cultura e o lazer.

Os equipamentos colectivos, ou seja, “edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações” (DGOTDU, 2002) são determinantes na estruturação do tecido urbano e social e, além disso, contribuem decisivamente para a sua valorização e qualificação. Deste modo, os equipamentos colectivos podem considerar-se elementos polarizadores do espaço e funcionam como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A programação, a criação e manutenção dos equipamentos e serviços públicos deve procurar atenuar as assimetrias existentes, tendo em conta as necessidades das populações, as acessibilidades, entre outros factores. Porém, os equipamentos colectivos não se limitam à satisfação das necessidades das populações, porque são também um importante contributo para as funções centrais das áreas urbanas, basta ter como exemplo uma universidade, que gera por si só deslocações (pendulares ou outras) de trabalhadores e utentes.

Assim, os equipamentos colectivos devem ser considerados a diferentes escalas de planeamento territorial, tendo de ter sempre em conta os vários conceitos e critérios de programação² e também as políticas e meios que necessitam à posteriori envolver. Deve enveredar-se pela integração das diferentes unidades de equipamento e atender à área envolvente de forma a evitar ou minimizar eventuais impactos negativos. Por isso, a verificação da disponibilidade dos meios a afectar aos equipamentos, sobretudo no que respeita à aquisição do solo necessário, é fundamental ao êxito das propostas de qualquer plano.

² Os Conceitos e Critérios de Planeamento encontram-se explicitados em Anexo.

1.2 - A Carta Educativa

1.2.1 - Conceitos e Objectivos

A Carta Educativa é um documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projectada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política educativa destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada nos planos normativos e na gestão administrativa e operacional.

Tem como objectivo, delinear os contornos da rede educativa, bem como adequar a oferta à procura. Mas os principais objectivos deste documento passam por promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas e garantir a coerência da rede escolar com a política urbana do Município.

Este documento, indissociável das propostas do Plano Director Municipal, deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Contribuir para o reordenamento e concepção da rede escolar, de acordo com a evolução da política educativa e as oscilações da procura da educação, tendo presentes as necessidades, distribuições espaciais das populações e rentabilizando o parque escolar existente;
- Orientar a expansão do Sistema Educativo no município, com base no desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Apoiar a tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao eventual encerramento de escolas e adaptação do parque escolar educativo optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Servir de quadro à fixação de prioridades;
- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Discernir, a realidade dos Territórios Educativos que corresponde à hierarquização da rede escolar no sentido de fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino que estejam em proximidade geográfica.

Sendo assim, é neste documento que se define a localização, função e capacidade dos equipamentos que, no horizonte fixado, irão ser necessários ao Município, bem como a

sua forma de financiamento. A Carta Educativa constitui-se como uma base capaz de suportar um processo gradual de descentralização, tendo em vista uma rede escolar ajustada ao nível da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, favorecendo, assim, o êxito escolar.

Partindo do pressuposto em que a “educação é um assunto de todos”, o cidadão de um município deve estar representado nas fases próprias de elaboração da Carta Educativa, nomeadamente as Escolas/Professores, Associações de Pais, Juntas de Freguesia, entidade responsável da Câmara Municipal e Direcção Regional de Educação.

1.2.2 - Enquadramento Legislativo

A elaboração da Carta Educativa implica, à partida, recorrer a um conjunto de legislação³. A legislação relativa à educação, além de dispersa, tem sofrido inúmeras alterações.

Assim, foi a partir do 25 de Abril de 1974 que os municípios assumiram um papel na gestão do Sistema Educativo. Em 1977, surgiu a primeira legislação que atribuía às autarquias competências neste domínio, porém, esta lei não definia o tipo de competências surgindo, por isso, o Decreto-lei 100/84 de 29 de Março que, embora vago, reforçou o papel dos municípios.

Dois anos depois surge a Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE (Decreto-Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) que tem como principal objectivo, o planeamento da rede de estabelecimentos escolares, a diminuição das assimetrias locais e regionais em termos de oportunidade de educação e ensino. Para tal, a LBSE contempla:

- O planeamento de um equipamento integrado tendo suficiente flexibilidade para a adaptação das alterações dos diferentes níveis de ensino;
- A estrutura dos edifícios que deve contar, para além das actividades escolares, com o desenvolvimento de actividade de ocupação de tempos livres;
- A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares que devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos para o bom funcionamento escolar;
- A escolha de equipamentos perante as necessidades especiais;
- E a gestão dos espaços como um contributo ao sucesso educativo e escolar dos alunos.

³ No presente caso, a legislação consultada encontra-se em Anexo.

Posteriormente, são várias as disposições legais que prevêm a participação dos municípios nas áreas educativas até ao momento, exclusivamente, reservadas ao Estado, nomeadamente, o Decreto – Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto, o Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho e o Decreto – Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

É, em 1999, com a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro – Artigo 19º – que se estabelecem, finalmente, as atribuições e competências das autarquias na área educativa, assim, “ é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios”:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- a) Elaborar a carta escolar a integrar nos Planos Directores Municipais;
- b) Criar os conselhos locais de educação.

Compete ainda aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;
- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do ensino básico;
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente, em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
- d) Participar no apoio às crianças da educação Pré-Escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;
- e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação Pré-Escolar e no ensino básico;
- f) Participar no apoio à educação extra-escolar;
- g) Gerir pessoal não docente de educação Pré-Escolar e do 1º ciclo do ensino básico”.

Quatro dias depois surge a Lei 169/99 de 18 de Setembro que vem aumentar a responsabilidade das autarquias ao nível da educação referindo que estas devem: “apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei” (Art.º 64, n.º1, l), “organizar e gerir os transportes escolares” (art. 64, n.º1, m) e “deliberar em matéria de acção escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes” (art. 64,n.º4, d). A lei n.º 5-A/2002 estabelece o quadro de

competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias alterando, assim, a Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Por último, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro veio reforçar a necessidade da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, com o objectivo de criar um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, com vista à melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento económico e demográfico de cada município. Pretende, ainda, valorizar poderes periféricos, mobilizar actores locais e educativos e devolver competências às escolas nos domínios pedagógicos, administrativo e financeiro, reforçando os níveis de autonomia em que o Conselho Municipal de Educação deverá deliberar sobre o ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos.

1.2.3 - Política Educativa Municipal

Face a esta constante transferência de competências para as autarquias houve necessidade de implementar uma Política Educativa Municipal (PEM) que garantisse um correcto planeamento e ordenamento da rede educativa do Município. A estrutura organizacional adoptada pela Política Educativa Municipal é composta por 4 níveis distintos, de forma a fornecer o sustentáculo político, representativo, técnico-educativo, operatório e consultivo. Assim temos:

1. O nível de decisão política – A decisão política e a estruturação das finalidades da PEM, bem como, a adjudicação de recursos e financeiros, cabe ao executivo municipal por proposta do pelouro da educação e, em última instância e em conformidade com a lei, do Presidente da Câmara Municipal.

2. O nível representativo – O Conselho Municipal de Educação (CME) é o órgão representativo das várias instituições educativas municipais, de todos os níveis de ensino, tanto de natureza pública, como privada e de solidariedade social. Dela farão parte, também, representantes da autarquia, das associações de pais e encarregados de educação, dos sectores económicos, sociais, culturais e desportivos. Terá funções de aconselhamento político-educativo. Será o espaço de debate, reflexão, articulação, negociação e contratualização, entre os parceiros atrás referidos, da PEM.

3. O nível técnico-educativo – A decisão técnico-educativa, a estruturação e coordenação dos projectos, bem como a responsabilidade da sua implementação caberá a uma equipa técnica-educativa. Esta estrutura funcionará na dependência da decisão política. Será uma estrutura flexível funcionando em torno de realizações e projectos concretos. Possuirá os serviços de apoio julgados necessários pela decisão política, por proposta da equipa técnico-educativa. Esta estrutura terá, ainda, as funções de fornecer aconselhamento político-educativo aos decisores políticos.

4. O nível consultivo – A equipa técnico-educativa criará uma bolsa informal de consultores, baseada no voluntariado, cuja finalidade será a de fornecer aconselhamento técnico-pedagógico e científico sobre os múltiplos aspectos da educação municipal. A bolsa será composta por pessoas ligadas aos vários ciclos de ensino, mas também às diversas áreas científico-pedagógicas e à formação dos profissionais da educação. Da bolsa de consultores farão ainda parte pessoas ligadas à vida social, económica, cultural e desportiva municipal. A escolha das pessoas que integrarão esta bolsa obedecerá a critérios de idoneidade e competência científico-pedagógica ou de relevância na vida do município.

1.3 - Rede Escolar – Critérios de Planeamento

O parque escolar de hoje “traduz as marcas e as opções, por vezes contingentes, que, ao longo dos anos foram sendo tomadas em contextos de permanente evolução social, científica, económica e política” (DGOTDU, 2002).

Porém, este parque escolar necessita, com urgência, de repensar a rede existente, uma vez que, há necessidade de adaptá-la em função das transformações socio-económicas mas, sobretudo, demográficas. Este é um dos principais desafios da actual política de educação.

A redefinição dos critérios de planeamento permite, assim, responder às diferentes “(...) realidades regionais, quer demográficas quer socio-económicas, associando e articulando, numa determinada área territorial, os vários equipamentos educativos e sociais por forma a racionalizar a oferta educativa, tendo em vista o cumprimento dos objectivos pedagógicos definidos pela LBSE” (Critérios de Reordenamento da Rede Educativa).

As orientações da política educativa expressas no “Pacto Educativo para o Futuro” são também fundamentais, pois vêm reforçar os princípios definidos pela LBSE, tanto no sentido de integração e articulação de recursos, como na construção de um processo educativo contínuo e relacionado com o desenvolvimento social e local.

1.3.1- Educação Pré-Escolar

O ensino é, acima de tudo, um percurso escolar que começa no Pré-Escolar e termina no 3º Ciclo com a concretização do 9º Ano. Contudo, durante este percurso, os Ciclos de Ensino são diferenciados.

O Ensino Pré-Escolar é a primeira etapa da educação e é complementar à acção educativa das famílias. Este primeiro contacto com a educação destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso ao ensino básico (até aos cinco anos). A sua frequência é facultativa e é concretizável, tanto em estabelecimentos estatais como privados, sendo o número de crianças por sala determinado tendo em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade,

embora, cada sala deva ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças (DGOTDU, 2002).

O Estado tem o dever de criar condições para tornar efectivo o direito de acesso à Educação Pré-Escolar em condições de igualdade. Além disso, é responsável pela criação de uma rede pública de Educação Pré-Escolar apoiando, ao mesmo tempo, a criação de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar por outras entidades da sociedade civil. Está ainda incumbido de definir normas nos aspectos organizativo, pedagógico e técnico, assegurar o seu cumprimento e aplicação através do acompanhamento, avaliação e fiscalização, dando apoio especial às zonas com mais carências.

Além da rede pública e privada, as redes de Educação Pré-Escolar, contemplam, ainda, a educação de infância itinerante – onde o educador desloca-se às zonas de difícil acesso ou com reduzido número de crianças – e a animação infantil comunitária – onde se realizam actividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas carenciadas, em instalações cedidas pela comunidade local.

No entanto, as tipologias mais frequentes para os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar são:

- Jardins-de-infância (JI);
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EB 2,3/JI)

1.3.2 - Ensino Básico

O Ensino Básico (EB) é considerado como “universal, obrigatório e gratuito” (DGOTDU, 2002) e é constituído por três ciclos sequenciais (o 1º Ciclo com 4 anos, 2º Ciclo com 2 anos e o 3º Ciclo com 3 anos).

Com a LBSE surgiu uma nova proposta de reconfiguração da rede educativa, que visa acima de tudo, “assegurar a sequencialidade dos seus três ciclos, proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade, combatendo o abandono precoce e esbatendo as disparidades e desigualdades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento” (DGOTDU, 2002).

No entanto, as áreas desvitalizadas em virtude da grande dispersão populacional e difícil acessibilidade constituíram-se como os principais obstáculos ao reordenamento e reconfiguração da rede educativa. No sentido de contrariar ou contornar estes problemas têm sido postas em prática medidas que passam, normalmente, ou pelo agrupamento de escolas ou pela concentração de alunos em estabelecimentos de maior dimensão. Note-se que a LBSE tem apostado na EB de 1º, 2º e 3º Ciclos com JI, ou seja, a Escola Básica Integrada – EB1, 2, 3/JI. “ O princípio definido na LBSE de evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem, nos últimos anos, vindo a ser posto em prática (...) como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que, entretanto, ficaram sub-ocupados devido ao decréscimo de frequência”.

O Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, formaliza “a existência das escolas básicas integradas a funcionar, desde 1991, em regime de experiência pedagógica, actualiza a tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino de acordo com os princípios introduzidos pela LBSE e uniformiza as suas denominações”. Este Decreto-Lei define as tipologias em vigor para os estabelecimentos de ensino básico (Tabela 1).

Tabela 1 – Tipologias Estabelecimentos de Ensino Básico

Tipo de Estabelecimento	Níveis, Ciclos e Modalidades de Educação e Ensino	Designação
Escola Básica	1º Ciclo de ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
	1º Ciclo do ensino básico	Escola Básica do 1º Ciclo (EB1)
	2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica do 2º Ciclo e 3º Ciclo (EB2,3)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica Integrada (EBI)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EBI/JI)

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

1.3.3 - Agrupamento de Escolas

A constituição dos Agrupamentos de Escolas, elaborados com o objectivo de permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, deverá sempre respeitar o conceito de “Território Educativo”.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, tal como a gestão eficaz dos recursos educativos disponíveis, visa-se a garantia de uma coerência da rede educativa com a política urbana do município, pois constitui uma unidade organizacional de órgãos próprios de administração e gestão, organizada por estabelecimentos de educação Pré-Escolar e de mais níveis e ciclos de ensino, com as seguintes finalidades:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangido pela escolaridade obrigatória, numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

Deste modo, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em rede de equipamentos concebidos (...) tanto no plano interno como nos das relações com a comunidade” (Ministério da Educação – Departamento de Avaliação e Prospectiva do Planeamento; p.17). É neste contexto que surgem os “Territórios Educativos”, uma organização espacial da rede escolar, com o objectivo de racionalizar e harmonizar o funcionamento das estruturas educativas. Constituindo um espaço geográfico em que é assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória num funcionamento integrado, o “Território Educativo” deve fomentar o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, tendo em conta:

- O sucesso escolar dos alunos
- O funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, abrangendo todos os estratos etários;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos;
- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes;
- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente.

Assim, existem dois tipos de Agrupamentos de Escolas: o Agrupamento Horizontal, constituído por estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e o Agrupamento Vertical que integra estabelecimentos de educação Pré-Escolar, de 1º Ciclo do Ensino Básico e de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

1.3.4 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

No ensino secundário, as Câmaras Municipais não têm qualquer tipo de responsabilidade em termos de planeamento e gestão, visto que este nível de ensino não está incluído na escolaridade obrigatória. Mas os municípios não deverão “demitir-se” de definir e oferecer percursos formativos, após a conclusão da escolaridade obrigatória, no entanto, devido aos elevados custos dos equipamentos específicos para determinadas áreas (laboratórios, oficinas, etc.) e ao reduzido número de alunos interessados em determinadas áreas, os equipamentos escolares deste nível de ensino deverão ser equacionados numa perspectiva de complementaridade supra municipal. A tipologia dos estabelecimentos de ensino secundário é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro.

Ao nível do ensino recorrente, a Carta Educativa deverá analisar e quantificar a população alvo, de modo a otimizar a utilização dos espaços, equipamentos e recursos físicos e humanos existentes numa determinada localidade, isto é, concentrar este nível de ensino numa escola ou no menor número de escolas possível, desde que sejam asseguradas as condições de transporte e compatibilidade dos horários de modo a viabilizar a sua frequência por parte dos interessados.

No que concerne à educação extra-escolar, a Carta Educativa deverá propor medidas estratégicas no sentido de: proceder à reorganização da oferta tendo em vista articular os vários níveis de ensino com actividades formais e informais de educação e formação profissional; diversificar as entidades de formação de modo a alargar as oportunidades de formação (contínua, recorrente e alternância) e organizar parcerias abrangendo diversos actores sociais, nomeadamente escolas, autarquias, colectividades, associações profissionais e empresariais.

2- Caracterização do Município de Sousel

2.1. Enquadramento Regional

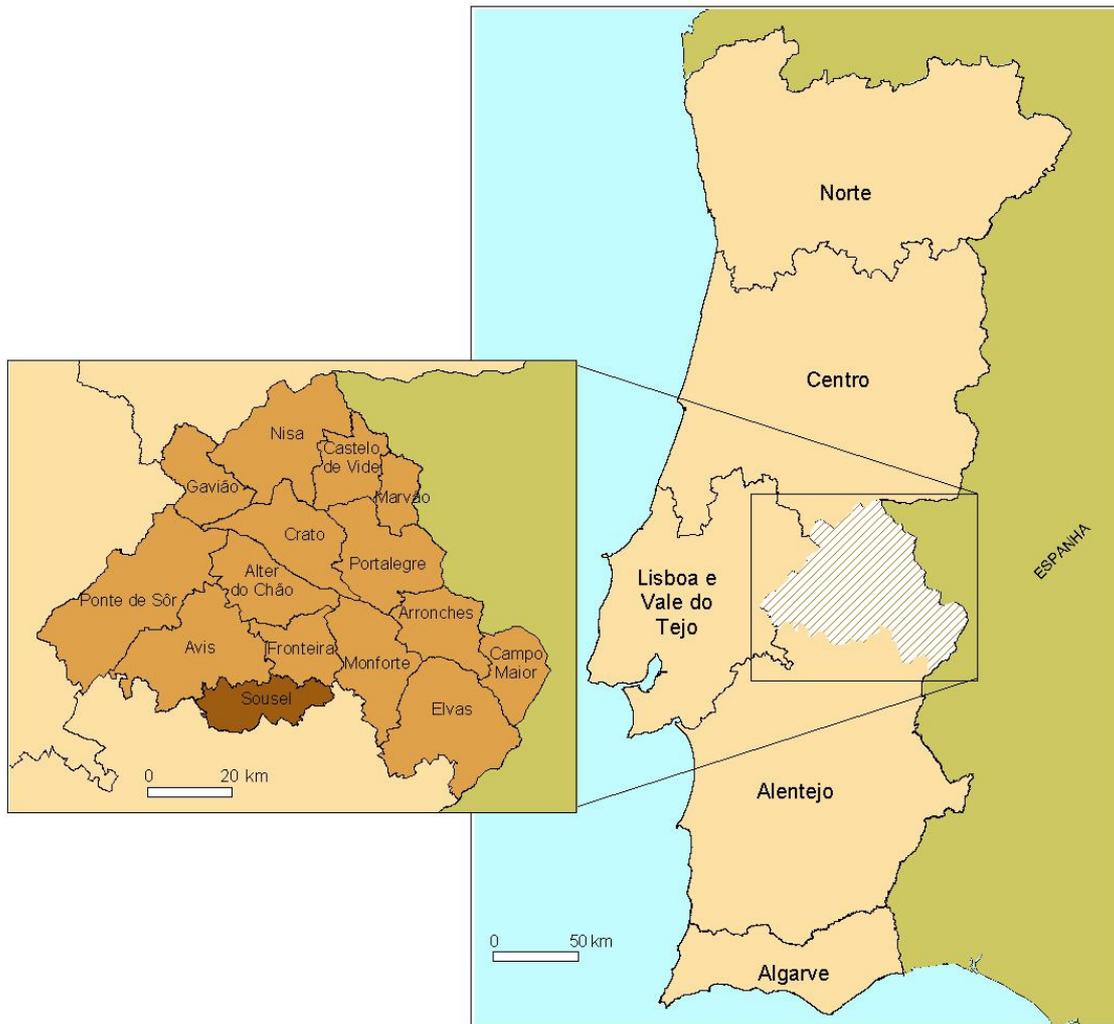
O Município de Sousel encontra-se localizado na região Alentejo – NUT II e mais concretamente no Alentejo Central (NUT III). Ocupa uma posição de transição entre o Alto Alentejo e o Alentejo Central. Sousel é dos 15 municípios que constituem o distrito de Portalegre e, conseqüentemente, integra a AMNA – Associação de Municípios do Norte Alentejano⁴ (Mapa 1).

Faz fronteira com o município de Avis (Alto Alentejo) a Noroeste, com Fronteira (Alto Alentejo) a Nordeste, com Mora (Alentejo Central) a Oeste e com os municípios de Arraiolos e Estremoz a Sul (ambos do Alentejo Central).

O município de Sousel possui uma superfície total de aproximadamente de 279 Km² distribuídos pelas suas quatro freguesias (Mapa 2): Sousel (89,2 km²), Cano (49,4 km²), Casa Branca (100,8 km²) e Santo Amaro (39,5 km²) (Mapa 2).

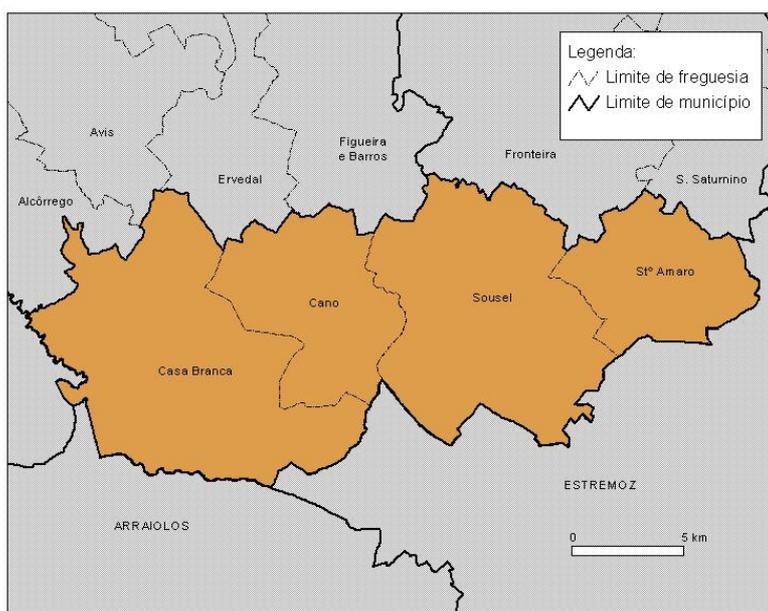
⁴ Os 15 Municípios do Distrito de Portalegre são os mesmos que constituem a AMNA

Mapa 1 – Enquadramento do município de Sousel nas NUTS II e III



Fonte: IGP

Elaboração: AMNA

Mapa 2 – Freguesias e lugares - Sousel

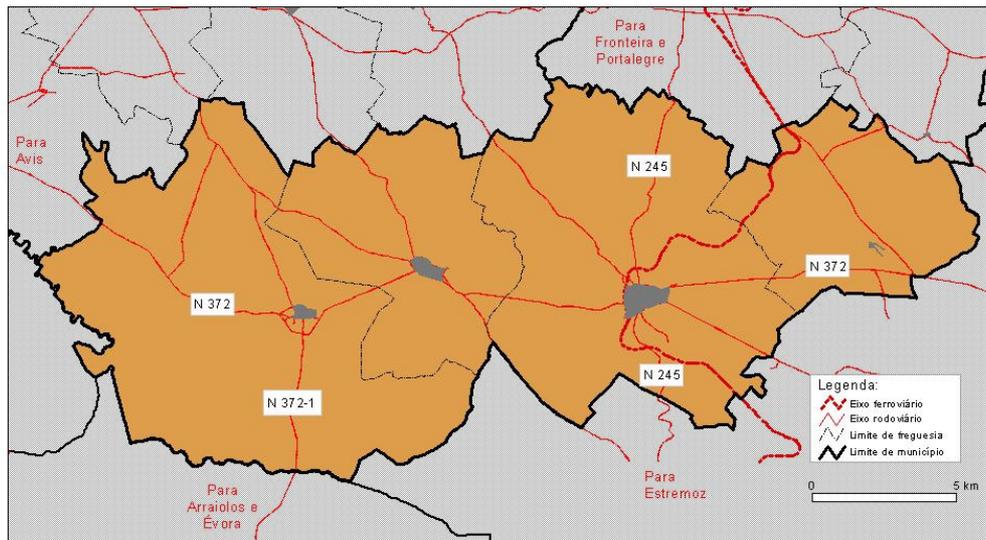
Fonte: IGP **Elaboração:** AMNA

No que se refere às vias de comunicação, o município é servido tanto pela rede rodoviária como a rede ferroviária (Mapa 3). No que se refere à rede rodoviária, o município é servido por diversos eixos sendo os mais importantes:

- Estrada Nacional 372 (EN 372): Atravessa o município no sentido Oeste-Este, passando por Casa Branca; Cano; Sousel e Santo Amaro, dirigindo-se para Elvas.
- Estrada Nacional 372-1 (EN 372-1): variante da EN 372 que parte de Casa Branca em direcção a Arraiolos/Évora.
- Estrada Nacional 245 (EN 245): Atravessa o município no sentido Norte-Sul estabelecendo a ligação entre Fronteira/Portalegre, Sousel e Estremoz.

Para além da rede rodoviária, o município é também servido ao nível da rede ferroviária. A linha de comboio vem de Fronteira, passa por Sousel e segue para Estremoz.

Mapa 3 – Rede rodoviária e ferroviária principal - Sousel



Fonte: IGP

Elaboração: AMNA

2.2- Análise Demográfica

O município de Sousel, tal como todos os outros, possui uma componente essencial que conduz ao desenvolvimento local – as pessoas. Como tal, torna-se necessário constatar qual o seu potencial demográfico e quais as suas principais características.

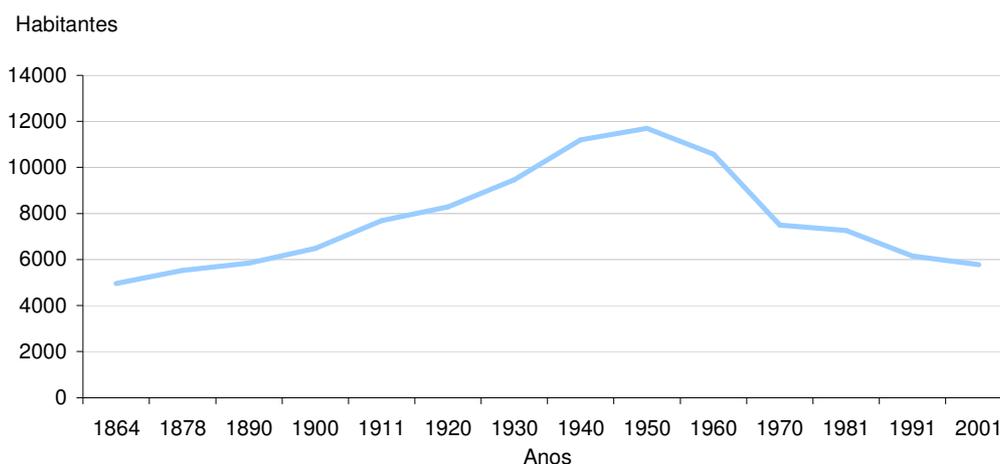
A evolução do número de residentes no município de Sousel desde 1864 até à actualidade processou-se em duas fases distintas (Gráfico 1).

Desta forma, entre 1864 e 1950, registou-se um aumento significativo da população, já que esta variou quase 136%, passando de 4959 para 11702 habitantes. Esta evolução deveu-se, por um lado, às elevadas taxas de natalidade e, por outro, à fraca expressão que os fluxos migratórios tinham até à data.

Contudo, em 1950, dá-se início a uma nova fase – o decréscimo populacional. As mudanças socio-económicas que se verificaram a partir da década 50 fizeram que parte da população se deslocasse para o litoral e, em alguns casos, para países da Europa Ocidental em busca de melhores condições de vida. Durante as décadas de 50 e 60, o município perdeu 1124 e 3088 habitantes, respectivamente, devido aos factores atrás mencionados. Outro aspecto fundamental para esta diminuição progressiva da população foi a descida dos valores da natalidade. As mudanças sociais ocorridas (prolongamento dos estudos; entrada da mulher no mercado de trabalho; casamento tardio; menor número de filhos por casal...) são o principal factor para as reduzidas taxas de natalidade observadas.

A partir dos anos 70, o decréscimo populacional não foi tão acentuado como o que se registou nos anos 50 e 60 porque, tal como aconteceu noutras regiões do país, houve o retorno da população que se encontrava nas colónias portuguesas. Porém, este retorno não inverteu a tendência decrescente do efectivo populacional e, por isso, de 1950 a 2001, a população sofreu um decréscimo na ordem dos 51%, perdendo 5922 habitantes (4212 habitantes, entre 1950 e 1970, e 1710 habitantes desde 1970).

Com esta evolução negativa, que se registou nas últimas décadas, verifica-se que, actualmente, a população residente desceu a valores próximos aos que se registavam em 1864 (4959 habitantes, em 1864, e 5780 habitantes, em 2001).

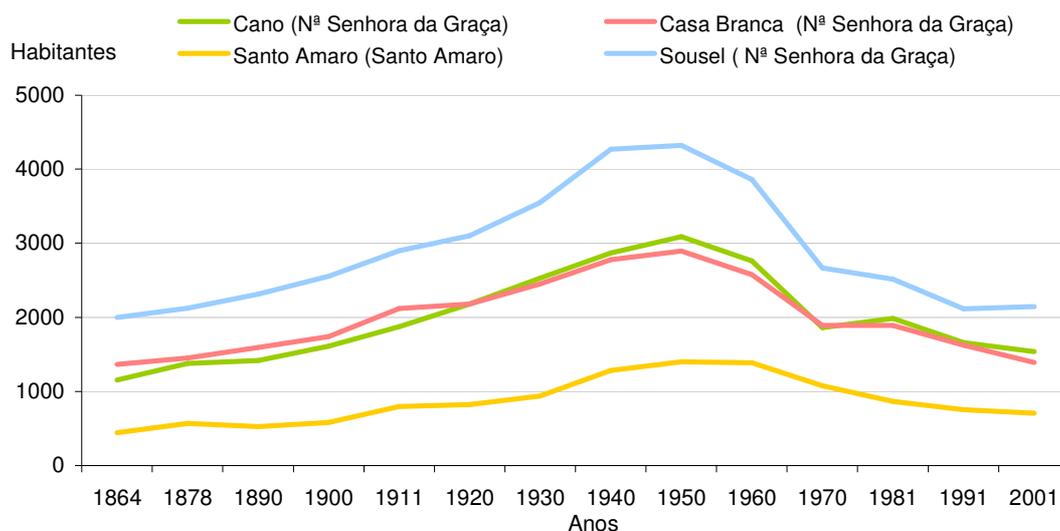
Gráfico 1 – Evolução da população residente – Sousel

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

O município reflecte apenas a evolução que se constata ao nível das freguesias e, por isso, a evolução populacional à escala da freguesia também se procedeu em duas fases distintas (Gráfico 2).

Assim, entre 1864 e 1950, todas freguesias atravessaram um período de crescimento populacional atingindo, no início da década de 50, os quantitativos populacionais mais elevados. Desde da década de 50 até à actualidade, todas as freguesias, excepto Santo Amaro, registaram perdas populacionais na ordem dos 50 %. Santo Amaro, a única freguesia que não registou perdas superiores a 50%, teve, no entanto, valores muito próximos porque perdeu 49,5% da sua população. Sousel é a freguesia que detêm maior número de habitantes desde 1864, enquanto que Santo Amaro foi, desde sempre, a menos populosa. Actualmente, a segunda freguesia mais populosa é Cano, porém, até aos anos 20, este lugar pertencia à freguesia Casa Branca. Nos anos 70, Casa Branca foi, novamente, a segunda freguesia mais populosa do município, contudo, a freguesia de Cano registou um ligeiro aumento populacional (6,8%) que lhe permitiu recuperar o segundo lugar. Entre 1991 e 2001, também a freguesia de Sousel, aumentou o seu quantitativo populacional passando de 2114 para 2145 habitantes.

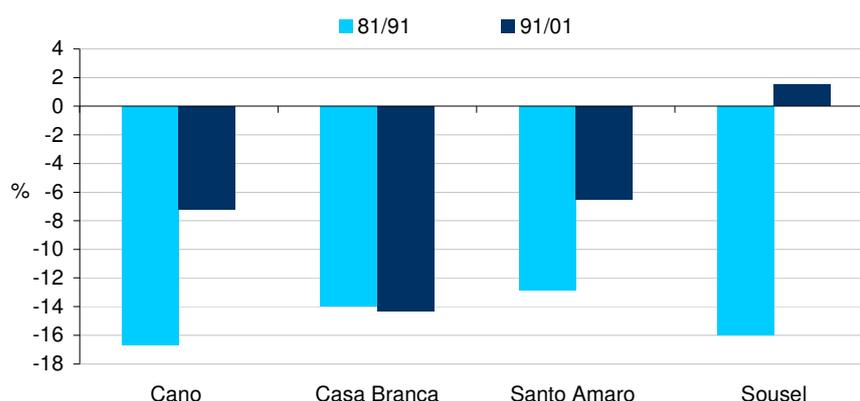
Em 2001, dos 5780 habitantes residentes no município em estudo, 37,1% (2145 habitantes) eram da freguesia de Sousel; 26,6% (1537 habitantes) residiam em Cano; 24,1% (1392 habitantes) eram da freguesia de Casa Branca e 12,2% (706 habitantes) residiam em Santo Amaro.

Gráfico 2 – Evolução da população residente nas freguesias – Sousel

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

A variação da população (Gráfico 3) demonstra que, tal como aconteceu na maior parte dos municípios do interior, nos dois períodos em análise – 1981/91 e 1991/01 –, houve decréscimos populacionais.

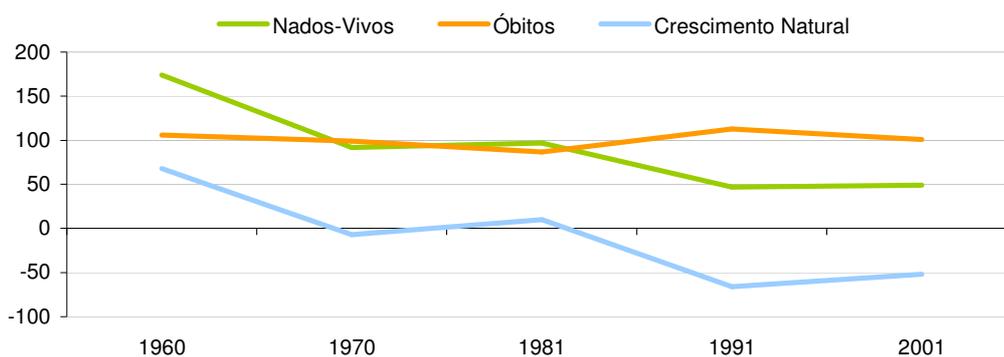
Entre 1981 e 1991, todas as freguesias do município de Sousel apresentaram taxas de variação negativas, sendo os decréscimos populacionais mais acentuados nas freguesias de Cano e Sousel com -16,7 e -16%, respectivamente. No período seguinte, a maior parte das freguesias mantiveram a variação populacional negativa, no entanto, a redução do número de habitantes foi menor. Existiram, entre 1991 e 2001, dois casos de destaque – Casa Branca e Sousel. A freguesia de Casa Branca destacou-se pela negativa porque foi a única freguesia que, no período 1991/2001, perdeu mais população do que no período 1981/91. Em contrapartida, a freguesia de Sousel destacou-se pela positiva porque registou uma variação positiva de 1,5%.

Gráfico 3 – Evolução da variação da população nas freguesias – Sousel

Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

A mudança de mentalidades e comportamentos que ocorreu em Portugal, a partir da segunda metade do século XX, teve, indubitavelmente, influência na população. A entrada da mulher no mercado de trabalho, o prolongamento da idade escolar, os custos de educação que um filho acarreta são alguns dos factores que condicionaram fortemente o comportamento da natalidade. Por outro lado, os melhores cuidados de saúde prestados às populações contribuíram para o aumento da esperança média de vida e, conseqüentemente, para reduzir o número de óbitos. A diminuição da natalidade e da mortalidade ocorreu nos mais diversos municípios e, naturalmente, no de Sousel.

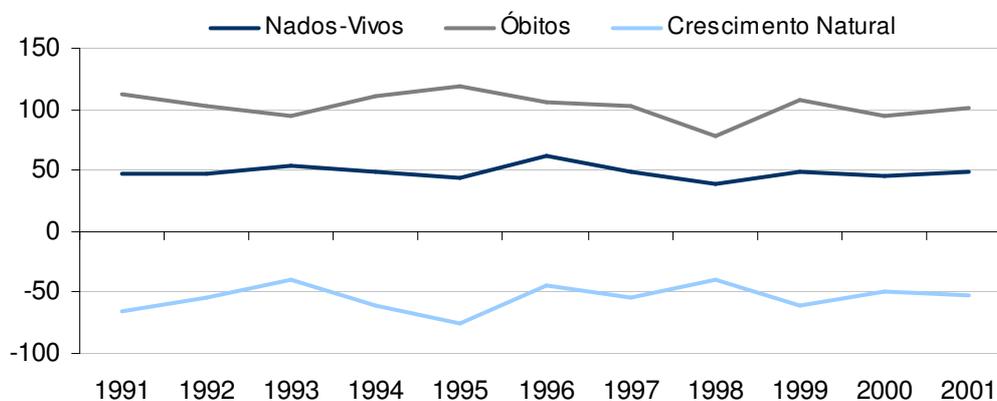
Estas mudanças ao nível da natalidade e da mortalidade produziram alterações no crescimento natural (Gráfico 4). Durante o período em análise constatou-se que, enquanto a natalidade registou um decréscimo bastante acentuado (-71,8%) passando de 174 para 49 nados-vivos, a mortalidade teve um comportamento oscilante registando, ainda assim, uma diminuição do número de óbitos passando de 106 para 101. Porém, os valores da mortalidade foram, quase sempre, superiores aos registados pela natalidade e, por isso, apenas em 1960 e 1981 se verificou um crescimento natural positivo de 68 e 10 indivíduos, respectivamente. Actualmente, o crescimento natural é de -52 indivíduos, ou seja, o número de nados-vivos (49) é inferior ao número de óbitos (101).

Gráfico 4 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural - Sousel

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População
INE, Estatísticas Demográficas 2001

Analisando mais pormenorizadamente a evolução anual no período entre 1991 e 2001 (Gráfico 5) verifica-se que, tanto a natalidade, como a mortalidade, registaram diversas oscilações que influenciaram também a variação do crescimento natural.

No período em análise, o número de óbitos foi sempre superior à natalidade o que acabou por reflectir um crescimento natural negativo. Tanto a natalidade como a mortalidade registaram comportamentos oscilantes, no entanto, em 1993 e 1998, o número de óbitos foi mais reduzido e, por isso, o saldo natural apesar de negativo, foi de -40 e -39 indivíduos, respectivamente. Em 1996, o crescimento natural foi de -44 indivíduos devido ao pico de nados-vivos que se registaram (62). Nos restantes anos em análise, o crescimento natural obteve valores ainda mais negativos atingindo os -75 indivíduos em 1995.

Gráfico 5 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural - Sousel

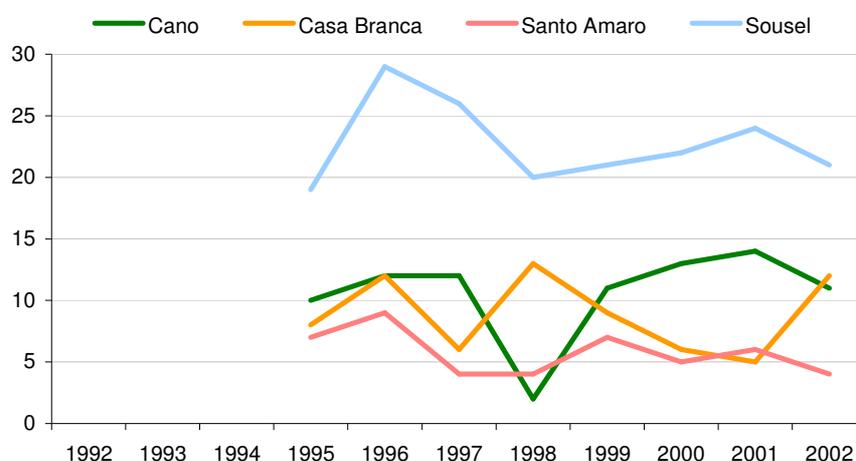
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000 e 2001)
INE, XIV Recenseamento Geral da População

A análise da evolução da natalidade por freguesia (Gráfico 6) pode ser bastante importante para avaliar se existirão oscilações acentuadas no número de alunos que podem entrar, num determinado ano, para o pré-escolar ou para o 1º ciclo.

O comportamento da natalidade tem sido irregular nas diversas freguesias do município em estudo. Sousel é a freguesia que, desde sempre, deteve maior número de nados-vivos registando, inclusive, entre 1995 e 2002, um ligeiro crescimento passando de 19 para 21 nados-vivos. Esta freguesia, durante o período em análise, não registou valores inferiores a 20 nados-vivos, exceptuando o ano de 1995.

Nas restantes freguesias, os valores de natalidade foram bastante reduzidos, irregulares e sempre abaixo dos 14 nados-vivos por ano. Entre 1995 e 2002, as freguesias de Casa Branca e Cano observaram um aumento de 1 e 4 nados-vivos, respectivamente. Santo Amaro, ao contrário de Sousel, é a freguesia que menor número de nados-vivos apresenta, no entanto, o valor mais baixo até hoje observado ocorreu, em 1998, na freguesia de Cano com apenas 2 nados-vivos.

Gráfico 6 – Evolução da natalidade nas freguesias - Sousel



Fonte: INE, Estimativas Demográficas (1991, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000, 01 e 02)

As estruturas etárias da sub-região do Alentejo Central e do município de Sousel reflectem as características e a intensidade dos fenómenos demográficos, nomeadamente, natalidade, mortalidade e movimentos migratórios, observados num dado período. Desde 1960 que a tendência tem sido para a diminuição dos efectivos populacionais nos grupos etários dos 0 – 14 e dos 15 – 64 anos ao passo que a população do grupo etário dos 65 e mais anos tem registado um aumento. Esta tendência verificou-se tanto na região do Alentejo Central como no município do Sousel (Tabelas 2 e 3).

A partir da década de 70, registou-se uma diminuição gradual dos efectivos populacionais no grupo dos 0-14 anos. Esta diminuição deve-se ao decréscimo da natalidade, referido anteriormente, provocado pela migração da população activa mais jovem e em idade fértil. Desta forma, em 1960, o Alentejo Central tinha uma percentagem de 26,7% da população no grupo dos 0-14 anos, valor que diminuiu gradualmente e, em 2001, era de apenas 13,9%. O município de Sousel não fugiu à tendência da região em que se insere e, por isso, passou de 23,3% para apenas 12,7% de população neste grupo etário.

No que se refere ao grupo da população com mais de 65 anos, este sofreu, quer a nível da região, quer a nível do município, um crescimento rápido. Este rápido crescimento, originado pelo aumento da esperança média de vida, fez com que as percentagens neste grupo etário tenham passado de 8,5% para 22,4% e de 7,4% para 29% no Alentejo Central e no município do Sousel, respectivamente.

Esta situação de diminuição do número de jovens e aumento do número de idosos tem contribuído para um duplo envelhecimento (no topo e na base), muitas vezes visível nas pirâmides etárias. Note-se que, em 1991, em ambas as escalas de análise, o grupo etário dos 65 e mais anos ultrapassou o grupo etário dos 0-14 anos.

No grupo etário dos 15-64 anos ocorreu uma diminuição da população, devido aos movimentos migratórios que incidem, fundamentalmente, nos efectivos populacionais em idade activa (principalmente entre os 20 e os 40 anos) que buscam melhores condições de vida noutras regiões e países, sendo que este é precisamente o estrato da população que assegura a renovação das gerações. A saída de efectivos em idade fértil contribuiu decisivamente para a já referida quebra da natalidade e vem acentuar o peso dos idosos no total da população. Embora o fluxo migratório tenha abrandado nas últimas décadas, os movimentos migratórios que ocorreram na década de 60 influenciaram de forma determinante toda a estrutura demográfica da região e do município.

Tabela 2 – Evolução dos efectivos populacionais na sub-região do Alentejo Central

Grupos etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 Anos	56630	26,7	11980	22,6	39036	20,8	30286	17,5	24220	13,9
15-64 Anos	137731	64,9	35865	67,6	120119	64,1	111042	64,1	110544	63,7
65 e + Anos	17986	8,5	5235	9,9	28381	15,1	31888	18,4	38882	22,4
Total	212347	100	53080	100	187536	100	173216	100	173646	100

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

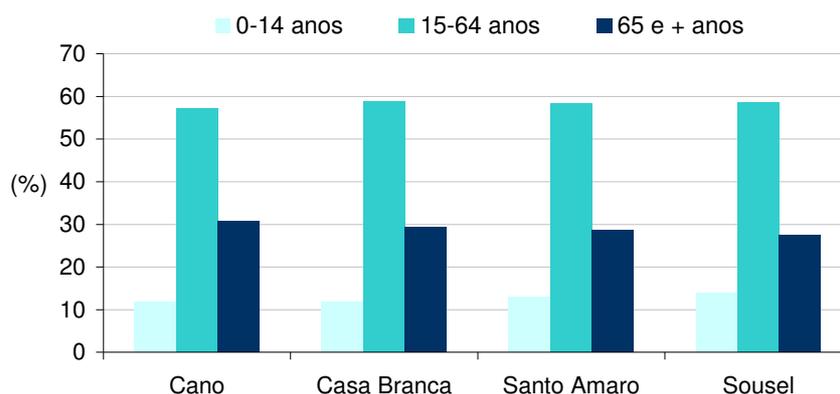
Tabela 3 – Evolução dos efectivos populacionais - Sousel

Grupos etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 anos	2468	23,3	1455	23,5	1425	19,6	923	15,0	736	12,7
15-64 anos	7325	69,2	3770	61,0	4472	61,6	3818	62,1	3369	58,3
65 e + anos	785	7,4	955	15,5	1362	18,8	1409	22,9	1675	29,0
Total	10578	100	6180	100	7259	100	6150	100	5780	100

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Tal como se verificou ao nível do município, também em todas as freguesias o número de indivíduos com 65 ou mais anos é superior ao registado no grupo etário dos 0-14 anos (Gráfico 7). Esta percentagem superior de população idosa em relação à população jovem tem causado e causará problemas cada vez mais graves, nomeadamente, a redução da população em idade activa. Esta situação é particularmente grave porque, à medida que a população idosa e os custos a ela associados aumentam, a população que suporta estes custos está progressivamente a diminuir.

A situação no município em estudo é bastante equilibrada entre as quatro freguesias que o constituem (Gráfico 7). Ainda assim, sendo a sede do município, é na freguesia de Sousel que a população mais se concentra e, por isso, esta freguesia apresenta a percentagem de jovens mais elevada do município (13,8%) e a percentagem de idosos mais reduzida (27,5%).

Gráfico 7 – Estrutura etária da população nas freguesias - Sousel, em 2001

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

A população estruturada por grupos etários permite calcular um conjunto de indicadores denominados de índices – resumo, nomeadamente, índice de juventude; índice de envelhecimento demográfico; índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos e índice dependência total (Tabela 4 e 5). Analisando os valores obtidos nos diversos índices calculados, verifica-se que, em ambas as escalas, a tendência foi semelhante mas com intensidades diferentes.

Assim, em ambas as escalas de análise, o índice de juventude sofreu quebras assinaláveis devido à redução da natalidade e ao aumento do número de idosos. No entanto, ao nível da região do Alentejo Central, essa quebra fez-se sentir mais dado que, em 1960, por cada 100 idosos existiam 315 jovens e, em 2001, passaram a existir apenas 62 jovens por cada 100 idosos. No município de Sousel, a redução deste índice foi também abrupta mas com valores menos significativos. A esta escala de análise passou-se de 314 jovens por 100 idosos para 44 jovens por 100 idosos, no período entre 1960 e 2001.

Em oposição ao que aconteceu com o índice de juventude, os índices de envelhecimento dispararam entre 1960 e 2001. O aumento do índice de envelhecimento foi, logicamente, mais acentuado no município de Sousel do que na região do Alentejo Central. Assim, enquanto que ao nível do Alentejo Central este índice passou de 32 para 105 idosos por cada 100 jovens, no município de Sousel passou de 32 para 228 idosos por cada 100 jovens.

Devido à diminuição do número de jovens registada, também o índice de dependência dos jovens diminuiu, pois os potenciais encargos da população activa com os jovens são cada vez mais reduzidos. Desta forma, a redução do índice de dependência dos jovens ocorreu em ambos os níveis de análise. No Alentejo Central existiam, em 1960, 41 jovens por cada 100 potencialmente activos (15-64 anos) e, em 2001, 22 jovens por cada 100 potencialmente activos. No caso do município de Sousel, a diminuição foi de 34 para 22 jovens por cada 100 potencialmente activos.

Por seu lado, o índice de dependência de idosos aumentou, tanto na região, como no município. Tal como sucedia com o índice de envelhecimento, o aumento foi mais sentido a nível do município que passou de 11 para 50 idosos por cada 100 pessoas em idade activa (15-64 anos).

O índice de dependência total sofreu um aumento no período em análise. Embora o índice de dependência dos jovens tenha diminuído, o aumento do índice de dependência de idosos foi superior e levou a que o índice total tivesse aumentado também. Assim, na região do Alentejo Central, o índice de dependência total passou de 54 para 57 dependentes (grupos dos 0-14 e com mais de 65 anos) por cada 100 pessoas em idade activa (15-64 anos). Já no município, a alteração foi de 44 para 72 dependentes por cada 100 potencialmente activos.

Tabela 4 – Evolução dos índices-resumo na sub-região do Alentejo Central

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
1960	314,9	31,8	41,1	13,1	54,2
1970	228,8	43,7	33,4	14,6	48,0
1981	137,5	72,7	32,5	23,6	56,1
1991	95,0	105,3	27,3	28,7	56,0
2001	62,3	105,3	21,9	35,2	57,1

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Tabela 5 – Evolução dos índices-resumo - Sousel

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
1960	314,4	31,8	33,7	10,7	44,4
1970	152,4	65,6	38,6	25,3	63,9
1981	104,6	95,6	31,9	30,5	62,3
1991	65,5	152,7	24,2	36,9	61,1
2001	43,9	227,6	21,8	49,7	71,6

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Analisando os mesmos índices nas freguesias do município de Sousel, verifica-se que existem algumas disparidades entre elas (Tabela 6).

Em 2001, no município de Sousel, existiram duas freguesias – Cano e Sousel – de destaque por possuírem uma realidade inversa. Cano porque registou o índice de juventude mais reduzido (39 jovens por cada 100 idosos) e um índice de envelhecimento mais elevado (259 idosos por cada 100 jovens) e Sousel porque, pelo contrário, contou com um índice de juventude mais elevado (50 jovens por cada 100 idosos) e com um índice de envelhecimento mais reduzido (198 idosos por cada 100 jovens).

Esta realidade conduz, conseqüentemente, a existência de diferentes índices de dependência, assim, enquanto que Cano possui um baixo índice de dependência de jovens (21 jovens dependentes por cada 100 potencialmente activos) e um elevado índice de dependência de idosos (54 idosos dependentes por cada 100 indivíduos em idade activa), Sousel possui um índice de dependência de jovens superior (22) e um índice de dependência de idosos (47) inferior ao registado na freguesia de Cano.

Relativamente ao índice de dependência total, verifica-se que a freguesia de Sousel apresenta a situação menos grave em termos de envelhecimento da população residente e, por isso, possui um dos índices de dependência total mais baixo com 70 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa.

Tabela 6 – Índices-resumo nas freguesias - Sousel, em 2001

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
Cano	38,6	259,0	20,8	53,9	74,7
Casa Branca	40,0	250,0	20,0	50,1	70,2
Santo Amaro	45,5	219,6	22,3	49,0	71,4
Sousel	50,4	198,3	23,6	46,8	70,4

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Através das várias pirâmides é possível visualizar melhor as referidas mudanças que ocorreram na estrutura etária da população, no município de Sousel, desde 1960 até 2001 (Gráficos 8 a 12).

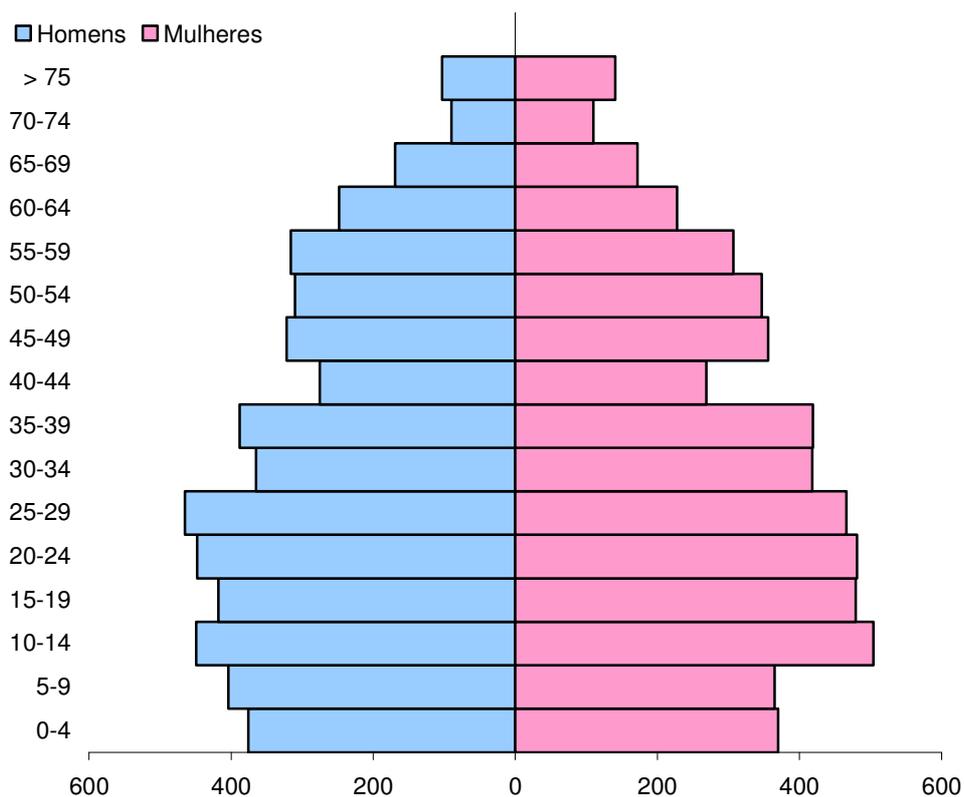
Em 1960, a pirâmide apresentava uma forma triangular (mais larga na base e estreita no topo) que demonstra a existência de mais jovens do que idosos.

Nas décadas seguintes começaram-se a verificar diversas alterações, nomeadamente, o estreitamento da base e o alargamento do topo. Estas alterações demonstram, por um lado, a progressiva diminuição do número de jovens devido à quebra da natalidade e, por outro, o contínuo acréscimo do número de idosos devido ao aumento da esperança média de vida.

A outra alteração que se nota nas pirâmides é o surgimento de reentrâncias em alguns grupos etários. Estas reentrâncias devem-se às migrações da população activa e em idade fértil, quer para o estrangeiro, quer para áreas litorais. Estas migrações têm grandes repercussões na pirâmide etária sendo, em grande parte, responsáveis pela diminuição da natalidade e, conseqüente, redução do número de jovens.

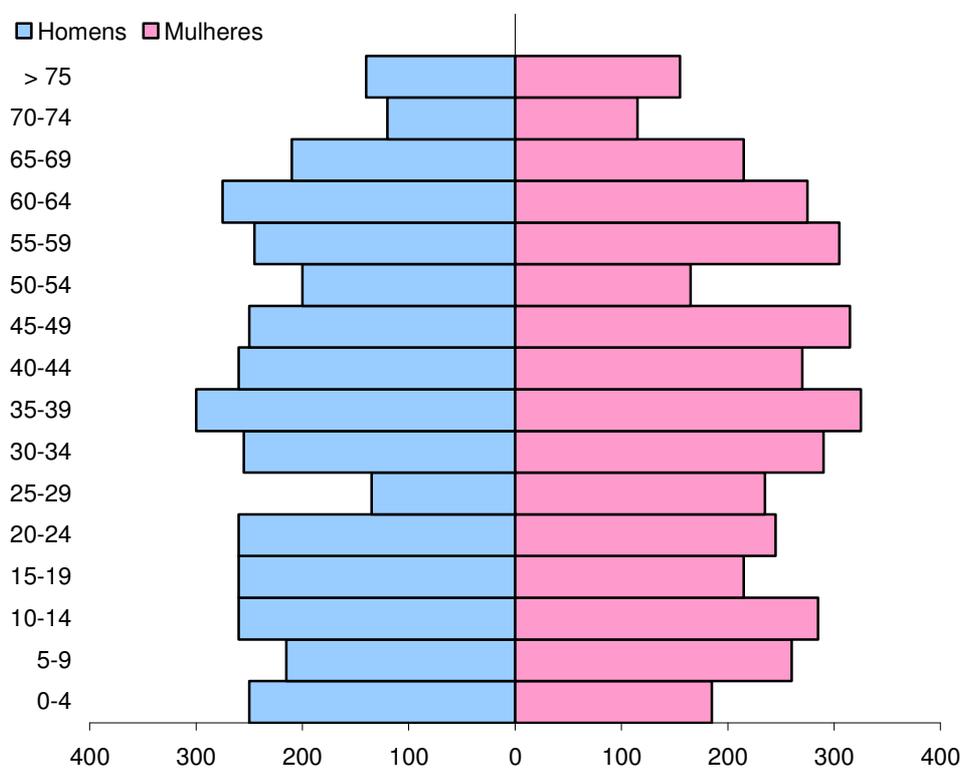
Em 2001, a forma da pirâmide etária tinha-se alterado por completo. Assim, enquanto que, em 1960, a pirâmide possuía uma forma triangular, em 2001, a pirâmide possuía uma forma de “urna” traduzindo uma acentuada redução da base e um gradual alargamento do topo. A redução na base significa que existem cada vez menos jovens e, conseqüentemente, menos potenciais activos enquanto o alargamento do topo traduz o envelhecimento da população. Está assim evidenciado o duplo envelhecimento da população que, por sua vez, tem graves conseqüências a médio/longo prazo como é o caso da não renovação das gerações e a contínua perda de população activa.

Gráfico 8 – Pirâmide etária – 1960



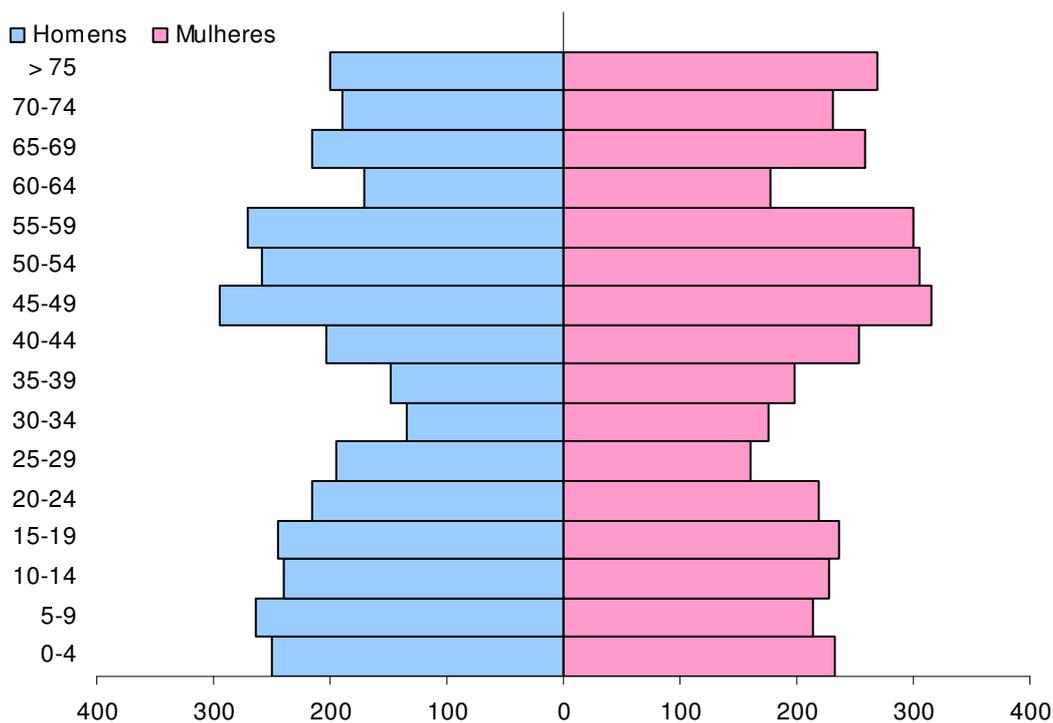
Fonte: INE, X Recenseamento Geral da População

Gráfico 9 – Pirâmide etária – 1970



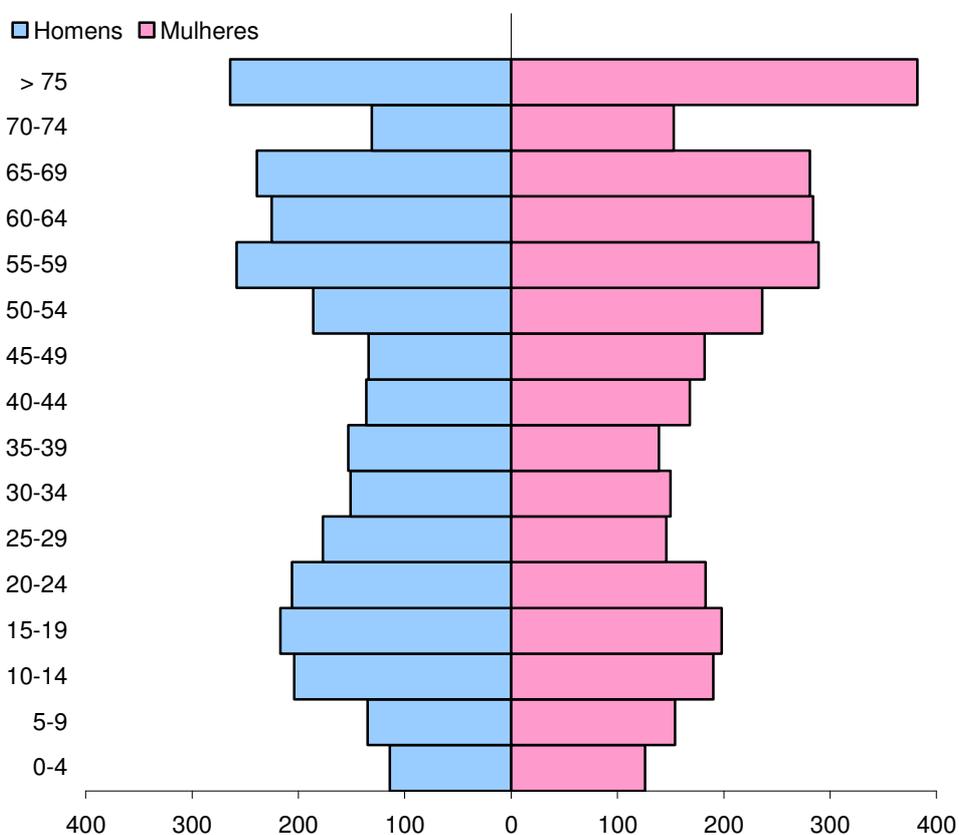
Fonte: INE, XI Recenseamento Geral da População

Gráfico 10 – Pirâmide etária – 1981



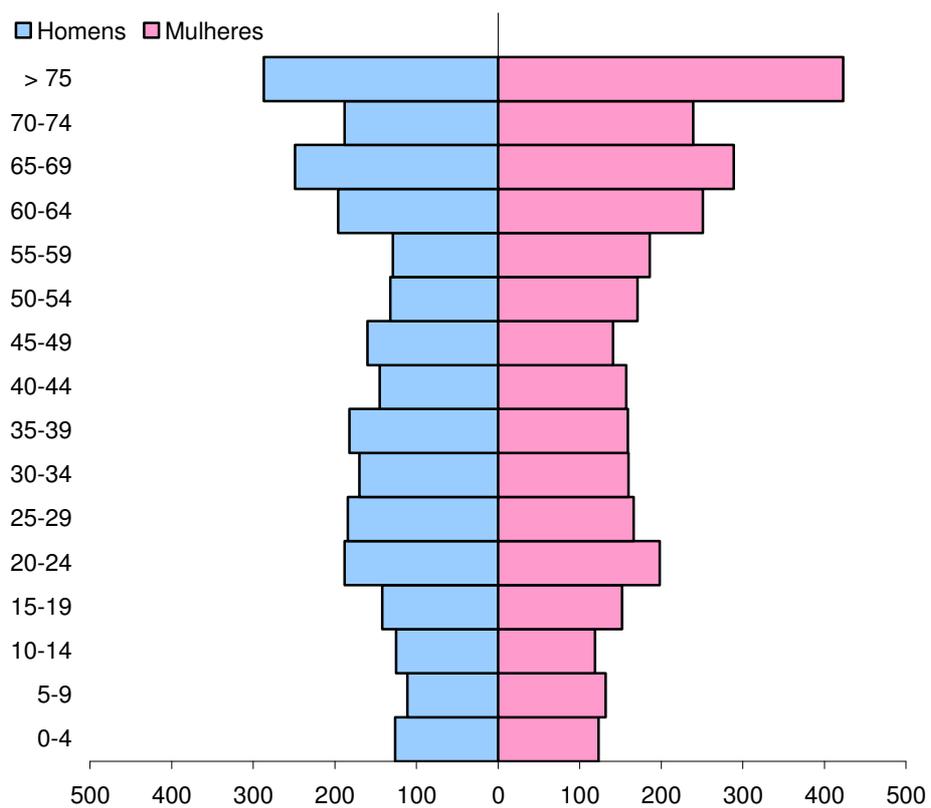
Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População

Gráfico 11 – Pirâmide etária – 1991



Fonte: INE, XIII Recenseamento Geral da População

Gráfico 12 – Pirâmide etária – 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

2.2.1 - Distribuição da População

O decréscimo populacional ocorrido ao nível das freguesias está, indubitavelmente, relacionado com a diminuição populacional verificada à escala dos lugares (Tabela 7). De um modo geral, a população residente diminuiu significativamente em todos os lugares, especialmente, nos considerados isolados e de pequena dimensão. As localidades que fixam, actualmente, maior número de habitantes são Sousel, Cano e Casa Branca, facto que se deve, sobretudo, à posição hierárquica que estes ocupam na rede urbana. Estes três lugares concentram em si cerca de 80% da população residente no município.

Tendo em conta a hierarquia dos aglomerados urbanos definida no Plano Director Municipal de Sousel (PDM), o lugar de Sousel (sede do município) é considerado de 1º nível concentrando maior número e diversidade de serviços, equipamentos e infra-estruturas e, por isso, apresenta também maior peso populacional. Assim sendo, a vila de Sousel conta com determinados serviços (educação, saúde, banca ...) e equipamentos (educação, desportivos, sociais ...) que acabam por incutir a fixação da população constituindo-se, dessa forma, como o principal aglomerado urbano concentrando 35,4% da população residente em 2001 (2047 habitantes).

Cano, Casa Branca e Santo Amaro seguem-se nesta hierarquia urbana – 2º nível – uma vez que possuem algumas funções inerentes às sedes de freguesia (Juntas de Freguesia) e ainda alguns equipamentos (Escolas, centros de Dia, Equipamentos Desportivos...). Os lugares de Cano e Casa Branca detinham, em 2001, 25,8% e 21% da população residente com 1494 e 1218 habitantes, respectivamente. O lugar de Santo Amaro concentrava, nos últimos censos, 11,9% da população residente (690 habitantes).

Os restantes lugares apresentam pouca expressão populacional o que, nalguns casos, se deve ao facto de não desempenharem funções centrais relevantes. Contudo, e independentemente, da importância que cada lugar possa ocupar, constata-se que todos os lugares, de um modo geral, sofreram um decréscimo populacional, o que se reflectiu à escala de freguesia e, conseqüentemente, à escala municipal. O lugar de Cano perdeu, desde 1960, cerca de 40% da sua população residente passando de 2494 para 1494 habitantes.

No que diz respeito à estrutura do povoamento, no município de Sousel, o povoamento é maioritariamente concentrado já que as sedes de freguesia concentram cerca de 94% da população residente, ao passo que os lugares isolados apenas representam 2,2% da população em todo o município.

Tabela 7 – Evolução da população, por lugares e freguesias - Sousel

	1960	1970	1981	1991	2001
Freguesia do Cano	2760	1860	1987	1656	1537
Azenhas	25				
Cano	2494		1932	1626	1494
Horta do Negrinho	20				
Monte da Macarra	5				
Monte de S. Pedro	31				
Tapada da Rouca	66				
Outros lugares					
Isolados	119		55	30	43
Freguesia de Casa Branca	2574	1890	1889	1625	1392
Almadafe	476		166	99	84
Casa Branca	1689		1539	1378	1218
Herdade de Aravia	25				
Herdade de D. João	32				
Herdade do Monchão	65				
Vale de Freixo	202		90	87	77
Outros lugares					
Isolados	85		94	61	13
Freguesia de Santo Amaro	1385	1075	866	755	706
Montes Crús	39				
Santo Amaro	995		775	728	690
Telheiro	66				
Outros lugares					
Isolados	285		91	102	16
Freguesia de Sousel	3859	2665	2517	2114	2145
Benavente	21				
Cardealinho	15				
Sousel	3379		2389	2012	2047
Outros lugares					
Isolados	444		128	102	98
Município de Sousel	10578	7490	7259	6150	5780

Nota: Dado aos erros encontrados em 1970 colocou-se apenas a população por freguesia

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIX Recenseamentos Gerais da População

Tendo em conta a distribuição da população segundo a dimensão dos lugares (Tabela 8), verifica-se que ocorreram várias alterações. De um modo geral, todos os lugares registaram quebras populacionais, sobretudo, os de menor dimensão como é o caso dos lugares com menos 100 habitantes e os lugares isolados.

Entre 1960 e 2001, os lugares com menos de 100 habitantes perderam cerca de 82,9% da sua população e, no caso dos lugares isolados também se registou uma diminuição em termos populacionais já que, enquanto em 1960, os residentes em lugares isolados representavam cerca de 9,4% da população total, em 2001, o seu peso foi somente de 2,9%. Em contrapartida, e dada a tendência para concentração da população, houve um acréscimo de 1023 habitantes nos lugares de 1000 a 1999 habitantes. Esta evolução demonstra que, de um modo geral, a população tende a concentrar-se com o objectivo de ter um acesso, mais facilitado, aos serviços básicos.

Actualmente, 82,3% da população de Sousel reside em lugares com mais de 1000 habitantes (46,9% dos residentes vivem em lugares de 1000 a 1999 habitantes e 35,4% vivem em lugares de 2000 a 2999 habitantes), no entanto, apenas na década de 60, se registaram lugares com mais de 3000 habitantes.

Tabela 8 – Evolução da distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares - Sousel

Dimensão dos lugares	População				
	1960	1970	1981	1991	2001
Isolados	993	-	368	295	170
Menos de 100 Hab.	410	-	90	186	161
De 100 a 499 Hab.	678	-	166		
De 500 a 999 Hab.	995	-	775	728	690
De 1000 a 1999 Hab.	1689	-	3471	3004	2712
De 2000 a 2999 Hab.	2494	-	2389	2012	2047
Mais de 3000 Hab.	3379	-	-	-	-

Nota: Dado aos erros encontrados em 1970 colocou-se apenas a população por freguesia

Fonte: INE, X, XI, XII e XIII, Recenseamentos Gerais da População

Analisando a densidade populacional da região do Alentejo Central e do município do Sousel (Tabela 9), verifica-se que, desde 1981, em ambos os casos a tendência tem sido para uma diminuição da densidade, sendo que esta foi mais sentida no município. Assim, enquanto no Alentejo Central a densidade populacional passou de 25 para 24 habitantes por km², no município a diminuição, no mesmo período, foi de 26 para 21 habitantes por km².

Ao nível das freguesias, mais uma vez, verifica-se a perda de população, pois todas as freguesias viram a sua densidade populacional diminuir, com destaque para a freguesia de Cano que perdeu, entre 1981 e 2001, 9 habitantes por km² (40 para 31 habitantes por km²). A freguesia de Cano, apesar de ter visto a sua densidade diminuir, em 2001, manteve-se como a que possui maior densidade populacional. Sousel segue-se como a segunda freguesia com maior densidade populacional com 24 habitantes por km² situação resultante do facto de, administrativamente, a vila do Sousel ser a sede de município e, conseqüentemente, ter uma maior capacidade centralizadora. Pelo contrário, a freguesia de Santo Amaro, embora seja a freguesia com menor área ocupada, conta apenas 18 habitantes por Km² demonstrando a sua fraca capacidade de fixar população.

Tabela 9 – Área, densidade populacional e distribuição da população residente na sub-região do Alentejo Central e no município de Sousel

	Área (Km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)			Distribuição da população		
		1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alentejo Central	7233,56	25,0	23,9	24,0	180480	173216	173646
Cano	49,41	40,2	33,5	31,1	1987	1656	1537
Casa Branca	100,82	18,7	16,1	13,8	1889	1625	1392
Santo Amaro	39,51	21,9	19,1	17,9	866	755	706
Sousel	89,2	28,2	23,7	24,0	2517	2114	2145
Município de Sousel	278,94	26,0	22,0	20,7	7259	6150	5780

Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

2.2.2 - Projecções Demográficas

O planeamento deve estar ajustado à realidade dos municípios em análise e, sendo o principal objectivo da Carta Educativa proceder à reorganização da rede educativa, é necessário realizar projecções demográficas para o horizonte temporal do plano com o objectivo de prever as necessidades que poderão existir de equipamentos escolares.

Foram elaboradas projecções demográficas da população residente no município de Sousel até ao ano 2011 e foram estimados três cenários distintos: alto, médio e baixo (Tabela 10). Para o cenário alto considerou-se a população residente à data dos Censos de 1991, para o cenário baixo o número de habitantes dos Censos de 1981 e para o cenário médio elaborou-se a média dos dois cenários, o que permitiu uma maior aproximação em relação às possíveis perspectivas para o município.

Para o cálculo das projecções foi utilizada a seguinte metodologia: numa primeira fase calculou-se o crescimento médio anual do período, posteriormente multiplicou-se esse valor pela população de determinado ano e obteve a população que cresce anualmente, na fase seguinte esse valor é subtraído à população do ano anterior, sendo, o resultado dessa subtracção, a população desse ano e assim, sucessivamente, até 2011.

Nos diversos cenários apresentados apresentam, até 2011, segundo os cálculos efectuados existirá um decréscimo populacional (Tabela 10). Segundo o cenário alto, a população do município de Sousel, em 2011, será 5442 habitantes; no cenário baixo, existirão 5217 indivíduos; e, no cenário médio, o município terá uma população de 5329 habitantes, no horizonte projectado.

Tabela 10 – Projecções da população - Sousel

	1981	1991	2001	2011
Cenário alto				5442
Cenário médio	7259	6150	5780	5329
Cenário baixo				5217

Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais de População

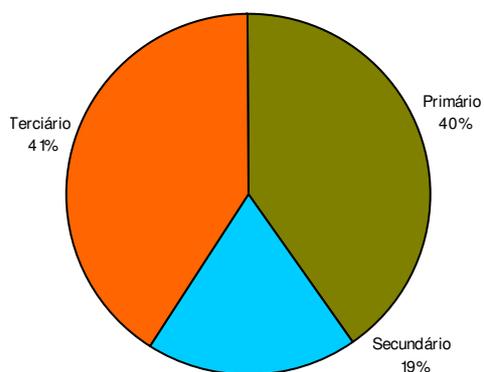
2.3 - Actividades Económicas

A análise comparativa dos dados dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, relativos à população activa por sectores de actividade, permitem verificar que, embora a população residente tenha diminuído, ocorreu um aumento relativo da população activa no município de Sousel. Em 1991, a população activa correspondia a 2127 habitantes, o que representava 34,6% do total da população, e em 2001, a população activa correspondia a 2178 habitantes, o que equivalia a 37,7% da população do município.

Analisando a distribuição dos activos pelos sectores de actividade (Gráficos 13 e 14) verifica-se que, à semelhança do que ocorreu em todo o país, registaram-se alterações significativas. No que se refere ao sector primário, registou-se um decréscimo acentuado do peso relativo deste sector de actividade para praticamente metade, visto que, em 1991, este sector ocupava 40% da população activa do município enquanto que, em 2001, ocupava apenas 20%. Nos sectores secundário e terciário registaram-se aumentos na percentagem de activos dedicados a cada um deles. Desta forma, no sector secundário registou-se um ligeiro aumento na percentagem de activos afectos a este sector passando, entre 1991 e 2001, de 19 para 26%. O sector terciário foi o que registou um aumento mais significativo passando de 41%, em 1991, para 54%, em 2001.

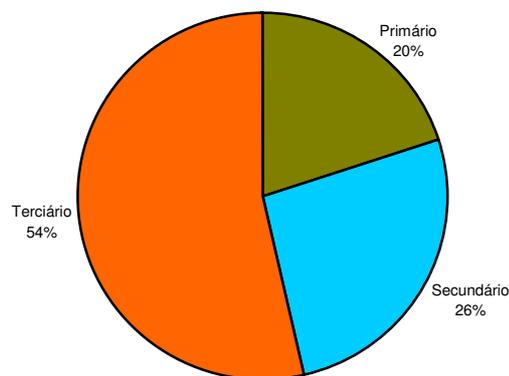
Em suma, do ponto de vista económico, à medida que as actividades agrícolas perdem importância as actividades relacionadas com o sector terciário tem vindo a aumentar através de uma forte concentração de comércio e serviços (principalmente os serviços relacionados com o apoio à 3ª idade).

Gráfico 13 – População activa segundo o sector de actividade, em 1991



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Gráfico 14 – População activa segundo o sector de actividade, em 2001



Fonte: INE, XIII Recenseamento Geral da População

Analisando a distribuição da população activa, por sector de actividade, nas freguesias (Tabela 11), verifica-se que ocorreram diversas alterações no período entre 1991 e 2001.

Em todas as freguesias verificou-se uma notória diminuição da população com actividade relacionada com o sector primário, com principal destaque para a freguesia de Casa Branca que perdeu 159 activos neste sector. As freguesias de Santo Amaro e Sousel são, no entanto, as que menor percentagem de população activa têm a exercer função neste sector com 3,2% e 3,8%, respectivamente.

Pelo contrário, o sector secundário, entre 1991 e 2001, registou em todas as freguesias do município um aumento do número de activos. A freguesia de Sousel é a que detém maior número de activos a trabalhar no sector secundário e foi também a que, no período em análise, mais activos ganhou contado com mais 56 trabalhadores do que os contabilizados em 1991. A construção da Zona Industrial na sede de município, conjugada com outros incentivos permitiu aumentar o número de unidades industriais, o que justifica o aumento que se registou na população ligada ao sector secundário.

No entanto, foi no sector terciário que os aumentos dos activos foram mais significativos. A freguesia de Sousel, como sede do município, é a que apresenta maior peso de activos a trabalhar neste sector (25,5%) e, além disso, entre 1991 e 2001, registou um aumento de 109 activos neste sector.

Por último, é de referir que, em termos de emprego, a população do município de Sousel segue a tendência nacional – terciarização da população activa e progressivo abandono das actividades agrícolas.

Tabela 11 – Evolução da distribuição da população activa segundo o sector de actividade, por freguesias - Sousel

Freguesias	Sector primário				Sector secundário				Sector terciário			
	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%
Cano	273	12,8	137	6,3	77	3,6	132	6,1	205	9,6	259	11,9
Casa Branco	303	14,2	144	6,6	104	4,9	148	6,8	148	7,0	229	10,5
Santo Amaro	139	6,5	70	3,2	66	3,1	89	4,1	73	3,4	125	5,7
Sousel	141	6,6	82	3,8	151	7,1	207	9,5	447	21,0	556	25,5
Município de Sousel (Total de Activos)	856	40,2	433	19,9	398	18,7	576	26,4	873	41,0	1169	53,7

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

O sector III pode ser analisado de duas formas: actividades de natureza social e actividades económicas (Tabela 12). De um modo geral, verifica-se que existem diferenças significativas entre 1991 e 2001 uma vez que houve um aumento da importância das actividades de natureza social relativamente às de natureza económica.

Em 1991, predominavam os serviços relacionados com as actividades económicas em todas as freguesias, contudo, em 2001, a situação era diferente. Dez anos depois, embora o município ainda apresentasse uma maior percentagem de activos nos serviços relacionados com actividades económicas (51%), as freguesias Casa Branca e Sousel apresentavam uma maior percentagem de activos a exercer funções nos serviços de natureza social com 52% e 53,8%, respectivamente.

Esta alteração deve-se, sobretudo, ao envelhecimento da população e a necessidade de maiores cuidados com a população idosa, quer em lares de 3ª idade, quer com outros serviços de apoio e, assim sendo, a tendência é para que todas as freguesias do município em estudo venham a possuir mais activos nos serviços de natureza social do que nos serviços de natureza económica.

Tabela 12 – Evolução da distribuição da população residente do sector terciário nas freguesias - Sousel

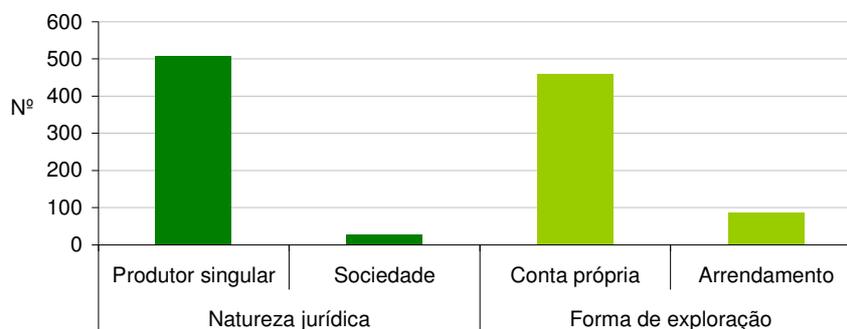
	1991				2001					
	Total	Serviços de natureza social	%	Serviços relac. com act. Econ.	%	Total	Serviços de natureza social	%	Serviços relac. com act. Econ.	%
Cano	205	59	28,8	146	71,2	259	108	41,7	151	58,3
Casa Branca	148	49	33,1	99	66,9	229	119	52,0	110	48,0
Santo Amaro	73	17	23,3	56	76,7	125	47	37,6	78	62,4
Sousel	447	201	45,0	246	55,0	556	299	53,8	257	46,2
Sousel	873	326	37,3	547	62,7	1169	573	49,0	596	51,0

Fonte: INE, XII, XIII, Recenseamentos Gerais da População

No município, ao nível do sector primário, destacam-se essencialmente as actividades relacionadas com a agricultura. Tendo como base, o Anuário Estatístico da Região do Alentejo verificamos que, em 1999, existiam, no município de Sousel, um total de 537 explorações agrícolas que perfaziam 24979 ha.

Segundo a natureza jurídica (Gráfico 15), 507 explorações (14812 ha) pertenciam a produtores singulares e apenas 27 explorações (8026 ha) pertenciam a sociedades. Segundo a forma de exploração, 460 explorações (15111 ha) eram cultivadas por contra própria e 87 explorações (8203 ha) em regime de arrendamento. Os números anteriormente referidos reflectem apenas a existência de um fraco associativismo no município em estudo.

Gráfico 15 – Natureza jurídica e forma de exploração das explorações agrícolas – Sousel, em 2001



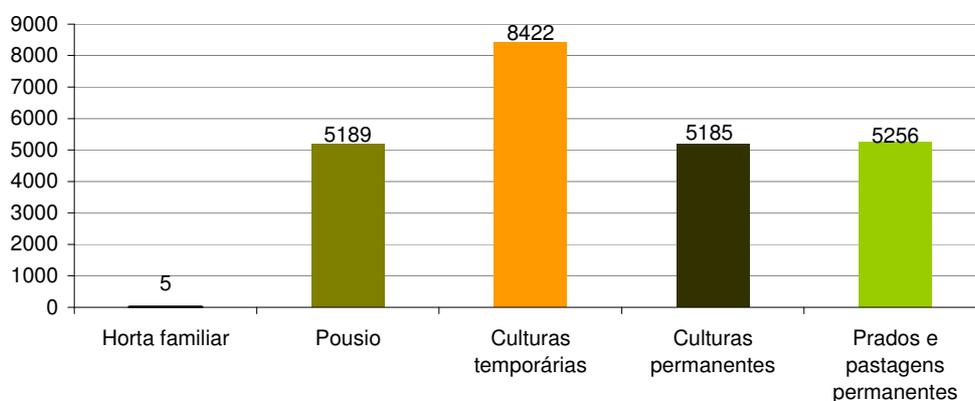
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

No que diz respeito à constituição da SAU (Gráfico 16), em 1999, grande parte da área agrícola era utilizada para culturas temporárias (8422 ha). As hortas familiares, pelo contrário, têm pouco representatividade ocupando somente 5 ha. A restante área encontrava-se distribuída de forma equilibrada por culturas permanentes (5185 ha), pousio (5189 ha) e prados/pastagens permanentes (5256 ha).

De acordo com o Anuário Estatístico de 1999, verificou-se que, no que se refere às culturas temporárias, a maior parte do espaço ocupado destina-se à produção de cereal (4397 ha) e prados e forragens (2934 ha). Com uma área inferior a 1000 ha, seguem-se por ordem decrescente as seguintes culturas: industriais (693 ha); hortícolas (319 ha) e leguminosas (18 ha).

Relativamente, às culturas permanentes, o município em estudo é, claramente, dominado pelo olival com quase 5000 ha ocupados. A vinha é a produção que se segue com mais ha ocupados (162 ha), no entanto, as restantes culturas têm pouca expressividade já que ocupam somente 5ha (citricos); 7 ha (frescos) e 12 ha (secos).

Gráfico 16 – Constituição da SAU – Sousel, em 2001



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

O tecido empresarial do município de Sousel (Tabela 13) era constituído, em 2001, por 802 empresas que se distribuíam pelos diversos ramos de actividade. Existem, no entanto, alguns ramos de actividade que se destacam como é o caso do comércio e reparação com 270 empresas e da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca com 274 empresas. Estes dois ramos de actividade têm uma importância fundamental no tecido empresarial do município porque ambos, isoladamente, representam cerca de 64,5% do total de empresas existentes.

Tabela 13 – Empresas com sede na região, segundo a CAE – Ver. 2, 31-12-2000

Ramo de actividade	Sousel	(%)
Actividades mal definidas	33	4,1
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	247	30,8
Indústrias Extractivas	1	0,1
Indústrias transformadoras	50	6,2
Construção	62	7,7
Comércio e reparação	270	33,7
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	59	7,4
Transportes, armazenagem e comunicações	22	2,7
Actividades financeiras	13	1,6
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	19	2,4
Outras actividades	26	3,2
Total	802	100

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Embora a população activa no sector secundário tenha aumentado no período entre 1991 e 2001, o tecido empresarial ligado às indústrias transformadoras não é muito diversificado (Tabela 14). Assim, estavam sedeadas no município 50 empresas ligadas à indústria transformadora. Dentro destas existia uma grande concentração nas indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco que perfaziam 48% do total das indústrias transformadoras (24 empresas). Ainda com alguma expressão, estão sedeadas empresas ligadas às indústrias metalúrgicas com 12 empresas (24%) e a indústria da madeira e cortiça com 7 empresas (14%).

Tabela 14 – Empresas com sede na região, segundo a CAE – Ver. 2, 31-12-2000 – Indústria transformadora

Indústria transformadora	Sousel	(%)
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	24	48,0
Indústria têxtil	1	2,0
Indústria do couro e dos produtos do couro	2	4,0
Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	7	14,0
Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	0	0,0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	2,0
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0	0,0
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	12	24,0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.	3	6,0
Indústria transformadoras, n. e.	0	0,0
Total	50	100,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

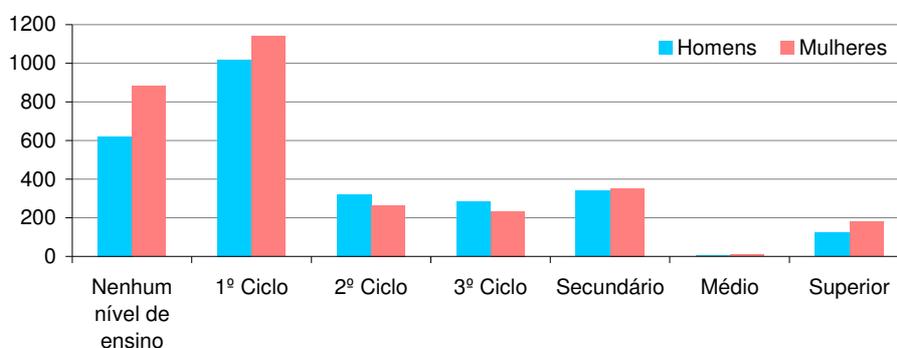
2.4 – Análise Social

A análise do nível de ensino atingido de um município é muito importante para poder identificar as reais necessidades de formação da população (Gráfico 17).

No município de Sousel verifica-se que a maioria da população possui apenas o 1º ciclo de escolaridade (cerca de 37,4% da população) e segue-se, também, uma vasta parte da população que não possui qualquer nível de ensino (aproximadamente 26%). Nesta situação encontram-se tanto os idosos como uma parte da população em idade activa pois, ou não tiveram oportunidade de frequentar o ensino ou frequentaram apenas até à antiga 4ª classe.

Analisando o grau de ensino atingido por sexos verificam-se algumas disparidades. Desta forma, constata-se que, das pessoas que não possuem qualquer nível de ensino, a maioria são mulheres (58,6%). No entanto, nos restantes níveis de ensino, os homens só são em número superior às mulheres no caso do 2º e 3º ciclos de ensino. Relativamente ao ensino superior, verifica-se que a maior parte dos licenciados são do sexo feminino (quase 60%).

Gráfico 17 – População residente, segundo o nível de ensino atingido e sexo

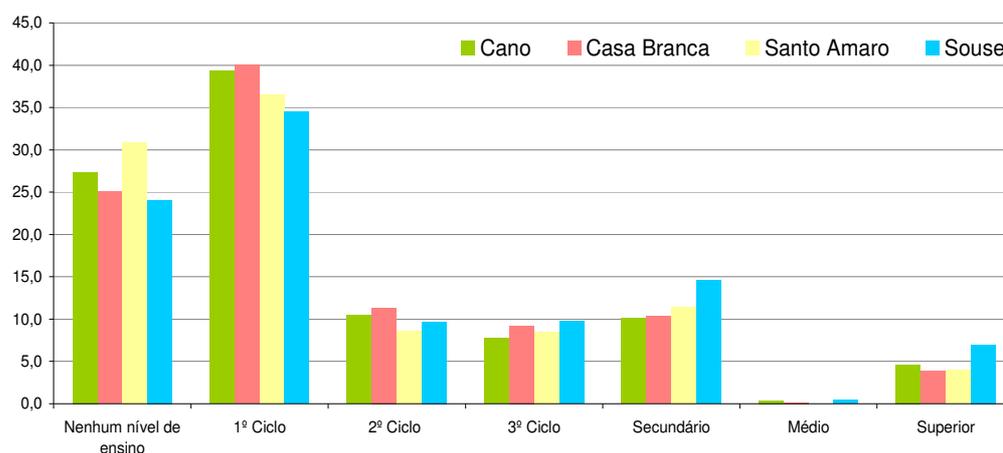


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Analisando o nível de ensino da população nas freguesias do município de Sousel (Gráfico 18), verifica-se que a maior parte da população, em todas as freguesias, concluiu apenas o 1º ciclo de ensino. Embora exista um equilíbrio entre as várias freguesias, Sousel destaca-se por 2 aspectos. A freguesia de Sousel destaca-se, em primeiro lugar, por ser das quatro freguesias a que possui menor percentagem de população sem qualquer nível de ensino (24,1%) e, em segundo, porque é a que apresenta a maior percentagem de licenciados (7%).

É, porém, importante salientar que em qualquer das freguesias em análise, a soma dos indivíduos sem nenhum nível de ensino com os indivíduos que possuem somente o 1º ciclo, ultrapassa os 50%. Nesta situação encontram-se, sobretudo, a população envelhecida ou em idade activa com mais idade.

Gráfico 18 – População residente, por freguesia, segundo o nível de ensino atingido



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

3 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

A rede educativa de um município, enquanto motor do seu sistema educativo, é entendida pela conjugação dos diferentes níveis de ensino que a compõem (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Superior) com o espaço em que se inserem. Para tal, as conectividades territoriais (cujas acessibilidades assumem particular destaque) e o grau de articulação espacial e organizacional com os municípios vizinhos tornam-se cruciais para obter os patamares estabelecidos.

3.1 - A procura da educação e do ensino

A caracterização da procura é fundamental para (re)ordenar a rede educativa municipal. Esta rede inclui todos os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e cooperativa solidária, incluindo a concretização da acção social escolar no município, o que implica, à partida, a análise de um significativo conjunto de indicadores. No entanto, antes de avançar com qualquer análise, é importante perceber a forma como o território educativo de Sousel se encontra organizado.

Durante os últimos anos lectivos (Tabela 15), o território educativo do município tem sofrido grandes alterações devido a mudanças na procura. A redução que se verificou na procura de equipamentos escolares levou ao encerramento ou concentração de diversos ciclos de ensino no mesmo estabelecimento. Desde o ano lectivo 2001/02 até à actualidade encerraram 2 estabelecimentos de ensino no município de Sousel: a EB1 de Vale do Freixo (final de 2001/02) e a EB1 de Almadafe (final de 2002/03). Outra situação que se verificou foi a concentração de diversos ciclos de ensino no mesmo estabelecimento, o que ocorreu em 3 casos constituindo-se a EB1/JI de Sousel, EB1/JI de Casa Branca (ambas em 2001/02) e a EB1/JI de Cano (em 2002/03). Desta concentração de ciclos de ensino no mesmo estabelecimento, com o objectivo de aproveitar melhor os recursos disponíveis, resultou o encerramento dos estabelecimentos de onde foram transferidos as crianças/alunos.

Após estes encerramentos, existem, em funcionamento, 7 estabelecimentos de ensino que asseguram aos residentes no município a conclusão da escolaridade obrigatória e a frequência da educação pré-escolar.

A EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes, a escola sede do único agrupamento de escolas existente no município, é o único estabelecimento que assegura a continuidade após o fim do 1º ciclo, leccionando os 2º e 3º ciclos. Este estabelecimento funcionou já como uma EBI, no ano lectivo 1996/97, quando leccionou também o 1º ciclo.

A restante rede educativa do município é constituída por 4 estabelecimentos do 1º ciclo dos quais 3 que funcionam como EB1/JI e 1 que lecciona apenas o 1º ciclo (EB1 de Santo Amaro). Relativamente, ao ensino pré-escolar, além das EB1/JI's existe ainda um JI público (JI de Santo Amaro) e um JI particular (JI da Santa Casa da Misericórdia).

Tabela 15 – Distribuição numérica dos alunos, por estabelecimento de ensino – Sousel

	Freguesia	Estabelecimento	Ano lectivo 2004/05	Ano lectivo 2005/06
Pré-escolar	Cano	EB1/JI de Cano	25	25
	Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca	13	23
	Sousel	EB1/JI de Sousel	12	20
		JI da Santa Casa da Misericórdia	48	51
	Santo Amaro	JI de Santo Amaro	20	16
1º CEB	Cano	EB1/JI de Cano	52	45
	Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca	56	48
	Sousel	EB1/JI de Sousel	114	100
	Santo Amaro	EB1 de Santo Amaro	28	31
2º CEB	Sousel	EB2, 3 Pe. Joaquim Maria Fernandes	88	114
3º CEB	Sousel	EB2, 3 Pe. Joaquim Maria Fernandes	134	122
TOTAL			590	595

Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2005

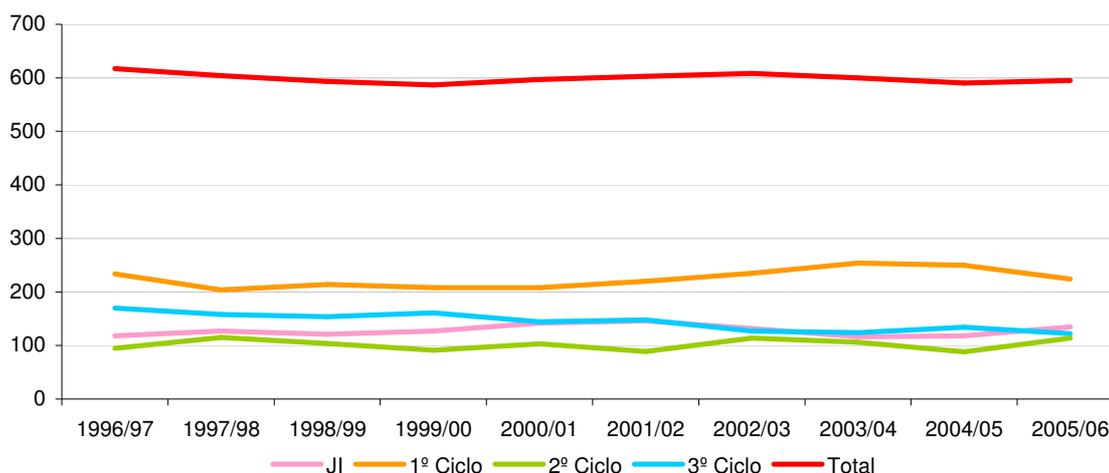
Inquérito indirecto, Abril 2005

Inquérito indirecto, Setembro 2005

O número de alunos inscritos tem, desde 1996/97, vindo a diminuir lentamente e apresentou, entre 1996/97 e 2005/06, uma variação negativa de cerca de 3,6% (Gráfico 19). Apesar disso, nem todos os ciclos de ensino seguiram a mesma tendência. No caso do pré-escolar e do 2º ciclo, registou-se, neste período, uma variação positiva de 14% e 20%, respectivamente. Pelo contrário, nos 1º e 3º ciclos ocorreram variações negativas que foram mais sentidas no 3º ciclo. Desta forma, enquanto no 1º ciclo se registou uma diminuição de 4,3% (234 para 224 alunos), no 3º ciclo a redução foi na ordem dos 28,2% (170 para 122 inscritos).

No que concerne à distribuição percentual dos alunos pelos diversos ciclos de ensino constata-se que, apesar da diminuição de alunos sentida no 1º ciclo ainda foi este ciclo de ensino que mais população escolar detinha com 37,6% do total (224 alunos). Seguiram-se o pré-escolar com 22,7% (135 crianças); o 3º ciclo com 20,5% e, por último, o 2º ciclo com 19,2%.

Gráfico 19 – Evolução do número de inscritos por ciclos de ensino – Sousel



Fonte: DREA, Março 2005

Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.1.1- Educação pré-escolar

A educação pré-escolar abrange as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos e visa o desenvolvimento físico e intelectual destas crianças, sendo, por isso, a sua importância cada vez mais reconhecida. Devido a esta crescente importância, os esforços das entidades responsáveis têm sido no sentido de tentar facultar o acesso a este nível de ensino a todas as crianças. Embora se verifique uma constante quebra na natalidade, a procura destes estabelecimentos tem vindo a aumentar devido a diversos factores sociais (entrada da mulher no mercado de trabalho, redução do tempo disponível para cuidar dos filhos, entre outros). Apesar de todos os esforços desenvolvidos, segundo a DREA, existiam, no ano lectivo 2004/05, 2 crianças em lista de espera para frequentar o pré-escolar, nomeadamente na EB1/JI de Cano. Note-se, no entanto, que no presente ano lectivo (2005/06) não existem quaisquer crianças em lista de espera.

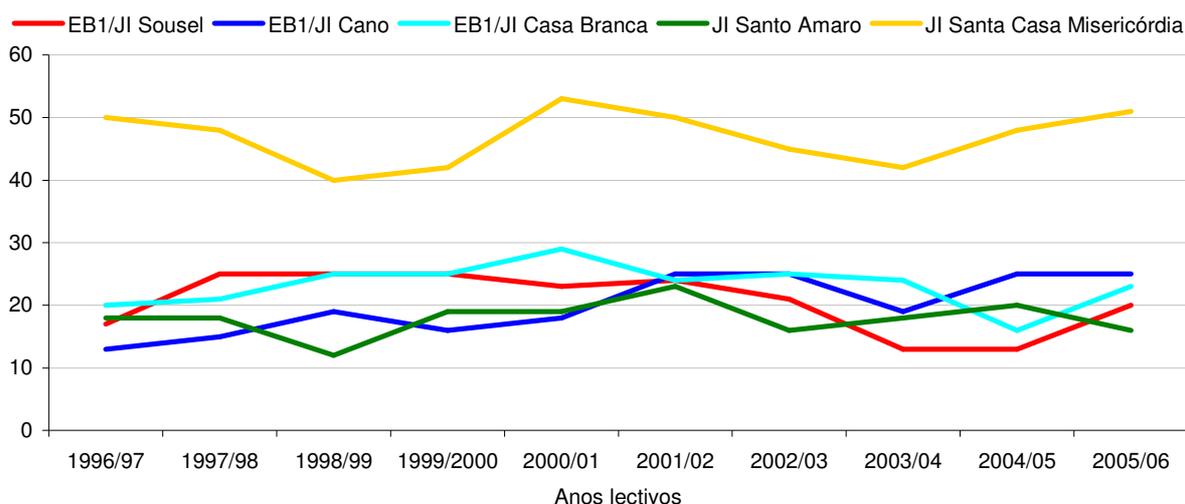
No ano lectivo 2005/06, encontravam-se inscritas, no pré-escolar deste município, 135 crianças, das quais 84 estavam inscritas nos estabelecimentos da rede pública e 51 na rede privada.

Como referido anteriormente, durante o período entre 1996/97 e 2005/06, o número de crianças inscritas no pré-escolar, após diversas oscilações, registou um aumento no valor total de inscritos.

A evolução do número de inscritos na educação pré-escolar encontra-se representada no Gráfico 20. Até ao ano lectivo 2001/02, os JI funcionavam em estabelecimentos independentes, no entanto, a partir deste ano lectivo o JI de Sousel e o de Casa Branca juntaram-se com as EB1 de Sousel e Casa Branca constituindo as EB1/JI de Sousel e de Casa Branca. No ano lectivo seguinte, ocorreu a mesma situação com o JI de Cano.

O JI da Santa Casa da Misericórdia foi sempre o estabelecimento da educação pré-escolar com mais crianças inscritas. De um modo geral, todos os estabelecimentos do pré-escolar verificaram, durante o período em análise, um aumento no número de inscritos. O aumento mais sentido, de 92,3%, ocorreu na EB1/JI do Cano, com o número de alunos praticamente a duplicar, passando de 13 para 25 inscritos. Pelo contrário, o JI de Santo Amaro sofreu uma redução de 11%, passando de 18 para 16 alunos.

Gráfico 20 – Evolução do número de alunos da educação pré-escolar – Sousel



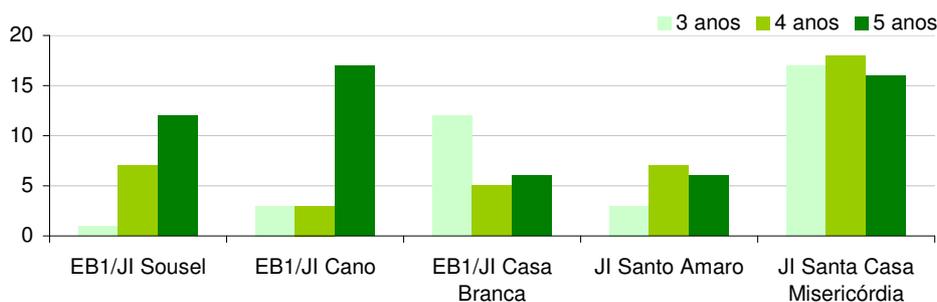
Nota: Até 2001/02, os JI da EB1/JI de Sousel e da EB1/JI de Casa Branca funcionaram como estabelecimentos independentes sobre as designações de JI de Sousel e JI de Casa Branca. O mesmo sucedeu com o JI de Cano até 2002/03.

Fonte: DREA, Março 2005

Inquérito indirecto, Setembro 2005

O ensino pré-escolar abrange crianças com idades compreendidas entre 3 e os 5 anos (Gráfico 21). Ao analisar a distribuição das crianças por idades, no município de Sousel, verificou-se que as crianças com 5 anos de idade tinham maior peso do que as de 3 anos, com 57 e 36 inscritos, respectivamente. Esta situação foi, particularmente, evidente na EB1/JI de Cano e na EB1/JI de Sousel com 1 e 3 crianças de 3 anos e 12 e 17 de 5 anos, respectivamente. Na EB1/JI de Casa Branca a situação foi inversa, já que, a maior parte das crianças que frequentavam este JI possuíam 3 anos (existiam 12 crianças com 3 anos; 5 com 4 anos e 6 com 5 anos). Nos restantes estabelecimentos existiu um maior equilíbrio entre as crianças inscritas nos vários anos.

Gráfico 21 – Número de Alunos no Pré-escolar, por idades – Sousel (2005/06)



Nota: A EB1/JI de Cano possui 2 crianças com mais de 5 anos.

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.1.2 - 1º Ciclo do ensino básico

Devido a ser um dos ciclos integrantes da escolaridade obrigatória, o 1º ciclo do ensino básico apresenta, em relação ao pré-escolar, um número de inscritos superior. Relativamente a este ciclo de ensino, o município do Sousel apresentou, entre 1996/97 e 2005/06, algumas oscilações no número de inscritos que resultaram num ligeiro decréscimo, passando de 234 para 224 alunos. Porém, segundo o INE e o Ministério da Educação, prevê-se que o número de alunos, neste ciclo de ensino, aumente a partir de 2006.

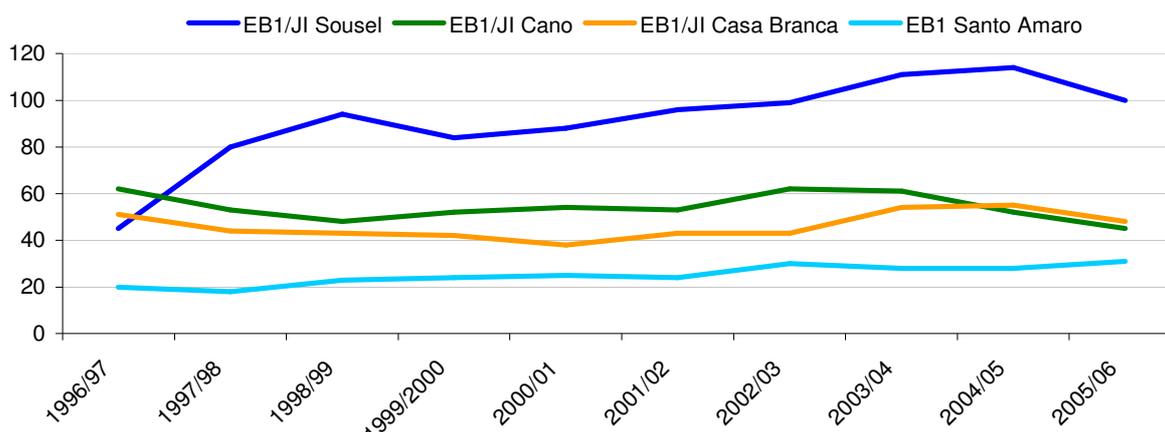
Actualmente, no município de Sousel, o 1º ciclo do ensino básico é leccionado em 4 estabelecimentos. No entanto, a rede de estabelecimentos do 1º ciclo sofreu grandes alterações nos últimos anos lectivos. Ocorreram dois tipos de alterações que provocaram profundas modificações na rede educativa do município. Por um lado, ocorreu o encerramento de 2 estabelecimentos do 1º ciclo (a EB1 de Vale de Freixo, no final de 2001/02, e a EB1 de Almadafe, no final de 2002/03) e, por outro, deu-se a junção de estabelecimentos (EB1/JI de Casa Branca e EB1/JI de Sousel em 2001/02 e a EB1/JI de Cano em 2002/03).

Portanto, encontravam-se em funcionamento, em 2005/06, a EB1/JI de Sousel, a EB1/JI de Cano, a EB1/JI de Casa Branca e a EB1 de Santo Amaro. Desde 1996/97 até 2005/06, a evolução do número de alunos em cada um dos estabelecimentos não seguiu a mesma tendência (Gráfico 22). O maior aumento registou-se entre os anos lectivos 96/97 e 97/98 em que passou de 45 para 80 alunos. Esta situação ficou a dever-se ao facto de, em 1996/97, o 1º ciclo ter funcionado tanto na EB1 de Sousel (actual EB1/JI de Sousel), como na EBI Padre Joaquim Maria Fernandes (actual EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes) e no ano lectivo seguinte o 1º ciclo ter sido extinto na EBI e todos os alunos terem sido transferidos para a EB1.

No que diz respeito aos restantes estabelecimentos de ensino, apenas a EB1/JI de Cano apresentou uma tendência de diminuição passando de 62 para 45 alunos representando, em 2005/06, 27,4% dos alunos do município no 1º ciclo. Já a EB1 de Santo Amaro apresentou um ligeiro acréscimo no número de alunos inscritos – 11 alunos (de 20 para 31 alunos).

Tendo em conta o número de alunos inscritos nos estabelecimentos e o que se encontra legislado pelo o DL 35/88 de 4 de Fevereiro (artigo 70, nº 3) que “todas as escolas que no próximo ano lectivo tenham 10 ou menos alunos deverão ser suspensas”, não se perspectiva a necessidade de encerramento de qualquer um dos estabelecimentos de 1º ciclo em funcionamento no município de Sousel.

Gráfico 22 – Evolução do número de alunos no 1º ciclo do ensino básico – Sousel



Nota: Até 2001/02, as EB1/JI de Sousel e a EB1/JI de Casa Branca funcionaram como estabelecimentos de tipologia EB1 sobre as designações de EB1 de Sousel e EB1 de Casa Branca. O mesmo sucedeu com a EB1 de Cano até 2002/03.

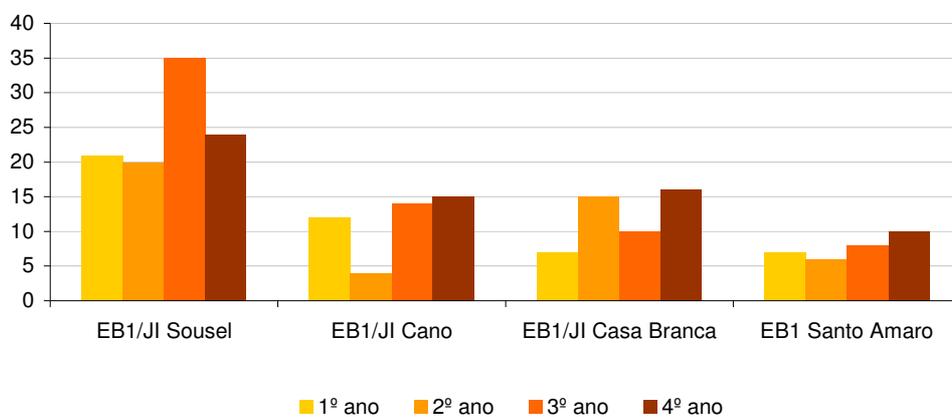
Fonte: DREA, Março 2005

Inquérito indirecto, Setembro 2005.

Em relação à distribuição dos alunos pelos diversos anos de escolaridade (Gráfico 23) verificou-se que na EB1/JI do Sousel existiam, 20 ou mais alunos, em cada um dos anos de escolaridade e, por isso, para o 3º ano de escolaridade (35 alunos inscritos) existiam 2 turmas em funcionamento. Nesta escola, o 1º ano de escolaridade contava com 21 alunos (1 turma); o 2º ano tinha 20 alunos (1 turma); o 3º ano detinha 35 alunos (2 turmas – 1 com 17 e outra com 18 alunos) e, por último, o 4º ano de escolaridade contava com 24 matriculados (1 turma). Nos restantes estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, devido ao reduzido número de alunos a frequentar cada um dos anos de escolaridade, não se justificou a existência de uma turma para cada ano de escolaridade. No caso da EB1/JI de Casa Branca, que possuía 7 alunos no 1º ano, 15 no 2º ano, 10 no 3º ano e 16 alunos no 4º ano, encontravam-se em funcionamento 3 turmas que englobavam alunos de diferentes anos de escolaridade. Na EB1/JI de Cano funcionavam 2 turmas destinadas, uma aos alunos do 1º e 3º ano de escolaridade e outra para os alunos do 1º; 2º e 4º anos de escolaridade.

Por último, na EB1 de Santo Amaro estavam em funcionamento 2 turmas, porém, a composição destas turmas não foi especificada.

Gráfico 23 – Número de Alunos no 1º Ciclo, por anos de escolaridade – Sousel (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

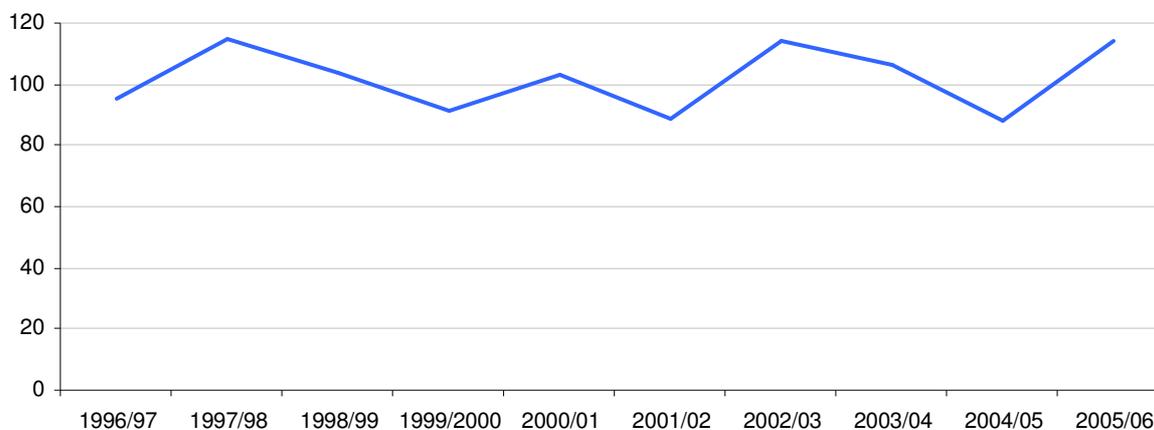
3.1.3 - 2º e 3º ciclos do ensino básico

O 2º ciclo do ensino básico é constituído pelos alunos que frequentam o 5º e 6º anos de escolaridade que, em condições normais, possuem alunos com 10 e 11 anos.

No ano lectivo 2005/06, o único estabelecimento que assegurava o acesso ao 2º ciclo do ensino básico era a EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes, localizada na sede de município.

Como referido anteriormente, o número de inscritos no 2º ciclo, apesar das constantes oscilações, registou um ligeiro acréscimo. Analisando a sua evolução (Gráfico 24), verifica-se que ocorreu, entre 1996/97 e 2005/06, um aumento de 20%, correspondente ao acréscimo de 95 para 114 alunos. Além deste aumento, registaram-se diversas oscilações com picos máximo em 1997/98 e 2002/03, com 115 e 114 inscritos, respectivamente e picos mínimos em 2001/02 e 2004/05, com 89 e 88 inscritos.

Gráfico 24 – Evolução do número de alunos no 2º ciclo do ensino básico – Sousel



Fonte: DREA, Março 2005

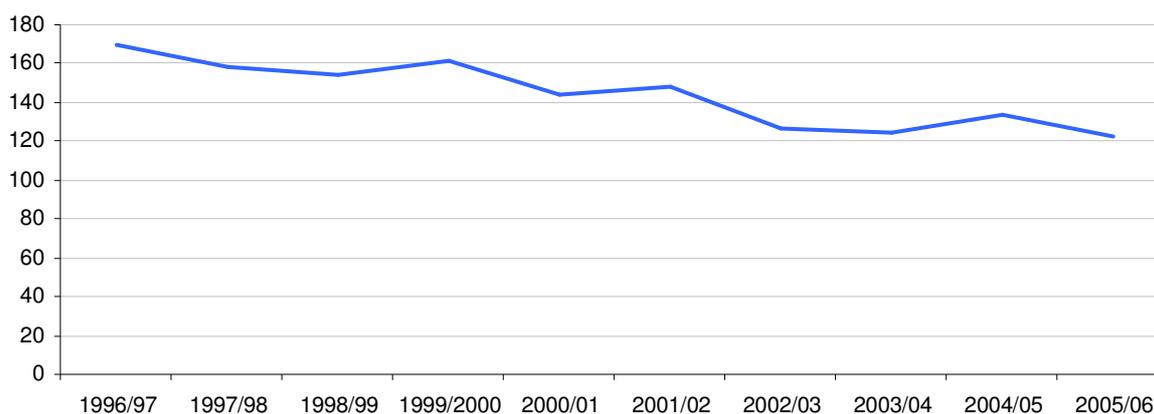
Inquérito indirecto, Setembro 2005.

O 3º ciclo do ensino básico é o último ciclo do ensino básico e engloba os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade destinados, em condições normais, aos alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

Em consequência, do Art.º 13 da Proposta de Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, discutida em Maio de 2003, este ciclo de ensino deixará de existir e passará a constituir os primeiros anos do ensino secundário. O ensino básico passará apenas a ser constituído por dois ciclos, sendo o primeiro de quatro anos e o segundo de dois anos.

Ao contrário do que se sucedeu no 2º ciclo, o 3º ciclo de ensino, no município em estudo, registou um decréscimo na ordem dos 28%. Assim, embora se tenham registado algumas oscilações, durante o período em análise, o número de matrículas passou de 170 para 122.

Gráfico 25 – Evolução do número de alunos no 3º ciclo do ensino básico – Sousel

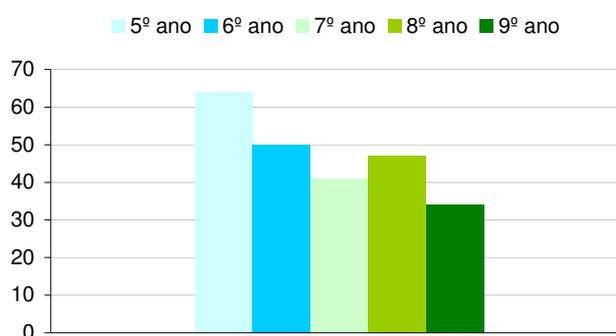


Fonte: DREA, Março 2005.

Inquérito indirecto, Setembro 2005.

Embora o 3º ciclo de ensino tenha apresentado um maior número de inscritos do que o 2º ciclo de ensino, foi nos 5º e 6º anos de escolaridade que se registaram maior número de matriculas, com 64 e 50 alunos, respectivamente. O 3º ciclo contava, com 122 alunos os quais se encontravam distribuídos da seguinte forma: 41 no 7º ano; 48 no 8º ano e 34 no 9º ano de escolaridade (Gráfico 26). Estas diferenças podem ser explicadas por vários factores, nomeadamente, o abandono escolar; as retenções nos vários anos de escolaridade ou, simplesmente, com factores relacionados com a dinâmica demográfica, como por exemplo, a natalidade.

Gráfico 26 – Número de Alunos nos 2º e 3º Ciclos, por anos de escolaridade – Sousel (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.1.4 - Ensino e Educação Especial

No município de Sousel, os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) encontram-se integrados no ensino regular embora beneficiem de apoio educativo especial. No ano lectivo 2005/06, estavam inscritos no município de Sousel 63 alunos com NEE (Gráfico 27). É de referir, no entanto, que a EB1/JI de Sousel; a EB1 de Santo Amaro e o JI da Santa Casa da Misericórdia não fizeram referência ao número de alunos que, eventualmente, poderão necessitar de apoio especial.

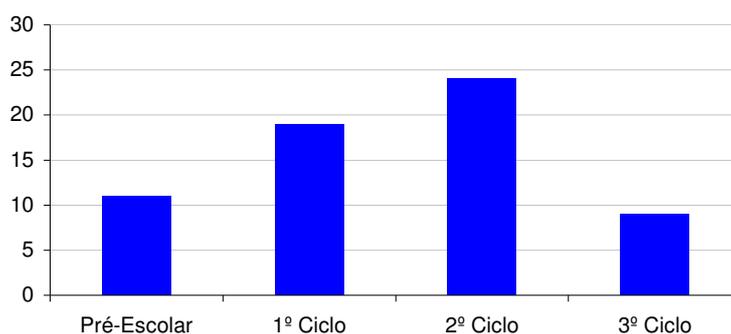
No pré-escolar existiam 11 alunos com NEE que frequentavam a EB1/JI do Cano; a EB1/JI de Casa Branca e o JI de Santo Amaro. Na EB1/JI de Cano existiam 4 crianças com este tipo de necessidades e, destas 4, 1 (de 4 anos) apresentava problemas de comunicação/linguagem e as restantes (todas com 5 anos) possuíam problemas cognitivos. Na EB1/JI de Casa Branca existiam, igualmente, 4 crianças com NEE. Estas 4 crianças tinham problemas diferenciados, assim, existia 1 criança (de 3 anos) com problemas de comunicação/linguagem; 1 criança (de 3 anos) com problemas emocionais/personalidade; 1 criança (de 4 anos) com problemas motores e ainda outra criança com 5 anos de idade com problemas cognitivos.

No 1º ciclo, estavam inscritos, em 2005/06, 19 alunos com Necessidades Educativas Especiais. A EB1/JI de Cano contava com 11 crianças que necessitavam de apoio especial porque 7 delas apresentavam problemas cognitivos; 2 possuíam problemas de comunicação/fala e as restantes tinham problemas emocionais/personalidade. Na EB1/JI de Casa Branca existiam 8 crianças com NEE das quais, 1 possuía problemas de visão; 2 tinham problemas cognitivos; 1 tinha problemas de comunicação/linguagem; 3 apresentavam problemas de emocionais/personalidade e uma possuía deficiências múltiplas.

Na EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes existiam 24 e 9 alunos com NEE, nos 2º e 3º ciclos, respectivamente. Relativamente, ao 2º ciclo de ensino, destes 24 alunos 14 estavam matriculados no 5º ano e 10 frequentavam o 6º ano de escolaridade. No 5º ano de escolaridade a maior parte dos alunos com NEE tinha problemas auditivos (12 alunos) e existia ainda um aluno com problemas emocionais/personalidade e outro com um problema não especificado. Os alunos com necessidade de apoio especial que se encontram a frequentar o 6º ano de escolaridade tinham, na sua maioria, problemas emocionais/ personalidade (6 alunos). Existem ainda alunos com problemas auditivos (2alunos); de visão (1 aluno) e problemas múltiplos (1 aluno).

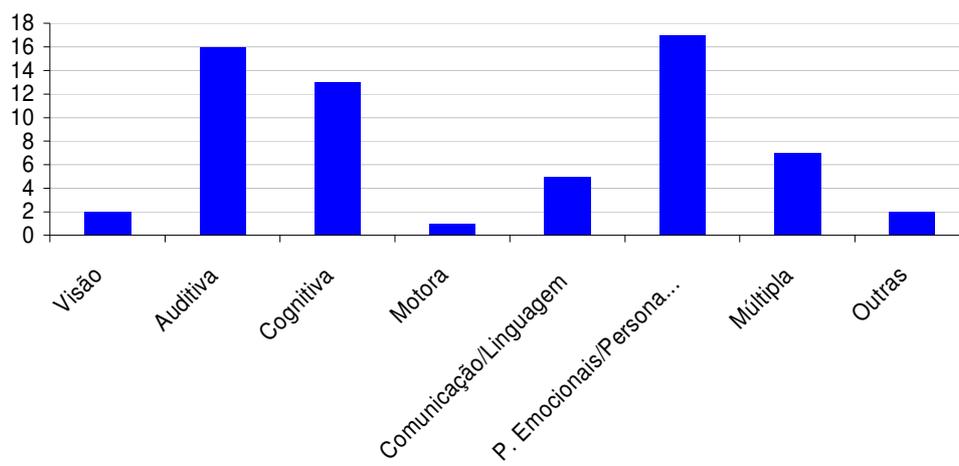
No que concerne ao 3º ciclo de ensino verificou-se que a maior parte dos alunos com NEE frequentam o 7º ano de escolaridade. A frequentar o 7º ano de escolaridade encontravam-se 7 alunos a necessitar de apoio especial (1 aluno com problemas auditivos; 2 com problemas de emocionais/personalidade; 3 com deficiências múltiplas e outro com um problema não especificado). No 8º ano existia apenas 1 aluno com problemas auditivos e no 9º ano existia outro aluno com problemas de emocionais/personalidade.

Gráfico 27 – Alunos NEE – Sousel (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

No que se refere aos tipos de deficiência apresentados pelas crianças/alunos inscritos nos vários estabelecimentos (Gráfico 28), verificou-se que os problemas mais usuais foram os emocionais/personalidade (17 casos) e os auditivos (16 casos, dos quais 12 são alunos do 5º ano da EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes). Seguiram-se os problemas cognitivos com 13 casos detectados e problemas de comunicação/linguagem com 7 casos. No extremo oposto encontravam-se os problemas de visão, motores; comunicação/linguagem e os outros.

Gráfico 28 – Número de alunos NEE por tipo de deficiência – Sousel (2005/06)

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.1.5 – Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

Ensino Secundário

A frequência do Ensino Secundário é, actualmente, facultativa, no entanto, com a Proposta de Alteração à Lei de Bases do Sistema de Ensino – Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, este nível de ensino poderá vir a ser, a partir do ano lectivo de 2005/2006 “universal, obrigatório e gratuito e terá a duração de seis anos” divididos em dois ciclos de três anos cada⁵. Actualmente, o Ensino Secundário corresponde ao 10º; 11º e 12º anos de escolaridade e, além disso, é feita neste ciclo de ensino a escolha de uma área de interesse pessoal, ou seja, a matéria leccionada deixa de ser igual para todos como acontece até ao 9º de escolaridade.

Actualmente, no município de Sousel não existe nenhum estabelecimento de ensino que assegure aos munícipes a frequência do ensino secundário, existindo por isso a necessidade de deslocação para os municípios vizinhos, nomeadamente, a Estremoz para a Escola Secundária Rainha Santa e para a EPRAL.

Ensino Recorrente e Extra-escolar

O Ensino Recorrente é vocacionado para formar indivíduos que já se encontram em idade adulta. A existência deste tipo de ensino significa dar uma nova oportunidade àqueles que, por diversos motivos, não frequentaram ou abandonaram o 1º, 2º ou 3º Ciclos de Ensino Básico. Por sua vez, a Educação Extra-Escolar abrange um conjunto de actividades educativas – formais ou não formais – que se processam fora do sistema de ensino não tendo por objectivo a obtenção de um diploma escolar.

Actualmente, Portugal é um dos países da Europa que maior taxa de iliteracia apresenta e, por isso, a presença destas formas de educação são fundamentais para a formação da população. Em Sousel, a taxa de analfabetos com mais de 10 anos e

⁵ Número 1 do Artigo 16 “

a) No primeiro ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, que integre coerentemente áreas vocacionais diversificadas, podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudos e à obtenção de formações complementares em regime de um professor por grupo de disciplinas;

b) No segundo ciclo o ensino organiza-se por disciplinas podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo e à obtenção de formações complementares, e desenvolve-se predominantemente em regime de um professor por disciplina”.

dos indivíduos sem nenhum nível de ensino atinge proporções elevadas e, por isso, também aqui a presença deste tipo de ensino se reveste de grande importância.

Desta forma, os indivíduos que se integram no mercado de trabalho sem a formação base adequada, podem frequentar os cursos do ensino recorrente e adquirir conhecimentos e competências fundamentais para o exercício de uma profissão e para uma melhor integração na vida em sociedade.

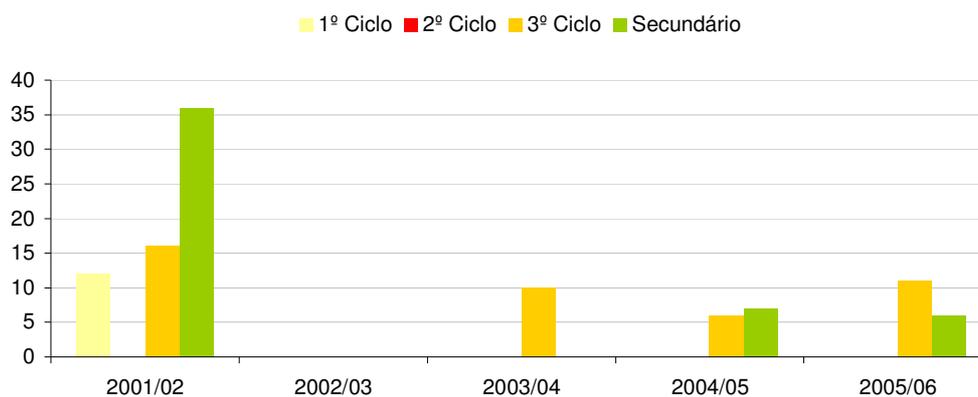
As formas de acesso e os planos e métodos de estudos estão organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados. A organização em unidades capitalizáveis permite rentabilizar a experiência de vida pessoal, as habilitações escolares, as competências, os conhecimentos teóricos e práticos dos adultos e, ainda, estimular os tempos de aprendizagem conforme os seus ritmos e disponibilidades.

Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, concede também um certificado de qualificação profissional desde que o aluno obtenha aprovação na componente técnica. Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos: ao nível do ensino básico indivíduos a partir dos 15 anos, e ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

Já a Educação Extra-Escolar abrange o conjunto das actividades educativas – formais ou não formais – que se processam fora do sistema de ensino, distinguindo-se do Ensino Recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos, e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um diploma escolar. Os cursos de educação extra-escolar destinam-se prioritariamente a indivíduos com baixos níveis de escolaridade que já não se encontram em idade normal de frequência do ensino regular. O objectivo da educação extra-escolar é permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e continuidade da acção educativa.

Apesar de se verificar uma elevada necessidade de formação da população neste município, o número de inscritos no ensino recorrente tem vindo a diminuir gradualmente (Gráfico 29), existindo em 2005/06 apenas 17 alunos no ensino recorrente (11 matriculados no 3º ciclo e 6 no ensino secundário). Ainda assim, este número de alunos no ensino recorrente corresponde a uma melhoria em relação a anos lectivos anteriores visto que, em 2003/04, apenas estavam inscritos 10 e, em 2004/05, apenas se tinham inscritos 13 alunos.

Gráfico 29 – Evolução do número de alunos do ensino recorrente – Sousel



Fonte: DREA, Março 2005

Inquérito indirecto, Março 2005

No que se refere à Educação Extra-Escolar, como referido anteriormente, esta modalidade de ensino não visa directamente a obtenção de um diploma escolar, mas tem como objectivo a formação cultural, cívica ou para o trabalho oferecendo aos formandos novos conhecimentos e a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades.

Com este objectivo são desenvolvidas, todos os anos, em diversas localidades do município de Sousel, vários cursos Sócio-Educativos (Tabela 16). No ano lectivo 2005/06, estiveram inscritos nestes cursos um total de 160 formandos em seis cursos distintos sendo que alguns dos cursos, como foi o caso do curso de Manutenção Física para Adultos e de Bordados à Mão, decorreram em mais do que uma localidade. Estes cursos tinham aproximadamente 15 formandos cada um sendo as excepções o curso de Manutenção Física para Adultos, em Casa Branca, que contava com 13 formandos e o curso de Bordados à Mão, em Sousel, que contava com 18 inscritos.

Tabela 16 – Número de formandos inscritos nos cursos da educação extra-escolar no ano lectivo 2005/06 – Sousel

Cursos Sócio-Profissionais/Educativos	Localidade	N.º de formandos	Totais
TIC	Santo Amaro	15	15
Manutenção Física para Adultos	Casa Branca	13	43
	Santo Amaro	15	
	Cano	15	
Bordados à mão	Casa Branca	15	63
	Santo Amaro	15	
	Sousel	18	
	Cano	15	
Tapetes de Arraiolos	Casa Branca	15	15
Rendas de Cinco Agulhas	Santo Amaro	15	15
Iniciação à Informática	Cano	15	15
Total			160

Fonte: DREA, Outubro 2006.

3.2 - Cenário Prospectivo da População Escolar até ao ano lectivo 2010/11

Para promover o correcto (re)ordenamento da rede escolar é necessário ter em conta vários factores. A realização de projecções, nomeadamente, à população em idade escolar, é um dos factores fundamentais porque possibilita prever o número de alunos que existirá no futuro e, assim, desencadear acções que permitam adequar a procura à oferta.

As projecções apresentadas tem como horizonte temporal o ano 2010/11 e são baseadas nos dados publicados pela DREA – “Projecções Demográficas da População Escolar”, (DREA, 2004).

A metodologia utilizada para este estudo foi a do Cohorte-Survival controlada pelos níveis das Tábuas-Tipo de Princeton. As projecções apresentadas são efectuadas de acordo com a seguinte fórmula – $PR = A \pm SR \pm ST$ – na qual “PR” representa a População Real; “A” os Abandonos; “SR” o Saldo de Retenções e “ST” o Saldo de Transferências. Foram tidos como dados de base, o número de alunos inscritos nos anos lectivos 2001/02, 2002/03 e 2003/04, nos diversos níveis de ensino, e, a partir daí, foi calculada a evolução dos alunos para os anos lectivos seguintes.

Não foram elaborados cenários alternativos que pudessem representar diferentes evoluções possíveis da população. Foi construído apenas um cenário com base numa tendência pesada. Esta tendência pressupõe que a evolução para o futuro se fará da mesma forma que se fez até ao presente momento.

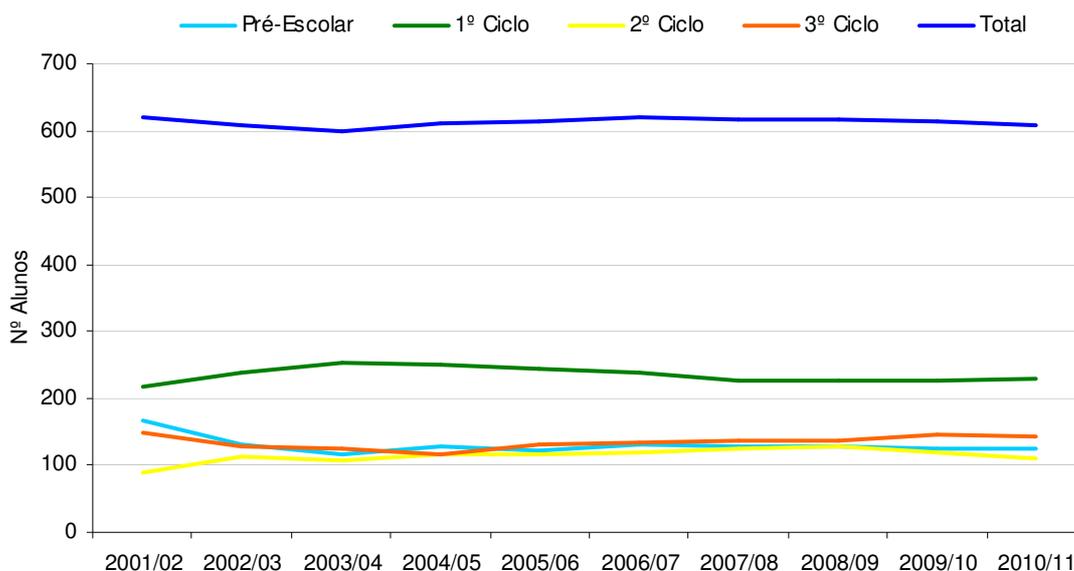
De acordo com as projecções (Gráfico 30), o número de alunos irá sofrer algumas oscilações, mas apresentará uma tendência para diminuir passando de 620 (2001/02) para 607 alunos (2010/11).

Comparando o número de alunos nos ciclos de ensino entre 2001/02 e 2010/11, verifica-se que o Pré-escolar e o 3º ciclo vão registar diminuições do número de inscritos, enquanto o 1º e 2º ciclos vão registar alguns aumentos.

No caso da diminuição do número de inscritos, esta será mais sentida na educação Pré-Escolar que perderá 43 inscritos (de 167 para 124 crianças). Já no 3º ciclo a redução do número de alunos será mais ligeira com a perda de apenas 4 alunos (de 148 para 144 inscritos).

Para o 1º e para o 2º ciclo estão previstos acréscimos no número de inscritos que podem ser considerados significativos. O acréscimo previsto mais significativo é o do 2º ciclo que poderá passar a ter mais 22 alunos (de 89 para 111 alunos). No caso do 1º ciclo, embora o acréscimo seja relevante, este será menor passando de 216 para 228 alunos (mais 12 alunos).

Gráfico 30 – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel



Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004.

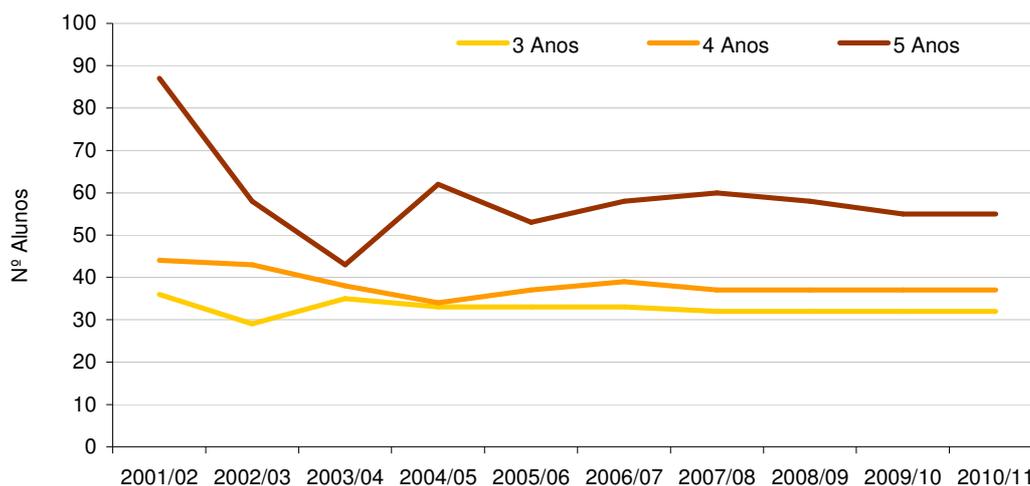
Dentro de cada ciclo de ensino foram também calculados os números de alunos que frequentarão os anos que constituem esse ciclo de ensino, até ao ano lectivo 2010/11 (Gráficos 34, 35, 36 e 37).

Como referido anteriormente, no pré-escolar verificar-se-á uma diminuição de 43 alunos (Gráfico 31). As projecções apontam para que ocorram diminuições no número de crianças em todos os anos de idade, no período entre 2001/02 e 2010/11. Entre 2001/02 e 2003/04, verificou-se uma redução acentuada do número de crianças com 5 anos mas, apesar disso, prevê-se que o número de crianças estabilize entre as 50-60 crianças, verificando-se, ainda assim, uma redução de cerca de 32 inscritos.

No caso dos 3 e 4 anos, estão igualmente previstas reduções que serão, no caso dos 3 anos, de 4 inscritos (36 para 32 crianças) e, no caso dos 4 anos, de 7 inscritos (44 para 37 crianças). Após algumas oscilações prevê-se que o número de crianças nestes anos de idade estabilize entre as 30-40.

O número de inscritos na educação pré-escolar é mais elevado quanto mais elevada é a idade das crianças, situação que poderá derivar do facto de os pais terem uma maior consciência da necessidade da integração das crianças neste tipo de educação como uma etapa de preparação para o 1º ciclo.

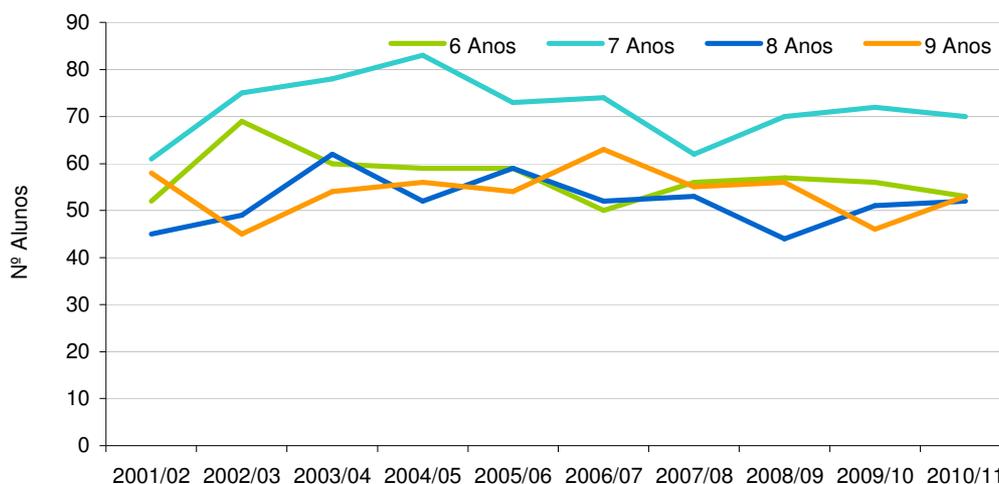
Gráfico 31 – Projecção do número de crianças inscritas no pré-escolar até ao ano lectivo 2010/11 – Sousel



Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

No que se refere ao 1º ciclo, como referido anteriormente, está projectado um acréscimo de 12 alunos, até 2010/2011. No entanto, nem todos os anos de escolaridade que compõem o 1º ciclo vão seguir esta tendência (Gráfico 32). Desta forma, no 1º ano (correspondente às crianças com 6 anos) após algumas oscilações que inicialmente corresponderam a acréscimos, a projecção aponta para um número 53 alunos em 2010/11, ou seja, mais 1 inscrito do que em 2001/02. O 2º ano é o ano de escolaridade para que se prevê um maior aumento que corresponderá, no total do período projectado, a um acréscimo de 9 alunos. Também para o 3º ano está previsto, após algumas oscilações, um acréscimo no total de alunos passando de 45 inscritos, em 2001/02, para 52 alunos, em 2010/11. Ao contrário dos anteriores, para o 4º ano está prevista uma redução do número de inscritos, contrariando a tendência do ciclo em que se encontra inserido. Desta forma, entre 2001/02 e 2010/11, prevê-se que o número de inscritos neste ano de escolaridade passe, após algumas oscilações, de 58 para 53 alunos.

Gráfico 32 – Projecção do número de crianças inscritas no 1º ciclo até ao ano lectivo 2010/11
– Sousel

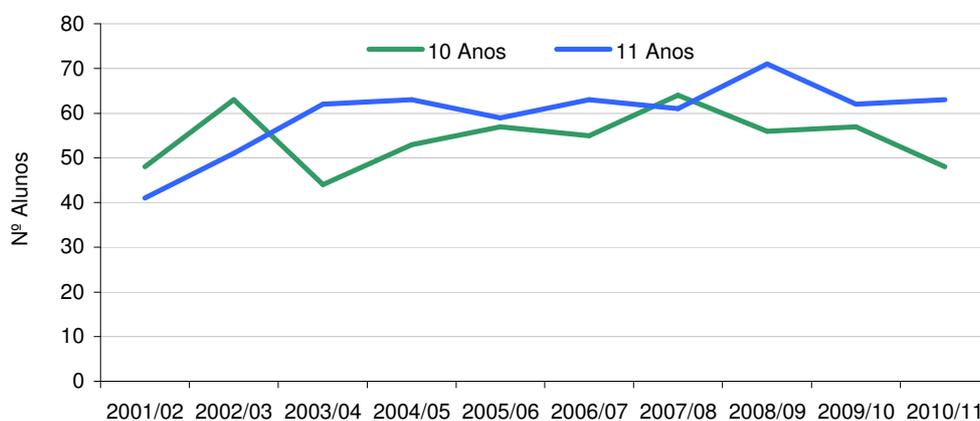


Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

Para o 2º ciclo (Gráfico 33), como referido anteriormente, a projecção realizada prevê um aumento de 22 alunos. Apesar disso, os anos lectivos que o compõem vão apresentar evoluções distintas, embora ambos apresentem constantes oscilações. Assim, enquanto se prevê que o 5º ano (alunos com 10 anos) mantenha o número de alunos (48 inscritos), para o 6º ano (alunos com 11 anos) prevê-se que o número de inscritos aumente de 41 para 63 alunos (mais 22 inscritos).

Das variações nestes dois anos de escolaridade, resulta a variação positiva na globalidade do ciclo de ensino, evoluindo de 41 para 63 alunos inscritos.

Gráfico 33 – Projecção do número de crianças inscritas no 2º ciclo até ao ano lectivo 2010/11
– Sousel



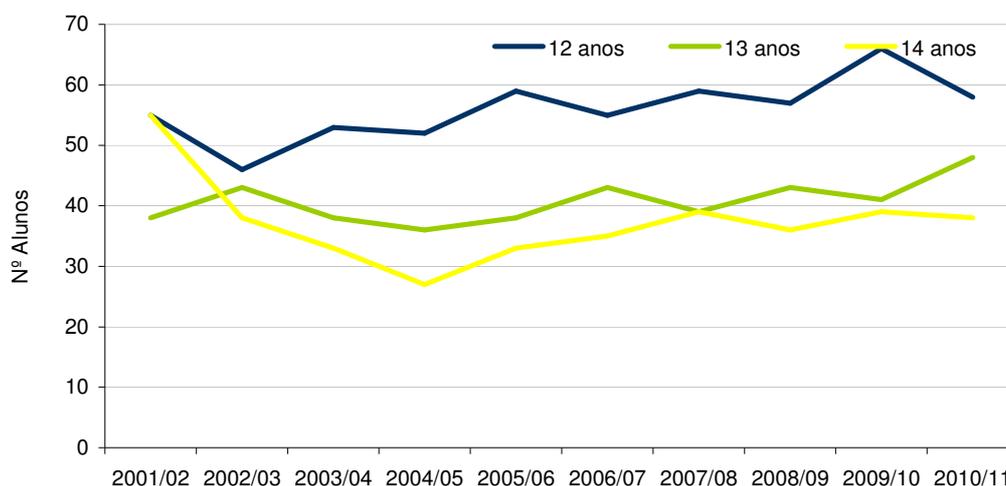
Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

No 3º ciclo verifica-se que os anos que o constituem vão apresentar evoluções diferentes (Gráfico 34). Analisando o gráfico verifica-se que o 9º ano (correspondente aos 14 anos) é o ano que, ao longo de grande parte do período em análise, menos inscritos apresenta, situação explicada pelo abandono escolar que afecta este último ano da actual escolaridade obrigatória. Para o 9º ano estão projectadas diversas oscilações que, no fim do período projectado, resultarão numa diminuição de 17 alunos.

Já para o 7º ano, a projecção que aponta para um aumento do número de alunos até ao ano lectivo 2010/11. Desta forma, está previsto que o número de inscritos neste ano aumente 3 alunos, passando de 55, em 2001/02, para 58, em 2010/11. Com esta evolução este ano de escolaridade irá manter-se como aquele que possui maior número de inscritos.

Tal como sucedia com o 7º ano, para o 8º ano prevê-se que o número de alunos sofra um acréscimo de 10 alunos passando de 38 para 48 alunos. Apesar dos aumentos esperados para os 7º e 8º anos, como foi referido anteriormente, este ciclo de ensino vai sofrer uma redução de 4 alunos inscritos até ao ano lectivo 2010/11.

Gráfico 34 – Projecção do número de crianças inscritas no 3º ciclo até ao ano lectivo 2010/11
– Sousel



Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

As projecções da população em idade escolar são determinantes para programar a rede escolar e garantir o seu sucesso, mas, estas projecções estão sujeitas a variações que dependem de vários factores.

Os factores demográficos (como é o caso da natalidade) influenciam as projecções, porém, também os económicos, sociais e culturais contribuem para alterar e influenciar a forma como a população em idade escolar evolui.

Em suma, através da projecção, prevê-se um ligeiro decréscimo da população escolar no município de Sousel. Ainda assim, quando se analisa os ciclos de ensino em separado, verifica-se que existem alguns que são mais afectados por este decréscimo do que outros e, por isso, é determinante que se tomem decisões para otimizar os recursos existentes e que se criem condições para que o ensino ministrado nos estabelecimentos existentes seja de qualidade.

3.3 - A oferta de educação, ensino e formação

O território educativo do município de Sousel é constituído, apenas, por um agrupamento. Este agrupamento (Agrupamento Vertical de Sousel com sede na EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes) correspondente aos limites do município e inclui 7 estabelecimentos que asseguram aos residentes a frequência da escolaridade obrigatória e da educação pré-escolar. Destes estabelecimentos, 6 pertencem à rede pública e 1, o JI da Santa Casa da Misericórdia, integra-se na rede particular e cooperativa.

A rede⁶ educativa do município de Sousel, no ano lectivo de 2005/2006 (Tabela 17), era constituída pelos 7 estabelecimentos, anteriormente referidos, sendo que 4 asseguram o pré-escolar, 4 o 1º ciclo do ensino básico, e 1 que assegura o 2º e 3º ciclos.

Tabela 17 – Rede de equipamentos de educação e ensino – Sousel, em 2005/06

Freguesia	Estabelecimentos de educação e ensino
Educação pré-escolar	
Cano	EB1/JI de Cano
Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca
Santo Amaro	Jardim Infantil de Santo Amaro
Sousel	EB1/JI de Sousel
	Jardim Infantil da Stª Casa da Misericórdia de Sousel
1º Ciclo do ensino básico	
Cano	EB1/JI de Cano
Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca
Santo Amaro	EB1 de Santo Amaro
Sousel	EB1/JI de Sousel
2º Ciclo do ensino básico	
Sousel	EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes
3º Ciclo do ensino básico	
Sousel	EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes

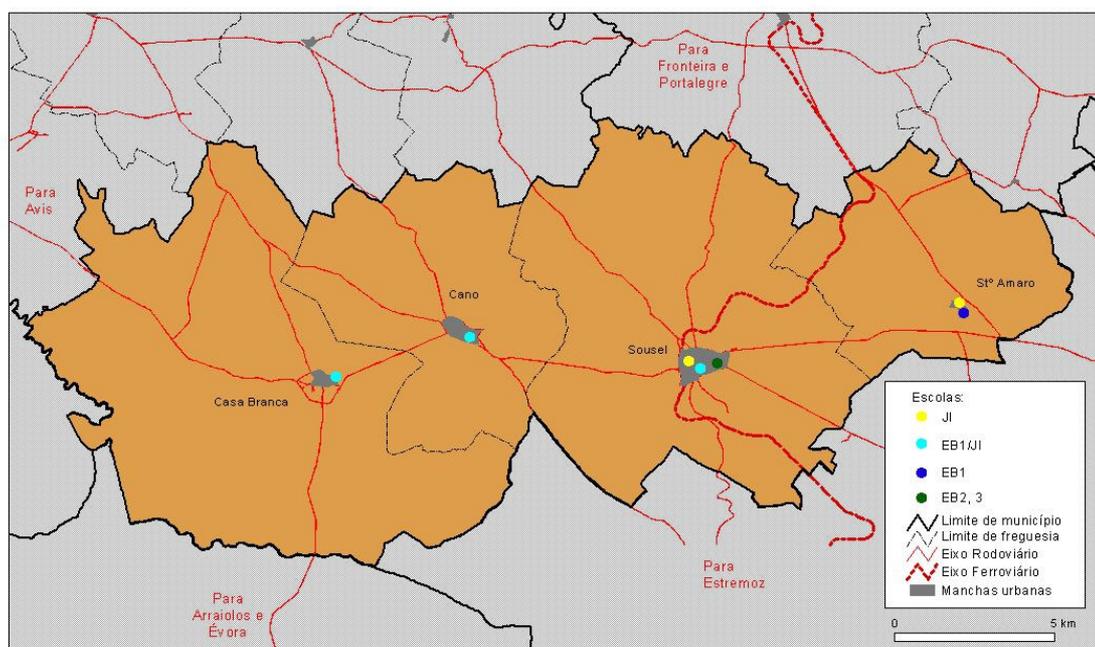
Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

⁶ Entende-se por “rede educativa a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando à sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro de correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino de todas as crianças e alunos” (art. 13, Decreto-Lei n.º 7/2003).

Analisando a distribuição dos estabelecimentos por freguesias (Mapa 4), verifica-se a freguesia de Sousel, como sede de município, apresenta uma maior oferta de estabelecimentos de educação, possuindo 3 estabelecimentos: 1 JI, 1 EB1 e 1 EB 2,3. As freguesias de Cano e Casa Branca possuem somente 1 estabelecimento que conjuga a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. Na freguesia de Santo Amaro, os estabelecimentos de pré-escolar e 1º ciclo funcionam ainda em estabelecimentos separados.

Assim, os residentes das freguesias de Cano, Casa Branca e Santo Amaro apenas se têm deslocar para a sede de município para frequentarem os 2º e 3º ciclos na EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes.

Mapa 4 – Rede pública de estabelecimentos de ensino no município de Sousel



Fonte: IGP

Elaboração: AMNA

3.3.1 - Educação Pré-escolar

Apesar de facultativa, têm sido realizados esforços para tornar esta primeira etapa da educação universal e em condições de igualdade independentemente dos rendimentos familiares auferidos.

Actualmente, a programação destes equipamentos visa cobrir apenas 90 % das crianças deste grupo etário, no entanto, no município em estudo existe uma cobertura superior a 90%, uma vez que não se encontram crianças em lista de espera. Porém, isto não significa que todas as crianças frequentem este tipo de estabelecimentos, pois podem existir casos em que as crianças fiquem com mães e/ou familiares ou ainda em amas.

Do universo de estabelecimentos de educação/ensino existentes no município de Sousel, cinco proporcionam à população o acesso à educação pré-escolar: o Jardim-de-infância de Santo Amaro (Figura 1), EB1/JI de Sousel (Figura 2), EB1/JI de Cano (Figura 3) EB1/JI de Casa Branca e o Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sousel (Figura 5).

Figura 1 – JI Santo Amaro



Figura 2 – EB1/JI de Sousel



Figura 3 – EB1/JI de Cano



Figura 4 – EB1/JI de Casa Branca



Figura 5 – JI de Santa Casa da Misericórdia

O Jardim-de-infância de Santo Amaro, a EB1/JI de Sousel, a EB1/JI de Cano e a EB1/JI de Casa Branca são instituições que fazem parte da rede pública de educação pré-escolar constituída pelos estabelecimentos de educação pré-escolar dependentes da administração central e local. Por seu lado, o Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia, tutelado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, pertence à rede privada desenvolvida a partir de iniciativas de instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos.

Estes dois tipos de rede materializam-se na rede nacional de educação pré-escolar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho, visa o desenvolvimento de uma educação pré-escolar de qualidade e efectivar a sua universalização a todas as crianças em idade de a frequentar.

A área de irradiação dos diversos estabelecimentos é distinta (Tabela 18). O Jardim-de-infância localizado na sede de município (EB1/JI de Sousel), para além de servir a população da freguesia em que se localizam, serve a população das restantes freguesias, por questões que podem estar relacionadas com a maior proximidade a este estabelecimento ou por os pais trabalharem em Sousel e transportarem os filhos para um Jardim-de-Infância mais próximo do local de trabalho.

Quanto aos restantes estabelecimentos, todos possuem uma área de irradiação correspondente à freguesia, o que significa que servem apenas a população que reside na freguesia em que localizam.

Tabela 18 – JI's de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação

Freguesia	Estabelecimento	Tutela	Regime de funcionamento	Área de irradiação
Cano	EB1/JI Cano	Público	Normal	Freguesia
Casa Branca	EB1/JI Casa Branca	Público	Normal	Freguesia
Santo Amaro	Jl de Santo Amaro	Público	Normal	Freguesia
Sousel	EB1/JI de Sousel	Público	Normal	Município
	Jl Santa Casa Misericórdia	Privado	Normal	-

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.1.1 - Caracterização física do parque escolar

Analisando o estado de conservação dos estabelecimentos verificam-se situações muito distintas, variando os estados de conservação entre o bom e o mau (Tabela 19).

Na EB1/JI de Cano existem 3 edifícios, sendo que 1 deles (Edifício C) se destina à educação pré-escolar. O Edifício A (junto à Casa do Povo) e o Edifício B (junto aos CTT) recebem os alunos do primeiro ciclo. As instalações do JI (Edifício C) estão, actualmente, em razoável estado de conservação, tanto a nível interno como externo.

A EB1/JI de Casa Branca é constituída por 2 edifícios, funcionando o pré-escolar numa sala de um dos edifícios. As instalações deste estabelecimento são próprias embora tenham sofrido algumas adaptações. Quanto ao estado de conservação das instalações, constatou-se que o interior está razoável, mas, o exterior está em mau estado de conservação.

O JI de Santo Amaro, construído na década de 40 (Projecto de Raul Lino) funciona em instalações próprias. O interior deste JI está em bom estado de conservação enquanto o exterior encontra-se apenas razoável.

A EB1/JI de Sousel é constituída por 2 edifícios, funcionando o JI apenas numa sala de um deles. Funciona em instalações próprias e, tal como o JI de Santo Amaro, apresenta um interior em bom estado de conservação e um exterior razoável.

O JI da Santa Casa da Misericórdia funciona em instalações próprias. No que se refere às condições de conservação do estabelecimento, o interior encontra-se em bom estado, enquanto o exterior foi considerado razoável.

Tabela 19 – JI's de Sousel: Instalações, Ano de Construção e Estado de Conservação

Freguesia	Estabelecimento	Ano de Construção	Estado de Conservação	
			Interior	Exterior
Cano	EB1/JI Cano	-	Razoável	Razoável
Casa Branca	EB1/JI Casa Branca	-	Razoável	Mau
Santo Amaro	Jl de Santo Amaro	1938	Bom	Razoável
Sousel	EB1/JI de Sousel	-	Bom	Razoável
	Jl Santa Casa Misericórdia	1982	Bom	Razoável

Nota: a EB1/JI de Cano é constituída por três edifícios:

A – Junto à casa do povo (Razoável estado de conservação tanto a nível interno como externo)

B – Junto aos CTT (Bom estado de conservação tanto a nível interno como externo)

C – JI (Razoável estado de conservação tanto a nível interno como externo)

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Para além das condições físicas do próprio estabelecimento de ensino, é necessário ter outros elementos em consideração. A existência de instalações complementares é também determinante para assegurar a qualidade do ensino e o sucesso da educação. Na generalidade, verifica-se uma escassez de instalações complementares nos estabelecimentos do pré-escolar em Sousel (Tabela 20).

No sector público, o estabelecimento mais bem equipado é a EB1/JI de Cano visto possuir, em bom estado de conservação, os seguintes espaços: recreio, jardim, cozinha e refeitório/cantina. Convém, no entanto, salientar que a cozinha e o refeitório/cantina deste estabelecimento estão sob tutela da Câmara Municipal de Sousel. A EB1/JI de Sousel possui recreio e refeitório/cantina em razoável estado de conservação. As restantes escolas (EB1/JI de Casa Branca e JI de Santo Amaro) dispõem apenas recreio e, em ambos os casos, o estado de conservação é razoável.

O JI da Santa Casa da Misericórdia, à semelhança da EB1/JI do Cano, possui recreio, jardim, cozinha, refeitório/cantina. No entanto, tal como se observou no sector público, também no sector privado, é notória a ausência de espaços/equipamentos desportivos.

Esta ausência de espaços/equipamentos desportivos é notória em todos os estabelecimentos em análise. Ainda assim, apenas as crianças da EB1/JI de Sousel e da EB1/JI de Cano se deslocam, semanalmente, para as Piscinas Municipais de Sousel.

Por último, é de referir que, segundo os inquéritos realizados, não existe no município de Sousel qualquer espaço de ATL para as crianças deste nível de educação.

Tabela 20 – JI's de Sousel: Instalações Complementares

Estabelecimento	Espaços de Apoio – Estado de Conservação –	Inst. Desportivas – Estado de Conservação –	Outras – Estado de Conservação –
EB1/JI Cano	Recreio; Jardim; Cozinha; Refeitório/Cantina – Bom.	-	-
EB1/JI Casa Branca	Recreio – Razoável.	-	-
Jl de Santo Amaro	Recreio – Razoável.	-	-
EB1/JI de Sousel	Recreio; Refeitório/Cantina – Razoável.	-	-
Jl Santa Casa Misericórdia	Recreio; Jardim; Cozinha; Refeitório/Cantina.	-	-

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

No que se refere ao saneamento e redes de infra-estruturas (sanitários, água, electricidade, esgotos e aquecimento), em geral, todos os estabelecimentos apresentam boas condições. A EB1/JI de Casa Branca e o JI de Santo Amaro apresentam, no entanto, algumas deficiências ao nível do aquecimento. No caso da EB1/JI do Cano existe a necessidade de remodelação e beneficiação das instalações sanitárias dos espaços de Jardim-de-Infância, Centro de Recursos e sanitários para deficientes.

Quanto às redes de comunicações (telefones, computadores e Internet) (Tabela 21), existem alguns pontos que poderiam ser melhorados. Todos os estabelecimentos se encontram equipados com telefone, computadores e, com excepção do JI da Santa Casa da Misericórdia, todos possuem ligação à Internet. É importante referir que no caso das EB1/JI's os computadores são utilizados quer pelas crianças do pré-escolar quer pelos alunos do 1º ciclo. No caso da EB1/JI do Cano, existem 3 salas de informática, todas a funcionar no Edifício B e, por isso, as crianças do JI não têm acesso a este serviço. No JI de Santo Amaro existem 7 computadores mas apenas 2 possuem ligação à Internet.

Outro aspecto a salientar é o facto do número de computadores ser insuficiente face ao número de crianças/alunos existentes. Um dos exemplos é a EB1/JI de Casa

Branca onde existem em média 10 crianças/alunos por computador. Deste modo, seria necessário aumentar a quantidade de equipamentos existentes de maneira a melhorar a qualidade do ensino e responder à crescente necessidade de maior integração das crianças na Sociedade de Informação.

Tabela 21 – JI's de Sousel: Redes de Comunicações
(Telefone, Computadores e Ligação à Internet)

Estabelecimento	Telefone	Computadores	Ligação à Internet
EB1/JI Cano	Sim	8	Sim
EB1/JI Casa Branca	Sim	7	Sim (2)
Jl de Santo Amaro	Sim	2	Sim
EB1/JI de Sousel	Sim	-	Sim
Jl Santa Casa Misericórdia	Sim	2	Não

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.1.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente

A nível de segurança relacionada com a protecção à integridade física dos alunos e corpo docente e a protecção do património construído, verificam-se, no município do Sousel, situações muito graves (Tabela 22).

A situação mais grave é a do JI de Santo Amaro que, em termos de segurança no acesso das crianças a este estabelecimento, não possui nem passadeiras, nem sinalização nas imediações. Em caso de algum acidente que obrigue à evacuação das crianças e do corpo docente, não estão definidas nem saídas de emergência, nem um plano de evacuação. Finalmente, em relação à protecção do património construído não está equipado com sistema de alarme nem possui guarda-nocturno que vigie o edifício no período nocturno.

Os restantes estabelecimentos não apresentam condições muito melhores do que o anterior. Assim, a EB1/JI de Cano apenas possui sinalização e passadeiras, ainda que estas últimas sejam pouco visíveis, descuidando a segurança em caso de necessidade de evacuação (não possui nem saídas de emergência, nem plano de evacuação) e a segurança do edificado (não possui nem sistema de alarme, nem guarda-nocturno).

A EB1/JI de Casa Branca e a EB1/JI de Sousel à semelhança do que acontece na EB1/JI de Cano possui apenas passadeiras e sinalização. No JI da Santa Casa da Misericórdia os problemas de segurança apontados são diferentes. Não existem nas proximidades deste estabelecimento passadeiras e sinalização que proporcionem alguma segurança no acesso ao estabelecimento, não estão definidas as saídas de emergência nem o plano de evacuação e a integridade do edifício encontra-se assegurada por um sistema de alarme.

Tabela 22 – JI's de Sousel: Dispositivos de Segurança

Estabelecimento	Dispositivos de Segurança
EB1/JI Cano	Sinalização; Passadeiras (Pouco visíveis)
EB1/JI Casa Branca	Sinalização; Passadeiras
JI de Santo Amaro	-
EB1/JI de Sousel	Sinalização; Passadeiras
JI Santa Casa Misericórdia	Sistema de Alarme

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Os tempos de deslocação das crianças para os quatro estabelecimentos do pré-escolar do município de Sousel, indicados na Tabela 23, apresentam alguns valores acima dos recomendados para as crianças do pré-escolar. Tendo em conta que o tempo de deslocação máxima para as crianças do pré-escolar deve ser 15 ou 20 minutos, conforme se deslocam a pé ou em transporte, verifica-se que em termos de deslocações pedonais a EB1/JI de Sousel e o JI de Santo Amaro apresenta valores superiores ao recomendado, ou seja, 20 minutos. Nos restantes estabelecimentos os tempos de deslocação pedonais encontram-se em conformidade com os valores máximos recomendados. Já no caso do tempo que demora a deslocação por transporte, verifica-se que o percurso realizado pelo transporte camarário para a EB1/JI de Sousel demora mais 5 minutos que o máximo recomendado, ou seja, demora 25 minutos. O JI da Santa Casa da Misericórdia não referiu os tempos de deslocação.

Tabela 23 – JI's de Sousel: Tempos de deslocação pedonal e de transporte camarário

Estabelecimento	Pedonal		Transporte	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
EB1/JI Cano	5	15	-	-
EB1/JI Casa Branca	5	15	-	-
Jl de Santo Amaro	5	20	-	-
EB1/JI de Sousel	10	20	15	25
Jl Santa Casa Misericórdia	-	-	-	-

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Quanto ao pessoal docente e pessoal auxiliar (Tabela 24), este varia de estabelecimento para estabelecimento devido a diversos factores como o número de salas em funcionamento e a existência ou não de crianças com necessidades educativas especiais (NEE).

Desta forma, na EB1/JI de Cano existe uma educadora para a única sala em funcionamento do pré-escolar e existe uma auxiliar afecta tanto ao pré-escolar como ao 1º ciclo. Na EB1/JI de Casa Branca existem 2 educadoras de infância e uma auxiliar comum ao pré-escolar e ao 1º ciclo. A presença de 2 educadoras na mesma sala de aula deve-se à presença de crianças NEE.

No caso do Jl de Santo Amaro, estão neste estabelecimento 2 educadoras (uma é apoio especial) e duas auxiliares na mesma sala de aula. Neste Jl existem crianças com NEE e, uma apresenta um caso de hidrocefalia tendo necessidade de acompanhamento permanente (existe uma educadora de apoio especial e uma auxiliar para acompanhar estes casos). Na EB1/JI de Sousel encontra-se em funcionamento apenas uma sala do pré-escolar na qual estão uma educadora e, as três auxiliares servem ambos os ciclos de ensino. Finalmente, no Jl da Santa Casa da Misericórdia, para as três salas em funcionamento, existem 3 educadoras e 3 auxiliares.

Tabela 24 – JI's de Sousel: Docentes e Auxiliares

Estabelecimento	Docentes	Auxiliares
EB1/JI Cano	1	1
EB1/JI Casa Branca	2	1
Jl de Santo Amaro	1+1	1+1
EB1/JI de Sousel	1	3
Jl Santa Casa Misericórdia	3	3

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.1.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

A capacidade é determinada em função do número de espaços de ensino instalados em edifícios de raiz. Partindo do valor de capacidade definido, a taxa de ocupação é determinada pela relação entre a capacidade do edifício escolar, em regime normal de funcionamento, e o número de alunos que o frequentam em período diurno. Tendo em conta que a capacidade dos estabelecimentos de educação pré-escolar deve ser no mínimo 20 e no máximo 25 crianças por sala, foi assumido como capacidade dos estabelecimentos o valor máximo (25 crianças por sala). No entanto, em alguns casos, devido à presença de crianças NEE, a capacidade das salas poderá ser mais reduzida. Tendo estas condições foram calculadas as taxas de ocupação dos estabelecimentos da educação pré-escolar no município de Sousel, no ano lectivo 2005/06 (Tabela 25).

No município de Sousel existem 161 vagas em estabelecimentos da educação pré-escolar mas apenas 135 delas se encontram preenchidas, o que resulta numa taxa de ocupação de cerca de 84%. Esta taxa de ocupação, não sendo nem muito elevada nem muito baixa, esconde as diferentes realidades dos estabelecimentos.

Analisando as taxas de ocupação dos estabelecimentos verificam-se duas realidades distintas. De um modo geral, todos os estabelecimentos têm uma ocupação razoável sendo (acima dos 70%). No caso da EB1/JI de Cano é necessário tomar algumas medidas já que, no presente ano lectivo, a taxa de ocupação foi de 100%. A crescente procura por este tipo de estabelecimento irá obrigar a repensar a rede de equipamentos pré-escolar o que poderá implicar o aumento do número de salas.

Tabela 25 – JI's de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2004/05	Capac.	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Cano	EB1/JI de Cano	1	25	25	100
Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca	1	23	25	92
Santo Amaro	JI de Santo Amaro	1	16	20	80
Sousel	EB1/JI de Sousel	1	20	25	80
	JI da Santa Casa da Misericórdia	3	51	66	77,3
Total		6	135	161	83,9

Capacidade: Mínimo 20, Máximo 25 crianças/sala

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.2. - 1.º Ciclo do Ensino Básico

Actualmente, existem no município de Sousel 4 estabelecimentos destinados ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos da escolaridade universal, obrigatória e gratuita (1.º ciclo do ensino básico). Estes estabelecimentos, que se localizam um em cada freguesia do município, são a EB1 /JI de Sousel (Figura 6), a EB1/JI de Cano (Figura 7), a EB1/JI de Casa Branca (Figura 8) e a EB1 de Santo Amaro (Figura 9).

Figura 6 – EB1/JI de Sousel



Figura 7 – EB1/JI de Cano



Figura 8 – EB1/JI de Casa Branca



Figura 9 – EB1 de Santo Amaro



Estes quatro estabelecimentos são de tutela pública e possuem, quase todos, áreas de irradiação ao nível da freguesia. A EB1/JI de Sousel é o único estabelecimento cuja área de irradiação é ao nível municipal. Assim, enquanto que as EB1's de Cano; Casa Branca e Santo Amaro servem somente os alunos que nessas freguesias residem, a EB1/JI de Sousel serve todos os alunos do município (Tabela 26).

Tabela 26 – EB1's de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação

Freguesia	Estabelecimento	Tutela	Regime de funcionamento	Área de irradiação
Cano	EB1/JI Cano	Público	Normal	Freguesia
Casa Branca	EB1/JI Casa Branca	Público	Normal	Freguesia
Santo Amaro	EB1 de Santo Amaro	Público	Normal	Freguesia
Sousel	EB1/JI de Sousel	Público	Normal	Município

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.2.1 - Caracterização física do parque escolar

Os alunos que se encontram a frequentar o 1º ciclo do ensino básico devem ter acesso a um conjunto de equipamentos e condições que lhe permitam desenvolver as actividades relacionadas com este ciclo de ensino. Os professores têm um papel determinante na educação/formação de um indivíduo, no entanto, existem outros factores que os ultrapassam, nomeadamente, estado de conservação do edificado, a existência de instalações complementares; de infra-estruturas básicas; as TIC, entre outros.

A análise realizada ao parque escolar do município de Sousel permitiu averiguar que todos os estabelecimentos funcionam em instalações próprias para o efeito e, com a excepção da EB1 de Santo Amaro que data de 1958, nenhum dos restantes estabelecimentos inquiridos fez referência à data de construção (Tabela 27). Quanto ao tipo de projecto, a maioria dos estabelecimentos foram construídos com base no Plano dos Centenários. Embora não se conheça ao certo a idade média do parque escolar verifica-se que o estado de conservação foi considerado, maioritariamente, razoável, tanto ao nível interno como externo. Há, no entanto, dois casos a destacar: o primeiro diz respeito à EB1/JI de Casa Branca e ao JI de Santo Amaro cujos exteriores foram considerados em mau estado de conservação e o segundo refere-se à EB1/JI de Cano. A EB1/JI de Cano é constituída por 2 edifícios e, de acordo com o inquérito, o Edifício A (junto à Casa do Povo) está em razoável estado de conservação enquanto que o Edifício B (junto à estação de Correios) encontra-se em bom estado de conservação.

Por último, é importante referir que a EB1/JI de Casa Branca e a EB1/JI de Sousel também funcionam em edifícios separados. No primeiro caso, um edifício foi projectado pelo arquitecto “Raul Lino” e o outro é do “Plano dos Centenários”, no segundo caso, um dos edifícios apresenta uma tipologia “P.3” e outro insere-se na tipologia “Plano dos Centenários”.

Tabela 27 – EB1’s de Sousel: Instalações, Ano de Construção, Projecto e Estado de Conservação

Estabelecimento	Instalações	Ano de Construção	Projecto	Estado de Conservação	
				Interior	Exterior
EB1/JI Cano	Próprias	Vários	Vários	Ver nota	Ver nota
EB1/JI Casa Branca	Próprias	-	Centenários e Raul Lino	Razoável	Mau
EB1 de Santo Amaro	Próprias	1958	Centenários	Bom	Mau
EB1/JI de Sousel	Próprias	-	P.3 e Centenários	Bom	Razoável

Nota: a EB1/JI de Cano é constituída por três edifícios:

- A** – Junto à casa do povo (Razoável estado de conservação tanto a nível interno como externo)
- B** – Junto aos CTT (Bom estado de conservação tanto a nível interno como externo)
- C** – JI (Razoável estado de conservação tanto a nível interno como externo)

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Para o bom funcionamento do ensino e para que os alunos possam, para além das aulas, desenvolver outras actividades é necessário ter determinados espaços/equipamentos tais como: espaços de apoio (recreio; jardim; bar; cozinha; refeitório; biblioteca; sala de convívio), instalações desportivas (ginásio, polidesportivo, tanques de aprendizagem e balneários) e os ATL – Actividades de Tempo Livres. Por vezes, como os estabelecimentos não possuem este tipo de espaço/equipamento são feitas deslocações para fora do recinto escolar para que os alunos possam aceder aos mesmos.

Relativamente aos espaços complementares constata-se que a maior parte dos estabelecimentos, por se tratarem de EB1/JI’s, foram caracterizados no ponto 3.3.1.1 (Pré-Escolar).

A EB1 de Santo Amaro é o único estabelecimento que, até ao momento, não foi caracterizado. Embora a EB1 de Santo Amaro (Tabela 28) disponha de recreio, este espaço está em mau estado de conservação. Os alunos deste estabelecimento têm acesso a uma refeição diária mas, para realizar esta refeição, têm de se deslocar, diariamente, ao Centro de Dia da freguesia.

No que concerne às instalações desportivas, tal como se sucede nas restantes escolas, não existe dentro do recinto escolar nenhum tipo de equipamento ou espaço que permita aos alunos praticar actividades desportivas.

Por último, é de referir que, na generalidade dos casos, existe uma clara escassez de instalações complementares nos estabelecimentos do 1º ciclo. Apesar dos esforços realizados para colmatar estas faltas (como é o caso de permitir aos alunos a utilização da Piscina Municipal) constata-se que em nenhuma das escolas existe acesso a uma biblioteca e/ou sala de convívio e apenas a EB1 de Santo Amaro dispõe de ATL.

Tabela 28 – EB1's de Sousel: Instalações Complementares

Estabelecimento	Espaços de Apoio – Estado de Conservação –	Inst. Desportivas – Estado de Conservação –	Outras – Estado de Conservação –
EB1/JI Cano	Recreio; Jardim; Cozinha; Refeitório/Cantina – Bom.	-	
EB1/JI Casa Branca	Recreio – Razoável.	-	
EB1 de Santo Amaro	Recreio – Mau.	-	ATL – Bom.
EB1/JI de Sousel	Recreio; Refeitório/Cantina – Razoável.	-	

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

No que se refere ao saneamento e redes de infra-estruturas (sanitários, água, electricidade, esgotos e aquecimento), em geral, todos os estabelecimentos apresentam boas condições. A EB1/JI de Cano é a única excepção porque os sanitários do Edifício A necessitam urgentemente de reparação e, além disso, foi referido que os esgotos emitem maus cheiros com frequência.

Quanto às redes de comunicações (telefones, computadores e Internet) (Tabela 29), existem, inevitavelmente, alguns pontos a melhorar. Depois de analisada a situação da EB1/JI Cano; da EB1/JI Casa Branca e da EB1/JI de Sousel no ponto 3.3.1.1 (Pré-Escolar) constata-se que a realidade na EB1 de Santo Amaro não é muito diferente, basta verificar que existem 3 computadores para 28 alunos e apenas 1 PC possui ligação à Internet.

Apesar de todos os estabelecimentos analisados possuírem telefone, computador e ligação à Internet, é necessário aumentar, quer o número de computadores quer o número de ligações à Internet. A melhoria contínua dos equipamentos informáticos/ligações à Internet é determinante para que os alunos de hoje saibam responder às novas necessidades da Sociedade de Informação.

Como referido, anteriormente, os computadores indicados para as EB1/JI de Casa Branca e EB1/JI de Sousel não servem apenas os alunos do 1º ciclo, são utilizados também pelas crianças do Pré-escolar. As salas de informática da EB1/JI de Cano encontram-se no Edifício B e, por isso, os alunos do edifício A e C (Pré-Escolar) não dispõem deste serviço.

Tabela 29 – EB1's de Sousel: Redes de Comunicações
(Telefone, Computadores e Ligação à Internet)

Estabelecimento	Telefone	Computadores	Ligação à Internet
EB1/JI Cano	Sim	8	Sim
EB1/JI Casa Branca	Sim	7	Sim (2)
EB1de Santo Amaro	Sim	5	Sim
EB1/JI de Sousel	Sim	-	Sim

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.2.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente

O bem-estar dos alunos matriculados no 1º ciclo está dependente da presença de um conjunto de dispositivos de segurança tais como: Sistema de Alarme; Saídas de Emergência; Plano de Evacuação; Guarda-Nocturno; Sinalização e Passadeiras.

As escolas cuja tipologia é EB1/JI foram já, previamente, caracterizadas no ponto 3.3.1.2.

De um modo geral, todos os estabelecimentos de ensino apresentam falhas neste domínio (Tabela 30). A EB1 de Santo Amaro porque apenas possui sinalização nas imediações e é a única escola que dispõe de saídas de emergência. As condições de segurança neste estabelecimento deveriam ser reforçadas visto que os alunos se deslocam, diariamente, para o Centro de Dia de Santo Amaro.

As restantes escolas, além de sinalização, dispõem ainda de passadeiras o que proporciona aos alunos um acesso mais seguro aos estabelecimentos. Relativamente à existência de planos de evacuação ou saídas de emergência nenhuma escola apresenta este tipo de solução e, assim, em caso de acidente, a integridade física dos alunos está ameaçada. No que respeita à protecção do património construído, verifica-se que nenhum dos estabelecimentos possui sistema de alarme ou guarda-nocturno que vigie o edifício no período nocturno.

Tabela 30 – EB1's de Sousel: Dispositivos de Segurança

Estabelecimento	Dispositivos de Segurança
EB1/JI Cano	Sinalização; Passadeiras (Pouco visíveis)
EB1/JI Casa Branca	Sinalização; Passadeiras
EB1/JI de Santo Amaro	Sinalização; Saídas de Emergência
EB1/JI de Sousel	Sinalização; Passadeiras

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Em relação à acessibilidade (Tabela 31), e segundo as normas de programação, o tempo aceitável para a deslocação dos alunos do 1º ciclo entre o seu local de residência e a sua escola é variável, assim:

- Pedonal: o preferencial é 1 km ou 15 minutos e o máximo é 1,5 km ou 30 minutos.
- Transportes Públicos: até 40 minutos.

Relativamente ao tempo dispendido pelos alunos para realizar o trajecto casa-escola verifica-se que, tendo em conta os critérios de programação, o tempo dispendido não ultrapassa os limites definidos. Todos os alunos que se deslocam a pé para os estabelecimentos de ensino demoram no mínimo 2 minutos (EB1/JI de Santo Amaro) e no máximo 20 minutos (EB1/JI de Sousel), ou seja, o tempo gasto nas deslocações pedonais está de acordo com as normas. No que concerne às deslocações realizadas em transporte, verifica-se que, mais uma vez, os limites são respeitados. Das escolas analisadas apenas os alunos da EB1/JI de Sousel utilizam o transporte camarário para se deslocarem e, nesta deslocação, demoram entre 15 a 25 minutos.

Tabela 31 – EB1's de Sousel: Tempos de deslocação

Estabelecimento	Pedonal		Transporte	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
EB1/JI Cano	5	15	-	-
EB1/JI Casa Branca	5	15	-	-
EB1 de Santo Amaro	2	10	-	-
EB1/JI de Sousel	10	20	15	25

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Os recursos humanos (Tabela 32) utilizados para garantir o funcionamento de uma escola está, indubitavelmente, relacionado com o número de alunos com ou sem NEE.

Nalgumas escolas do município de Sousel o número de docentes supera o número de turmas devido à existência de alunos com NEE. Esta situação é bem visível na EB1/JI de Casa Branca (7 docentes para 3 turmas). Na EB1/JI de cano existem 2 turmas e encontram-se a leccionar 4 professores. Em Sousel (EB1/JI de Sousel) conta com 100 alunos distribuídos por 5 turmas e existem 6 docentes. Por último, a EB1 de Santo Amaro tem 2 turmas e 2 docentes.

No que respeita ao número de auxiliares de acção educativa, verifica-se que todas as escolas contam com, na sua maioria com 1 funcionário. Na EB1/JI de Sousel o número de funcionários é considerado reduzido já que existe apenas 3 auxiliar de acção educativa para apoiar as 100 alunos do 1º ciclo e 20 crianças do pré-escolar.

Tabela 32 – EB1's de Sousel: Docentes e Auxiliares

Estabelecimento	Docentes	Auxiliares
EB1/JI de Cano	4	1
EB1/JI de Casa Branca	7	1
EB1 de Santo Amaro	2	1
EB1/JI de Sousel	6	3

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.2.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

Partindo do valor de capacidade definido, a taxa de ocupação é determinada pela relação entre a capacidade do edifício escolar, em regime normal de funcionamento, e o número de alunos que o frequentam em período diurno. A capacidade dos estabelecimentos do 1º ciclo deve ser no mínimo 20 e no máximo 25 crianças por sala. Para o cálculo das taxas de ocupação (Tabela 33), foi assumida como capacidade dos estabelecimentos o valor máximo (25 crianças por sala).

Ao analisar as taxas de ocupação do 1º ciclo no município de Sousel verifica-se que dos 400 lugares disponíveis apenas 56% estão, efectivamente, ocupados. Nenhum dos estabelecimentos apresenta uma taxa de ocupação superior a 65% ou inferior a 45%. A EB1/JI de Casa Branca é a escola que maior taxa de ocupação regista com 64% (dos 75 lugares 48 estão ocupados) enquanto que a EB1/JI de Cano é a escola que menor taxa de ocupação apresenta com 45% (dos 100 lugares apenas 45 estão ocupados).

De um modo geral, o parque escolar do 1º ciclo de Sousel está subaproveitado devido ao contínuo decréscimo populacional que se tem vindo a registar nesta faixa etária.

Tabela 33 – EB1's de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2004/05	Capac.	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Cano	EB1/JI de Cano	5	45	100	45
Casa Branca	EB1/JI de Casa Branca	3	48	75	64
Santo Amaro	EB1 de Santo Amaro	2	31	50	62
Sousel	EB1/JI de Sousel	7	100	175	57,1
Total		17	224	400	56

Capacidade: Mínimo 20, Máximo 25 crianças/sala

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Actualmente, no município de Sousel existe uma escola que assegura aos residentes o acesso ao 2º e 3º ciclos do ensino básico – a EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes – que se situa na vila de Sousel. Este estabelecimento funciona também como sede do agrupamento vertical de escolas do município.

Esta escola insere-se numa tipologia criada pelo Despacho 45/SEEBS/SERE/92 que segundo o Ministério da Educação possibilita um conjunto de vantagens:

- “A criação duma nova cultura de escola;
- A existência duma dinâmica interactiva nos alunos dos vários níveis de ensino, partilha das responsabilidades, de conhecimentos, de actividades e espaços de convívio;
- Os benefícios resultantes da implicação de todos num projecto educativo conjunto;
- As vantagens do acesso de todos aos mesmos serviços e recursos: refeitório, papelaria, biblioteca, laboratórios, entre outros;
- O interesse do apoio dado aos alunos do 1º ciclo nas áreas da música, da educação física e na sensibilização ao estudo duma língua estrangeira;
- A maior possibilidade de fomento da participação dos alunos na vida da escola;
- A interacção dos professores dos diversos ciclos proporcionando outras oportunidades de formação, melhor articulação vertical e horizontal de conteúdos e metodologias, descoberta de novas experiências pedagógicas envolvendo professores e alunos;
- A maior rentabilização de espaços, dos equipamentos, dos recursos humanos;
- O melhor envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo educativo;
- Novos estímulos para o desenvolvimento da colaboração com os restantes parceiros educativos (Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Apoio Social) para a realização quer de actividades da escola, quer de actividades de intervenção comunitária” (Ministério da Educação - Departamento de Programação e Gestão Financeira, Escolas Básicas Integradas, pág. 18).

Este é um estabelecimento que ministra, em Sousel os 2º e 3º ciclos do ensino básico. É um estabelecimento de tutela pública, funciona em regime normal e a sua área de irradiação, como sendo o único estabelecimento que lecciona o 2º e 3º, corresponde ao município (Tabela 34).

Tabela 34 – EB2/3 de Sousel: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação

Freguesia	Estabelecimento	Tutela	Regime de funcionamento	Área de irradiação
Sousel	EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	Público	Normal	Município

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.3.1. - Caracterização do parque escolar

Uma escola, independentemente do nível de ensino que ministra, deve apresentar as condições ideais para que os alunos possam desenvolver várias actividades nos mais variados âmbitos.

A EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes data de 1982 e funciona em instalações próprias, no entanto, as actuais condições não são as melhores, basta verificar que, relativamente ao estado conservação, o interior foi considerado mau e o exterior razoável (Tabela 35).

Tabela 35 – EB2/3 de Sousel: Instalações, Ano de Construção e Estado de Conservação

Estabelecimento	Instalações	Ano de Construção	Projecto	Estado de Conservação	
				Interior	Exterior
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	Próprias	1982	Pré-fabricado de Betão	Mau	Razoável

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

Outro factor, cada vez mais importante, para assegurar a qualidade e o sucesso do ensino, é a existência de outras infra-estruturas essenciais à realização de actividades pedagógicas, actividades de convívio, práticas desportivas, satisfação de necessidades básicas, nomeadamente, de conforto, higiene e segurança do corpo discente.

No que respeita às instalações complementares (Tabela 36) verifica-se que, embora a EB2/3 disponha de Jardim, Bar, Refeitório/Cantina e Cozinha em razoável estado de conservação, existem outros tipos de instalações que necessitam, urgentemente, de intervenção/obras já que se encontram em mau estado de conservação, como é o caso do Recreio e Sala de Convívio. O único espaço considerado em bom estado de conservação foi a biblioteca.

Relativamente, às instalações desportivas esta escola possui um Campo Polidesportivo descoberto que necessita também de reparações porque se encontra em mau estado de conservação.

Os alunos que frequentam esta escola utilizam equipamentos complementares que se localizam fora do recinto escolar como é o caso da Piscina Municipal. Todos os dias são realizadas deslocações para este equipamento que se encontra localizado mesmo ao lado da escola.

Por último, e depois do evidenciado, é fundamental avançar com um conjunto de medidas que possam melhorar o actual panorama para assim garantir aos alunos um ensino de qualidade. Nas observações do inquérito este estabelecimento indicou a necessidade de substituir esta escola pelas seguintes razões: insuficiência de gabinetes de trabalho; insuficiência de arrecadações; insuficiência de balneários; infiltrações constantes quando chove; desníveis do espaço exterior o que dificulta o escoamento de águas e rampa de acesso a deficientes demasiado inclinada.

Tabela 36 – EB2/3 de Sousel: Instalações Complementares

Estabelecimento	Espaços de Apoio – Estado de Conservação –	Inst. Desportivas – Estado de Conservação –	Outras – Estado de Conservação –
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	Jardim, Bar, Refeitório/Cantina, Cozinha – Razoável. Biblioteca – Bom. Recreio, Cozinha e Sala de Convívio – Mau	Campo Polidesportivo descoberto – Mau.	-

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

No que concerne às redes de saneamento, infra-estruturas e comunicações as condições não são muito melhores. Os sanitários e esgotos encontram-se em mau estado de conservação sendo por isso necessário avançar com obras. A rede de abastecimento de água, electricidade e o aquecimento foram considerados razoáveis.

Quanto à rede de comunicações (Tabela 37), a escola está equipada com telefone e 30 computadores com ligação à Internet. Ainda assim, não se pode esquecer o facto destes computadores servirem 236 alunos, ou seja, existem, em média, de 6 alunos por computador, contudo, o número de alunos por computador com Internet dispara para os 9 alunos.

Tabela 37 – Redes de Comunicações (Telefone, Computadores e Ligação à Internet)

Estabelecimento	Telefone	Computadores	Ligação à Internet
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	Sim	40	Sim (26)

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.3.2. - Segurança, Acessibilidade, Corpo Docente

A segurança dos alunos e corpo docente, bem como do edificado da escola, são questões que neste estabelecimento foram tidas em conta e, no campo da segurança, a EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes é exemplar ao possuir todos os requisitos necessários (Tabela 38). Assim, de um modo geral, os alunos podem usufruir das condições mínimas de segurança já que existem passadeiras e sinalização nas imediações do edifício escolar. Esta escola apresenta ainda plano de evacuação e saídas de emergência definidas para que, em caso de acidente, se possa retirar em segurança os alunos, professores e funcionários. Relativamente à segurança física do próprio edificado constata-se que existe sistema de alarme, e durante o período nocturno, existe também, um guarda-nocturno para que a escola esteja em permanente vigilância.

Tabela 38 – EB2/3 de Sousel: Dispositivos de Segurança

Estabelecimento	Dispositivos de Segurança
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	Sinalização; Passadeiras; Plano de Evacuação; Saídas de Emergência; Sistema de Alarme Guarda-nocturno.

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

De acordo com as normas de programação de equipamentos verifica-se que, para os 2º e 3º ciclos do ensino básico, os tempos de deslocação, quer pedonal quer em transporte, são ligeiramente superiores aos definidos para o ensino pré-escolar e ensino do 1º ciclo. Assim sendo, para os 2º e 3º ciclos, o tempo de deslocação pedonal recomendado é de 30 minutos e o máximo aceitável de 45 minutos, enquanto que em transporte público, a deslocação deve durar no máximo 60 minutos. Ao comparar os tempos de deslocação efectuados pelos alunos que frequentam este estabelecimento e os tempos estabelecidos nas normas, verifica-se que o tempo gasto pelos alunos nas deslocações, a pé ou em transporte, são inferiores ao estabelecido nas normas (Tabela 39). Na deslocação pedonal casa-escola, os alunos gastam no máximo 30 minutos, ou seja, menos de metade do máximo estipulado (45 minutos). Quanto à deslocação realizada em transporte camarário (não se realizam deslocações em transporte público), constata-se que os alunos desta escola demoram no máximo 20 minutos, ou seja, menos 40 minutos que o máximo aconselhável.

Tabela 39 – EB2/3 de Sousel: Tempos de deslocação

Estabelecimento	Pedonal		Transporte	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	5	30	10	20

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

O corpo docente e de auxiliares de acção educativa afecto aos 2º e 3º ciclos, neste estabelecimento, é composto por 38 docentes e por 20 auxiliares de acção educativa (Tabela 40). Os 38 docentes podem leccionar mais do que uma disciplina a mais do que uma turma e é, por isso, que o número de alunos não determina o número de professores. No que concerne aos auxiliares, verifica-se que existem em média 1 funcionário por cada 12 alunos.

Tabela 40 – EB2/3 de Sousel: Docentes e Auxiliares

Estabelecimento	Docentes	Auxiliares
EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	38	20

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005

3.3.3.3. - Capacidade e Taxas de Ocupação

Na EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes de Sousel existem 9 salas para os 2º e 3º ciclos (Tabela 41). Os critérios de planeamento, definidos pelas Normas de Programação de Equipamentos, indicam que a cada sala de aula deve corresponder 1 turma e o número de alunos preferencial é 24 alunos por turma. Tendo em conta estes critérios, verifica-se que existem no estabelecimento 216 lugares para os 2º e 3º ciclos mas, actualmente, existem na escola 236 alunos o que faz com que a taxa de ocupação seja de 109,3%. Porém, é necessário referir que as salas que existem na escola são utilizadas por mais do que uma turma, ou seja, as 9 salas são utilizadas por 11 turmas. Além destas 9 salas de aula existem ainda 2 salas específicas, 1 sala de trabalhos manuais, 1 oficina e 2 laboratório.

Na maior parte dos estabelecimentos um dos principais objectivos é agregar cada turma à sua sala de aula dado que cria nos alunos um sinal de pertença e de auto-estima. Actualmente, a EB2/3 está impossibilitada de destinar a cada turma a sua própria sala de aula porque o número de turmas é superior ao número de salas regulares.

Tabela 41 – EB2/3 de Sousel: Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2004/05	Capac.	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Sousel	EB2/3 Padre Joaquim Maria Fernandes	9	236	216	109,3

Capacidade: 24 alunos/sala

Fonte: Inquérito indirecto, Setembro 2005.

4 - Diagnóstico da Situação Educativa no Município de Sousel

4.1 - Taxa de cobertura

A taxa de cobertura da educação pré-escolar descreve a relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).

A tendência evidenciada revela que, o número de crianças inscritas no pré-escolar, tem vindo a aumentar devido às mudanças socio-económicas que se têm manifestado no seio das famílias portuguesas. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, muitas crianças passaram a frequentar os JI's. Importa, no entanto, salientar que, por lei, a taxa de cobertura definida para este tipo de estabelecimento é de 90 % visto não ser de frequência obrigatória. Ainda assim, e face à crescente procura, têm sido realizados esforços para que o território apresente uma cobertura de 100 %, situação que, em 2001/02, já se verificava no município de Sousel.

Antes de iniciar a análise às taxas de cobertura é necessário referir que devido à inexistência de dados não foi possível realizar os cálculos. Foi pedido, a todas as freguesias e à CM de Sousel, o número de crianças residentes no município por anos de idade, no entanto, apenas as freguesias de Cano e Casa Branca enviaram os dados necessários à elaboração das taxas.

4. 2 - Taxa Bruta de Escolarização

As taxas de escolarização são indicadores que permitem avaliar o grau de cobertura do sistema educativo relativamente a um determinado universo populacional, ou seja, permite estabelecer a relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população residente no município com a idade normal de frequência desse ano de escolaridade.

As taxas de escolarização podem ser brutas ou líquidas, consoante o método utilizado para o seu cálculo. Assim, enquanto que as taxas líquidas estabelecem a relação entre o número de inscritos num determinado ano de escolaridade e a população residente com idade normal de frequência desse mesmo ano de escolaridade, a taxa bruta de escolarização é obtida a partir da relação entre o total de alunos que frequenta um ciclo de ensino e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo.

Este cálculo transmite-nos uma imagem aparente do nível de escolarização da população analisada, na medida em que não tem em conta a repetência, nem o abandono escolar e, além disso, podem existir alunos que residem noutros municípios e que frequentam um estabelecimento de ensino do município em estudo.

Mais uma vez, devido à inexistência de dados, não foi possível realizar o cálculo das taxas de escolarização (apenas as freguesias de Cano e Casa Branca enviaram os dados solicitados).

4.3 - Taxas de Aproveitamento, Taxas de Reprovação e Taxas de Abandono

O conhecimento das taxas de aproveitamento⁷, reprovação⁸ e abandono⁹ (informações fornecidas pela DREA) são fundamentais para avaliar o grau de desempenho dos alunos nos diferentes anos de escolaridade e nos vários estabelecimentos de ensino.

Nos gráficos que se seguem serão apresentadas as taxas de aproveitamento, reprovação e abandono registadas, no município de Sousel, entre 1998/99 e 2003/04. Existem, no entanto, alguns anos lectivos para os quais não foi disponibilizada informação, nomeadamente, o ano 2002/03 para o qual apenas foi possível obter a taxa de aproveitamento por ciclos de ensino não sendo por isso considerados casos de possível abandono escolar e/ou repetência.

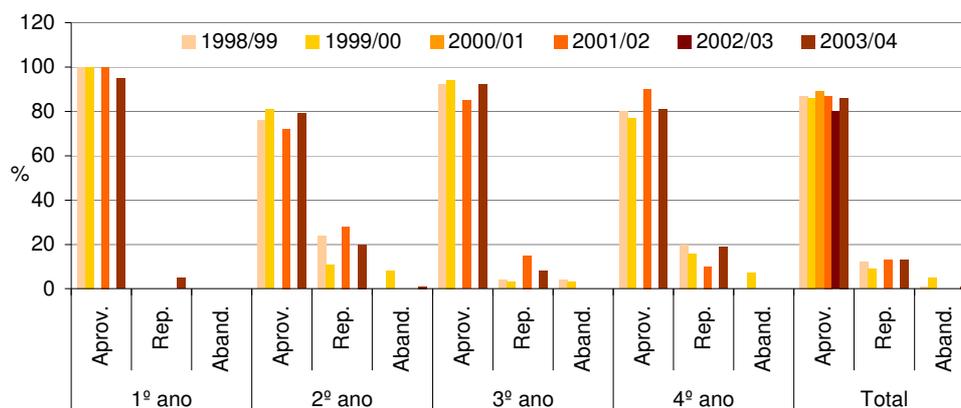
Ao analisar o 1º ciclo do ensino básico por anos de escolaridade (Gráfico 35), verifica-se que no 1º ano não existiram reprovações visto que está legislado que estas não podem ocorrer neste ano de escolaridade. Ainda assim, de acordo com os dados fornecidos pela DREA, em 2003/04, a taxa de aproveitamento foi de 95%, ou seja, dos 58 alunos matriculados 55 transitaram para o 2º ano de escolaridade. Relativamente ao 2º ano, constatou-se que as taxas de aproveitamento registaram valores próximos dos 80%, ao passo que as taxas de reprovação foram quase sempre superiores a 20%. No 3º ano de escolaridade, grande parte dos alunos transitaram de ano, no entanto, em 2001/02, a taxa de aproveitamento foi de 85% uma vez que dos 46 alunos inscritos somente 39 transitaram de ano. No 4º e último ano, as taxas de aprovação nos diferentes anos lectivos registaram, quase sempre, valores semelhantes rondando os 90%. De acordo com a informação disponível apenas foi possível contabilizar 6 casos de desistência.

⁷Relação entre o número de alunos que obtiveram aproveitamento num determinado ano lectivo e o total de inscritos nesse mesmo ano lectivo.

⁸ Relação entre os alunos que não tiveram aproveitamento num determinado ano lectivo e o total de inscritos nesse mesmo ano lectivo.

⁹ Relação entre número de abandonos num determinado ano lectivo e o total de inscritos nesse mesmo ano lectivo.

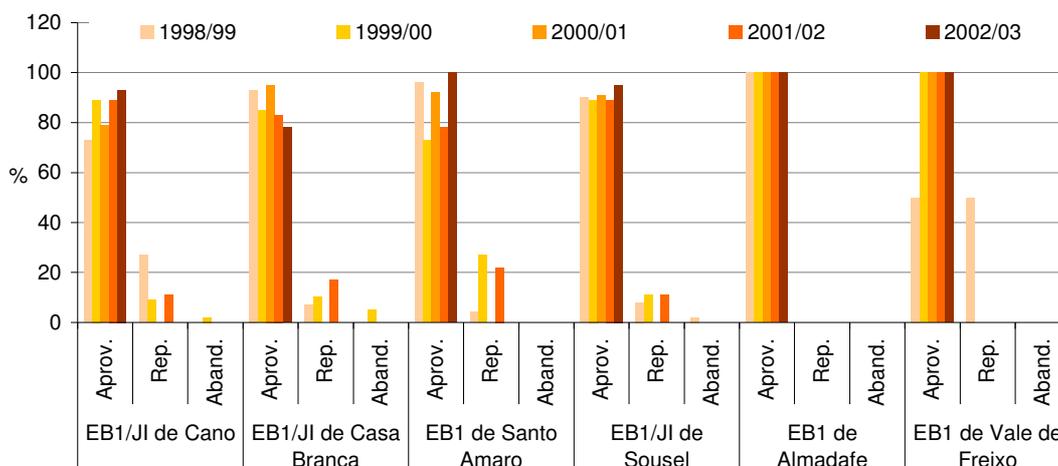
Gráfico 35 – Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, entre 2000/01 e 2003/04



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2005.

A análise das taxas por estabelecimentos de ensino (Gráfico 36) demonstra que, de um modo geral, ao longo dos vários anos lectivos, houve uma melhoria do aproveitamento escolar. As escolas que encerraram em 2002/03 e 2003/04 tiveram, durante o período em análise, taxas de aproveitamento na ordem dos 100%, porém, em 1998/1999 a EB1 de Vale de Freixo registou 50% de aprovações e 50% de reprovações, ou seja, dos 4 alunos matriculados apenas 2 passaram de ano. Todas as escolas, com excepção da EB1/JI de Casa Branca, viram a taxa de aproveitamento aumentar. As taxas de abandono não foram significativas e, a partir de 2000/01, de acordo com os dados disponíveis, não foram contabilizados quaisquer casos de abandono. É de destacar o caso da EB1/JI de Soussel por ser a escola que, entre 1998/99 e 2003/04, melhores taxas de aproveitamento apresentou.

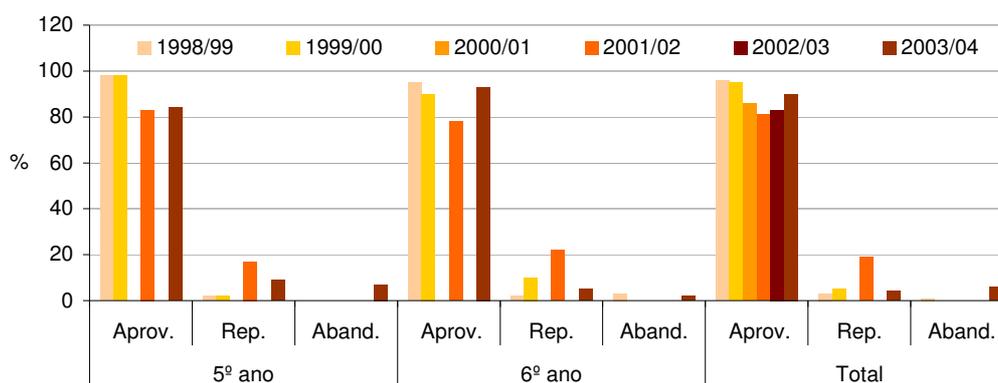
Gráfico 36 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 1º ciclo do ensino básico, por estabelecimentos de ensino



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2005

No 2º ciclo do ensino básico (Gráfico 37) é possível identificar 2 períodos distintos. Entre 1998/99 e 2001/02, tanto no 5º ano como no 6º ano de escolaridade verificaram-se decréscimos nas taxas de aproveitamento, no entanto, entre 2001/02 e 2003/04, registou-se uma melhoria do aproveitamento escolar. É ainda de referir o facto do ano lectivo 2001/02 ser, simultaneamente, o ano com taxas de aproveitamento mais baixas e com as taxas de repetência mais elevadas.

Gráfico 37 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 2.º ciclo do ensino básico, na EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes

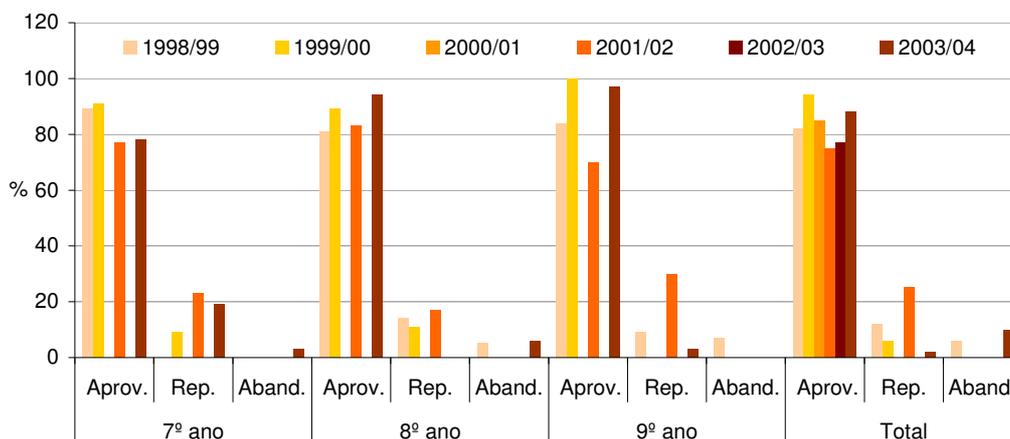


Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2005.

Em comparação com os restantes ciclos de ensino, o 3.º ciclo (Gráfico 38) é, claramente, aquele em que se regista o maior número de reprovações. O ano de escolaridade com valores mais elevados de aprovação foi o 9.º ano. No 7.º ano de escolaridade ocorreram diversos casos, assim, enquanto que em 1998/99 e 1999/00 as taxas de aproveitamento rondaram os 89% (48 aprovações em 54 inscritos) e 91% (58 aprovações em 64 inscritos), em 2001/02 e 2003/04 ficaram pelos 77% (dos 53 inscritos apenas 41 alunos transitaram) e 78% (dos 54 inscritos apenas 42 alunos transitaram). Relativamente ao 8.º ano, constatou-se uma melhoria do aproveitamento já que, em 1998/99, a taxa foi de 81% (48 dos 54 inscritos transitaram de ano) enquanto que, em 2003/04, essa taxa atingiu os 94% com 34 aprovações em 36 matrículas. Por último, o 9.º ano de escolaridade contou também com o aumento da taxa de aproveitamento registando, em 2003/04, uma taxa na ordem dos 97%, ou seja, dos 33 alunos inscritos 32 foram aprovados.

Quanto ao abandono escolar verificou-se que, em 1998/99, foram contabilizados 6 casos de abandono (3 no 8.º ano e 3 no 9.º ano de escolaridade) e, apesar de serem realizados esforços para que estes valores diminuam, em 2003/04, registaram 12 casos (10 no 7.º ano e 2 no 8.º ano de escolaridade).

Gráfico 38 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 3.º ciclo do ensino básico, na EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2005

4.4 - Acção Social Escolar

A acção social escolar visa a compensação educativa dos alunos economicamente mais carenciados. Segundo o n.º 4 do art. 12 do Decreto-Lei n.º 7/2003, “a carta educativa deve incidir, (...) sobre a concretização da acção social escolar do município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades”. São competências dos municípios, em termos de Acção Social Escolar as presentes nos Decretos-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e n.º 299/84 de 5 de Setembro.

O Decreto-Lei n.º 7 de 15 de Janeiro de 2003 revoga os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro extinguindo, respectivamente, os Conselhos Consultivos de Acção Social Escolar e os Conselhos Consultivos de Transportes Escolares.

Através do Despacho n.º 13224 de 2003 do Ministério da Educação é criada a figura do empréstimo de longa duração de manuais escolares. A alínea 7) do artigo 6 diz que “no âmbito do reforço da sua autonomia, as escolas, em articulação com as bibliotecas escolares, asseguram a gestão de fundo de manuais afectos ao empréstimo de manuais escolares de longa duração; quanto ao primeiro ciclo do ensino básico haverá necessária articulação com as autarquias locais, considerando as competências destas no âmbito da acção social escolar”.

No caso do município de Sousel não existe, no período anterior a 2004, uma sistematização dos dados relativos aos gastos com a Acção Social Escolar e Educativa. Por essa razão os únicos dados disponíveis correspondem ao exercício de 2004 e não ao ano lectivo 2004/05. Para o presente ano lectivo (2005/06) não foram facultados os dados necessários à análise da acção social.

Analisando os diversos gastos em 2004 (Tabela 42) verifica-se que nesse ano o valor total gasto pela C.M. Sousel foi de 396.076,78 €. Separando estes gastos verifica-se que o menor montante foi empregue em material escolar. Os custos de transportes e com a alimentação foram bastante semelhantes. Desta forma, os gastos com a alimentação foram de 192.889,30 € enquanto os gastos com os transportes escolares se quedaram pelos 188.296,57 €.

Tabela 42 – Gastos Totais com Acção Social Escolar e Educativa em 2004 pela C.M. Sousel

	Custos com material escolar	Custos com Transportes escolares	Custos com a Alimentação	Gastos totais com a Acção Social Escolar
2004	12.886,91 €	188.296,57 €	192.889,30 €	396.076,78 €

Fonte: Câmara Municipal de Sousel, Junho de 2005

No que se refere aos transportes, a Câmara Municipal de Sousel assegura o transporte dos alunos das diversas freguesias, com a excepção da freguesia de Sousel, para a EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes e dos alunos que frequentam o secundário quer para a Escola Secundária Rainha Santa, quer para a EPRAL, ambas em Estremoz.

Analisando o número de alunos transportados para a EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes (Tabela 43) verifica-se, após um período inicial de ligeiro aumento, uma tendência de diminuição do número de alunos transportados, devido à diminuição do número de alunos que frequentam os ciclos de ensino leccionados no estabelecimento. A freguesia a partir da qual mais alunos se deslocam, no transporte facultado pela Câmara Municipal, para este estabelecimento é a freguesia de Cano, seguindo-se Casa Branca e, por último, Santo Amaro com 30 alunos transportados em 2004/05.

Tabela 43 – Alunos transportados pela CM Sousel para a EB 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes

	1996/ 97	1997/ 98	1998/ 99	1999/ 00	2000/ 01	2001/ 02	2002/ 03	2003/ 04	2004/ 05
Cano	51	60	59	62	60	62	57	50	53
Casa Branca	50	62	53	65	63	66	56	46	45
Santo Amaro	31	29	31	22	25	21	21	26	30
Total	132	151	143	149	148	149	134	122	128

Fonte: Câmara Municipal de Sousel, Junho de 2005

No que se refere ao transporte dos alunos para as escolas do ensino Secundário, devido a não existirem estabelecimentos deste nível de ensino dentro do município de Sousel, a Câmara Municipal de Sousel assegura o transporte dos alunos para dois estabelecimentos num dos municípios vizinhos, no caso Estremoz: A Escola Secundária Rainha Santa e a EPRAL.

Analisando a evolução global dos alunos transportados (Tabela 44) verifica-se uma diminuição dos alunos transportados, no período em análise, passando de 134, em 1996/97, para 101 em 2004/05. Ainda assim registou-se uma tendência de crescimento nos primeiros anos em análise, nomeadamente entre 1996/97 e 1999/2000.

A redução não foi igual nos dois estabelecimentos. Assim, enquanto para a Escola Secundária Rainha Santa, em 1996/97, eram transportados 99 alunos, em 2004/05, apenas eram transportados 87 alunos, para a EPRAL a redução foi mais acentuada passando, no mesmo período, de 33 para 14 alunos transportados.

Também analisando os alunos transportados de cada freguesia verificaram-se evoluções diferentes. Desta forma, apenas o número de alunos transportados da freguesia de Cano aumentou passando de 23 para 27. Na freguesia de Casa Branca a redução foi ligeira diminuindo 2 alunos (de 34 para 32 alunos transportados). Em relação à freguesia de Sousel, a redução foi de 7 alunos transportados (de 40 para 33). A diminuição do número de alunos transportados mais expressiva foi a registada na freguesia de Santo Amaro com menos 18 alunos transportados, visto que, em 1996/97, eram transportados 27 alunos e, em 2004/05, apenas 9.

Tabela 44 – Alunos transportados pela CM Sousel para as Escolas Secundárias em Estremoz

	Cano		Casa Branca		Santo Amaro		Sousel		Total
	ESRSI	EPRAL	ESRSI	EPRAL	ESRSI	EPRAL	ESRSI	EPRAL	
1996/97	22	1	27	7	15	12	35	15	134
1997/98	21	6	22	7	15	8	43	18	140
1998/99	24	7	20	9	13	1	44	23	141
1999/00	31	8	19	8	12	2	44	20	144
2000/01	25	6	24	11	11	5	32	22	136
2001/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002/03	17	5	29	4	18	9	32	11	125
2003/04	27	4	24	9	12	7	26	8	117
2004/05	26	1	28	4	9	0	24	9	101

ESRSI – Escola Secundária Rainha Santa – Estremoz

EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo – Pólo de Estremoz

Fonte: Câmara Municipal de Sousel, Junho de 2005

5 - Propostas de Ordenamento da Rede Escolar

Uma carta educativa é um documento de afirmação de várias forças de pressão, nomeadamente pais, alunos, professores, órgãos autárquicos, administração regional e central. É um documento que surge do confronto e disputa de diferentes visões, de diferentes interesses ainda que, a visão que predomina acaba por ser aquela que a autarquia define, em articulação com o Conselho Municipal de Educação.

Desta forma, a primeira proposta vai no sentido de haver um maior debate público e um maior apelo à participação pública sempre que se proceder à actualização da carta educativa ou sempre que houver necessidade de reorganizar a rede escolar. A reestruturação da rede escolar deve ainda ter subjacente um carácter estratégico e prospectivo, isto atendendo ao diagnóstico e projecções realizadas.

Existe ainda a necessidade de se encontrarem soluções para antigas escolas. Nestes casos, defende-se que o uso das mesmas deva ser reconvertido podendo passar a ser, por exemplo, um espaço de convívio, entre os habitantes locais, uma sede de um grupo juvenil, entre outros usos possíveis. O importante é que este espaço não esteja ao abandono e que represente no final uma mais valia para todos. Também se torna necessário proceder à recuperação do parque escolar existente, ou seja, é preciso continuar a investir e a melhorar as condições de ensino.

Um dos pressupostos da reconfiguração da rede escolar será melhorar o actual estado da educação, isto é, reconfigurar para melhorar a utilização dos recursos existentes, para garantir uma melhor qualidade de ensino, para permitir uma maior sociabilização da população escolar, para possibilitar um maior empenhamento de alunos, professores e funcionários e para assegurar também um maior envolvimento da comunidade. Assume-se também como essencial, a integração (sempre que possível) de diferentes níveis de ensino (melhor gestão de recursos).

Assim, e considerando o atrás referido, propõem-se aqui um projecto de reestruturação da rede educativa municipal, ao nível do pré-escolar e do ensino básico, assente nos seguintes conceitos:

- **Integralidade do percurso escolar.** Os estabelecimentos de ensino deverão conjugar os vários ciclos de ensino assegurando o desenvolvimento do percurso escolar dos alunos dentro de cada Território Educativo.
- **Espírito de comunidade.** Os estabelecimentos de ensino não deverão ter um número reduzido de alunos, para que estes, no seu processo de socialização, ultrapassem os estreitos limites de família ou da aldeia/bairro. Os alunos deverão aprender o sentido de comunidade na escola, experimentando relacionar-se com alunos provenientes de outras áreas: sejam bairros, sejam aldeias. A comunidade escolar deverá fazer a conexão entre a família e a pequena comunidade local (aldeia e /ou bairro) e o município, visto como globalidade política, a região, o país, a União europeia e o mundo.
- **Complementaridade entre freguesias.** A criação de escolas básicas do 1.º ciclo com jardim-de-infância deverá, sempre que possível e necessário, resultar de uma compreensão do carácter complementar que deverá caracterizar a relação entre freguesias de um município.
- **Gestão racional de recursos.** A implementação das novas escolas deverá obedecer a princípios rigorosos de gestão dos recursos, procurando maximizar a relação entre o investimento e o público-alvo beneficiário desse investimento.
- **Adequação e modernização dos recursos.** As novas escolas deverão obedecer a uma lógica de modernização e adequação do parque escolar às necessidades de ensino do século XXI. Deverão ser dotadas de recursos que respondam às necessidades colocadas pela sociedade da informação.
- **Clima Securizante.** As novas escolas deverão obedecer a critérios de maximização do clima de conforto, bem-estar, higiene e segurança.
- **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ambiente de trabalho.** A escola deverá ter em conta as TIC e estas deverão ser entendidas não como meros instrumentos de apoio ao trabalho lectivo, mas como ambiente vital onde os alunos deverão aprender a viver e a operar.

Apresentam-se, em seguida, as propostas para o reordenamento da rede educativa do município de Sousel, cujas fichas de intervenção completas poderão ser consultadas em anexo.

5.1 – Proposta de Construção de uma nova EBI/JI em Sousel

Tendo em conta as actuais condições de funcionamento da EB 2,3 de Sousel, propõe-se a **Construção de raiz de uma EBI/JI** na sede do município. A actual EB 2,3 de Sousel apresenta diversos problemas como sejam o facto de funcionar num espaço pré-fabricado que apresenta grandes problemas de conservação e de espaço, nomeadamente, problemas com o saneamento, infiltrações, a deterioração do polidesportivo descoberto, a inexistência de balneários e laboratórios de Física e Química e a falta de gabinetes de apoio.

A criação deste novo estabelecimento possibilita a integralidade do percurso escolar na sede do município, pois integraria os alunos e crianças da actual EB1/JI de Sousel, e permitiria reduzir os custos de conservação e de manutenção, em termos futuros da EB1/JI.

No que se refere à localização da nova escola, poderia tentar minimizar as deslocações dos alunos e crianças para os equipamentos desportivos fora do recinto escolar, através da construção da EBI/JI junto dos equipamentos municipais já existentes e que são já utilizados para as actividades desportivas.

No dimensionamento da nova EBI/JI de Sousel, devem ser tidas em consideração diversas situações. Por um lado, deve ser tido em conta o número de alunos que actualmente frequenta tanto a EB1/JI e a EB 2,3 de Sousel e a projecção que indica que, até 2010/11, o número de alunos inscritos deve aumentar. Também não pode ser esquecida a possibilidade de, a longo prazo, encerrarem algumas das escolas rurais e os alunos serem transferidos para este estabelecimento. Devem ser também considerados espaços para dar resposta a valências já existentes ou futuras, como é o caso do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) e a possibilidade de funcionamento do ensino secundário profissionalizante.

5.2 – Propostas para a EB1 de Santo Amaro

Na EB1 de Santo Amaro foram algumas situações que devem ser alteradas para proporcionar uma maior qualidade de ensino. Assim, existem diversas necessidades que devem ser tidas em conta e que podem ser colmatadas através das seguintes medidas:

- 1 – **Criação de um refeitório** neste estabelecimento. Este espaço deveria ser dimensionado de forma a poder também servir as crianças do JI de Santo Amaro;
- 2 – **Criação de um espaço para Sala de Convívio** que acumulasse as funções de **Biblioteca** e que permitiria a realização de actividades nos dias em que as condições atmosféricas no exterior não sejam as mais indicadas;
- 3 – **Instalação de um sistema de climatização** que permita aumentar o conforto para toda a comunidade escolar face às temperaturas baixas de Inverno e elevadas de Verão;
- 4 – **Elaboração de um Plano de Evacuação** precavendo situações de emergência;
- 5 – **Instalação de Sistema de Alarme e Sistema de Segurança** (vídeo vigilância) que permita assegurar a segurança do estabelecimento durante o período nocturno e um **Sistema de segurança contra incêndios**.

5.3 – Propostas para a EB1/JI de Casa Branca

Como sucedia com os estabelecimentos anteriores, também para a EB1/JI de Casa Branca as propostas de intervenção assentam, principalmente, na melhoria da qualidade do ensino, melhoria do conforto da comunidade escolar e melhoria da segurança.

As propostas para este estabelecimento são então as seguintes:

- 1 – **Criação de um espaço para Sala de Convívio e Centro de Recursos com Biblioteca** que permitiriam realizar actividades no interior quando as condições climatéricas não forem as mais favoráveis;
- 2 – **Instalação de um sistema de climatização** que permita aumentar o conforto para toda a comunidade escolar face às temperaturas baixas de Inverno e elevadas de Verão;
- 3 – **Elaboração de um Plano de Evacuação** acautelando a segurança da comunidade escolar em caso de emergência;
- 4 – **Instalação de Sistema de Alarme e Sistema de Segurança** (vídeo vigilância) que permita assegurar a segurança do estabelecimento

durante o período noturno e um **Sistema de segurança contra incêndios**.

5.4 – Propostas para a EB1/JI do Cano

Todos os estabelecimentos de ensino devem possuir determinados equipamentos e espaços que são essenciais para proporcionar um ensino de qualidade a todos os alunos e crianças que os frequentam. Para além disso, tendo em conta que com o passar dos anos os estabelecimentos se vão degradando, são necessárias pequenas intervenções de conservação.

Desta forma, para a EB1/JI do Cano as intervenções propostas passam pelo seguinte:

- 1 – **Colocação e melhoria da vedação do recinto** para proporcionar maior segurança à comunidade escolar;
- 2 – **Melhoria do Espaço de Recreio e instalação de material lúdico**, tanto no edifício do Pré-Escolar, como nos espaços que acolhem o 1º Ciclo do Ensino Básico. Esta alteração permitiria uma maior segurança e diversidade de actividades lúdicas no espaço escolar;
- 3 – **Construção de uma sala de convívio – Biblioteca e Centro de Recursos** que permitiriam realizar actividades no interior quando as condições climatéricas não forem as mais favoráveis. Na construção destes espaços não poderiam ser esquecidos os gabinetes e ateliers de apoio;
- 4 – **Instalação de um sistema de climatização** que permita aumentar o conforto para toda a comunidade escolar face às temperaturas baixas de Inverno e elevadas de Verão;
- 5 – **Elaboração de um Plano de Evacuação** para situações de emergência que possam ocorrer;
- 6 – **Melhoria das passadeiras** nas proximidades do estabelecimento proporcionando um acesso mais seguro por parte das crianças e alunos;
- 7 – **Instalação de Sistema de Alarme e Sistema de Segurança** (vídeo vigilância), que permitiriam assegurar a segurança do estabelecimento durante o período noturno, e um **Sistema de segurança contra incêndios** nos espaços do Jardim-de-Infância e Centro de Recursos;

- 8 – Remodelação e beneficiação dos blocos de instalações sanitárias** nos espaços do Jardim-de-Infância, do Centro de Recursos e dos sanitários de deficientes;
- 9 – Instalação de uma Bancada de Expressão Plástica na sala de actividades do Jardim-de-Infância;**
- 10 – Pequenas intervenções de conservação e limpeza das coberturas** nos edifícios do Jardim-de-Infância e Centro de Recursos;
- 11 – Melhoria dos acessos aos diversos edifícios através da instalação de Rampas;**
- 12 – Instalação de novas portas e caixilhos** nos espaços do Jardim-de-Infância e do Centro de Recursos;
- 13 – Melhoria do escoamento nos recintos exteriores através da instalação de sistema de drenagem;**
- 14 – Apetrechamento dos diversos espaços com mobiliário e material didáctico.**

5.5 – Propostas para o JI de Santo Amaro

O JI de Santo Amaro apresenta também a necessidade de algumas intervenções que possibilitem a criação de novos espaços, melhoria do conforto e da segurança no estabelecimento. Desta forma, as propostas para este estabelecimento são as seguintes:

- 1 – Criação de um espaço para o desenvolvimento de actividades de prolongamento de horário;**
- 2 – Instalação de um sistema de climatização** que permita aumentar o conforto para toda a comunidade escolar face às temperaturas baixas de Inverno e elevadas de Verão;
- 3 – Elaboração de um Plano de Evacuação** acautelando a segurança da comunidade escolar em caso de emergência;
- 4 – Instalação de Sistema de Alarme e Sistema de Segurança** (vídeo vigilância) que permita assegurar a segurança do estabelecimento durante o período nocturno.

5.6 – Proposta de melhoria do acesso a Novas Tecnologias de Informação

Em alguns dos estabelecimentos de ensino do município de Sousel, verificou-se que existiam algumas situações em que o número de computadores e ligações à Internet eram insuficientes ou que os computadores existentes se encontravam desactualizados.

Com o objectivo de proporcionar às crianças e alunos uma maior integração na Sociedade da Informação, propõe-se as seguintes medidas para a rede escolar do município de Sousel:

- Para a EB1/JI de Cano:

- Aquisição de material informático, aumento do n.º de Computadores, visto só o edifício B possui sala de informática. Aumentar o n.º computadores com ligação à Internet.

- Para a EB1/JI de Casa Branca:

- Aquisição de material informático, aumento do n.º de Computadores.

- Para a EB1 de Santo Amaro:

- Aumento do n.º de Computadores disponíveis, bem como de ligações à Internet.

- Para a EB1/JI de Sousel:

- Aumento do n.º de Computadores disponíveis, bem como de ligações à Internet.

- Para o JI Santa Casa da Misericórdia de Sousel:

- Aumento do n.º de Computadores disponíveis, estabelecer ligações à Internet.

6 - Monitorização

A Carta Educativa do município é um documento estratégico com um determinado período de vigência, ao fim do qual ambiciona que certos objectivos tenham sido alcançados. No entanto, e acima de tudo, é um processo em constante reorientação face à natural evolução da realidade local e nacional. Traçados esses objectivos, é fundamental estabelecer uma metodologia de medição do seu grau de execução, tarefa indispensável à gestão do sistema educativo local e prolongamento natural da necessária avaliação da política educativa local.

Tendo por base um projecto curricular local que abraça o desenvolvimento integral do aluno numa sociedade cada vez mais tecnológica e multicultural, possibilitando, ao mesmo tempo, o envolvimento da comunidade local através da divulgação de informação adequada e rigorosa a vida escolar no município e em cada escola.

6.1 - Processo de Monitorização

Será necessário dotar a Câmara Municipal de um instrumento que possibilite um melhor acompanhamento do desenvolvimento de políticas constantes na Carta Educativa, bem como do seu envolvimento ao nível dos vários serviços de que é responsável na área educativa: **Sócio-Educativas** (Transportes escolares, ASE, intervenções recreativas e culturais complementares, almoços e prolongamentos do Pré-escolar, funcionários auxiliares de acção educativa); **Protecção Civil e Segurança** (relações Câmara/ Protecção Civil/ Centro de Saúde, existência e fornecimento de extintores e outros materiais de segurança); **Património** (edificado escolar e outros equipamentos); **Obras** (manutenção do edificado escolar, relação com as juntas de freguesia); **Culturais** (existência de projectos culturais e de promoção da educação, cedência de espaços para actividades culturais e/ou escolares); **Gabinete de Apoio ao Planeamento Educativo** (carta escolar, recepções ao professor, agenda do professor, existência do Município Municipal de Educação) e **Actividades Desportivas**.

Assim deverá constituir-se uma rede de informação que forneça uma dupla utilização:

- A monitorização/ avaliação do sistema educativo local por parte da Câmara Municipal, bem como, a disponibilização de informação aos munícipes.
- Para as escolas, permitir a monitorização do seu desempenho.

Este processo deverá assentar numa plataforma, que sistematize a recolha e organização da informação em suporte digital, através da constituição de uma base de dados onde constarão as informações introduzidas pelas escolas e serviços da Câmara Municipal. Toda a informação deverá ser, obrigatoriamente, actualizada até a uma data limite a definir entre as várias instituições envolvidas (terá, assim, de existir um compromisso entre estas mesmas instituições). Depois de actualizada, essa base de dados, permitiria a ligação a um Sistema de Informação Geográfica e o desenvolvimento de um trabalho projectivo que, indubitavelmente, permitirá melhorar continuamente (de ano lectivo para ano lectivo) a rede escolar municipal.

No final de cada ano lectivo será produzido um relatório de diagnóstico do sistema educativo local. A partir desse relatório, será desenvolvida uma reflexão avaliativa em sede de Conselho Municipal de Educação acerca do desenvolvimento da carta educativa, propondo os ajustes estratégicos considerados pertinentes face ao diagnóstico traçado.

A monitorização da Carta Educativa deve ser um processo de responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação. Por isso, o organismo naturalmente vocacionado para esse efeito é o Conselho Municipal de Educação. Será em sede deste órgão, como já anteriormente foi referido, que irão ter lugar as reflexões avaliativas acerca da implementação da carta educativa, um “tomar do pulso” à realidade educativa com vista à garantia de um sistema de qualidade e adequado às necessidades locais, fruto de uma ampla discussão por parte de todos os actores envolvidos.

Bibliografia

- Câmara Municipal de Sousel (199?), *Plano Director Municipal de Sousel*, Sousel.

- CORAGEM, C.; MARTINS, E.; OLIVEIRA, B. (2000); *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*; Ministério da Educação; Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento; Lisboa.2000;

- CORAGEM, C.; MARTINS, E.; OLIVEIRA, B. (2000); *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*; Ministério da Educação; Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento; Lisboa.

- DGOTDU – Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002) – *Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos*, Lisboa.

- DREA – Direcção Regional De Educação Do Alentejo (2004) – *Evolução da População Escolar do Alentejo 1996-2004*, Évora.

- DREA – Direcção Regional De Educação Do Alentejo (2004) – *Projeções Demográficas da População Escolar*, Évora.

- INE – Instituto Nacional De Estatística – Portugal.
 - *X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*
 - *Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000*

Sites consultados:

- DEB – Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação:
<http://www.deb.min-edu.pt/Nep/default.htm>.
- INE – Instituto Nacional De Estatística: <http://www.ine.pt/>
- GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo:
<http://www.giase.min-edu.pt/>

ANEXOS

Anexo A – Critérios de Planeamento

<p>Irradiação</p>	<p>A irradiação de uma escola (distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Os valores de irradiação variam em função do nível etário dos alunos e dos meios de deslocação utilizados.</p> <p>Na prática, o estabelecimento daqueles valores (e a consequente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo (orografia, clima, vias de comunicação, rede de transportes) por forma a garantir aos alunos condições adequadas de segurança e de conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem.</p> <p>No quadros das páginas seguintes são definidos para cada tipo de estabelecimento de ensino e consoante o meio de deslocação a utilizar, valores preferenciais e máximos de distância e de tempo de percurso escola-habitação.</p>
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Designa-se por população base o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola.</p> <p>A população a escolarizar é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino.</p> <p>A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões de evolução demográfica a médio prazo relativas à área em estudo.</p> <p>O cálculo da população a escolarizar deverá também analisar factores locais susceptíveis de influenciar positiva ou negativamente a procura (os locais de trabalho da população adulta com filhos em idade escolar, o grau de atracção de escolas próximas, etc.).</p> <p>A título indicativo, os quadros das páginas seguintes apresentam, relativamente a determinadas populações a escolarizar, valores de população base calculados a partir de intervalos percentuais médios de grupos etários no território continental (Censos de 1991).</p>

Critérios de programação	<p>Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade.</p> <p>São apresentados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regime de funcionamento das escolas; - Valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de alunos por turma; - O leque total ou parcial de capacidades e lotações das escolas.
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidades de estabelecimentos de educação e ensino.</p> <p>Os indicadores relativos às instalações interiores e exteriores cobertas para a disciplina de Educação Física são apresentados separadamente, em quadros próprios.</p> <p>Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.</p>
Critérios de localização	<p>Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos; - Requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente; - Infra-estruturas básicas; - Características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidades de vizinhança.

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Anexo B – Critérios de planeamento: Ciclos de Ensino

Educação Pré-escolar – Faixa etária: dos 3 aos 5 anos

Critérios de Planeamento																			
Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola-habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pé (preferencial): até 15 minutos - Em transporte público (máximo aceitável): 20 minutos <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p> <p>Atendendo ao grupo etário em estudo, a distância entre o Jardim de Infância e os locais de residência ou de trabalho dos pais das crianças deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.</p>																		
População base e população a escolarizar	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4%-4,6%</p> <p>Mínimo (População base: 900 habitantes) - N.º de crianças: 20</p> <p>Máximo (População base: 3600 habitantes) - N.º de crianças: 150</p> <p>O número de habitantes foi calculado com base no princípio de que só cerca de 90% das crianças deste grupo etário frequenta o Jardim de Infância.</p> <p>A criação de Jardins de Infância com mais de três salas de actividade, aqui preconizados, restringe-se a situações mais particulares, nomeadamente, em territórios com elevados índices de habitantes por Km².</p>																		
Critérios de programação	<p>Número de crianças por educador: mínimo - 20 e máximo - 25</p> <p>1 sala de actividades por educador</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Jl</td> <td>2</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>5</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> </tbody> </table> <p>O processo de criação de um Jardim-de-infância com uma única sala de actividades deve, em regra, subordinar-se ao princípio geral de que o Jardim-de-infância deve ser integrado em escolas ou outros equipamentos sociais com os quais não seja incompatível.</p>	Refª.	Salas	Crianças	Jl	2	50	Jl	3	75	Jl	4	100	Jl	5	125	Jl	6	150
Refª.	Salas	Crianças																	
Jl	2	50																	
Jl	3	75																	
Jl	4	100																	
Jl	5	125																	
Jl	6	150																	

Critérios de dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 6 m ² /criança Área de terreno: 16 m ² /criança		
	Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)
	330	850	17,0
	450	1200	16,0
	580	1600	16,0
	700	2000	16,0
	830	2400	16,0
Critérios de localização	<p>Por regra, o Jardim-de-infância não deve situar-se na área de influência de outros sub-utilizados e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de educação ou ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - Com características geológicas que possibilitem a execução de funções directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.</p>		

Observações	<p>A rede nacional de educação Pré-Escolar, consagrada na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (lei n.º 5/97) e no Decreto-Lei n.º 147/97, engloba a rede de estabelecimentos públicos, privados e de solidariedade social, competindo ao Ministério da Educação a sua tutela pedagógica.</p> <p>Para o alargamento e expansão da rede nacional de educação Pré-Escolar foi igualmente elaborado um conjunto de diplomas que, desenvolvendo aspectos da Lei-Quadro e do Decreto-Lei, regulamentam e explicitam critérios para a sua execução.</p> <p>O Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto, define critérios pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação Pré-Escolar cuja consulta se torna igualmente indispensável para a elaboração de cartas educativas.</p> <p>*Ab- Área bruta de construção.</p> <p>*Terreno- Áreas de terreno (inclui campo de jogos e recreio coberto).</p> <p>Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.</p>
--------------------	---

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

1º Ciclo do Ensino Básico – Faixa etária: dos 6 aos 9 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percurso escola-habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pé: distância preferencial até 1 km ou 15 minutos e máximo aceitável até 1,5 km ou 30 minutos - Em transporte público: até 40 minutos 																		
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 6 aos 9 anos: 4,0%-6,7%</p> <p>Mínimo:</p> <p>População base: 2000 habitantes População a escolarizar: 80alunos (4 turmas)</p> <p>Máximo:</p> <p>População base: 4500 habitantes População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>																		
<p>Crítérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento: turno único Número de alunos/sala: 20 a 25 alunos</p> <p>1 sala de aula/turma</p> <table border="1" data-bbox="451 1115 877 1254"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>8</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>12</td> <td>300</td> </tr> </tbody> </table> <p>A capacidade das escolas do 1º ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12 turmas.</p> <p>Não é aconselhável a criação de escolas apenas com o 1º ciclo do ensino básico. Sempre que possível, deve proceder-se à integração da escola do 1º ciclo com o jardim de infância e com os ciclos subsequentes do ensino básico.</p>	Refª.	Salas	Crianças	EB1	4	100	EB1	6	150	EB1	8	200	EB1	12	300			
Refª.	Salas	Crianças																	
EB1	4	100																	
EB1	6	150																	
EB1	8	200																	
EB1	12	300																	
<p>Crítérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 6,2 m²/criança Área de terreno: 18 m²/criança</p> <table border="1" data-bbox="451 1668 893 1904"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>640</td> <td>2200</td> <td>22,0</td> </tr> <tr> <td>930</td> <td>2700</td> <td>18,0</td> </tr> <tr> <td>1220</td> <td>3300</td> <td>16,5</td> </tr> <tr> <td>1700</td> <td>4400</td> <td>14,7</td> </tr> </tbody> </table> <p>As áreas indicadas referem-se a escolas só com o 1º ciclo e que não possam utilizar equipamentos existentes noutros estabelecimentos próximos, tais como bibliotecas, cantinas e instalações desportivas.</p>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	640	2200	22,0	930	2700	18,0	1220	3300	16,5	1700	4400	14,7
Ab*	Terreno**	Terr./al.																	
(m ²)	(m ²)	(m ²)																	
640	2200	22,0																	
930	2700	18,0																	
1220	3300	16,5																	
1700	4400	14,7																	

<p>Critérios de localização</p>	<p>A escola deve estar articulada com os outros estabelecimentos de ensino que constam da Carta Educativa, não devendo situar-se na área de influência de escolas do 1º ciclo subutilizadas e em bom estado de conservação.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correcta inserção no meio urbano, com proximidade a jardins públicos e equipamentos sociais, culturais ou educativos - Proximidade entre a escola e as residências dos alunos; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola; - Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
<p>Observações</p>	<p>*Ab- Área bruta de construção. *Terreno- Áreas de terreno (inclui campo de jogos e recreio coberto). Os valores indicados referem-se a terrenos com forma regular e declive até 5%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola com o 1º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-escolar – Faixa etária: dos 3 aos 9 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, a uma escola integrada estão associados tantos valores de irradiação quantos os níveis de educação e ensino que ela integra.</p> <p>Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Jardim de Infância- JI e Escola Básica do 1º Ciclo- EB1.</p>
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>A uma escola integrada estão associados tantos valores de população a escolarizar quantos os níveis de educação e ensino que integra.</p> <p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4%-4,6% 6 aos 9 anos: 4%-6,7%</p> <p>Mínimo: JI População base: 900 habitantes. N.º de crianças: 20 (1 sala) 1º C População base: 1000 habitantes População a escolarizar: 40alunos (2 turmas)</p> <p>Máximo: JI População base: 1800 habitantes N.º de crianças: 75 (3 salas) 1º C População base: 4500 habitantes População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>

<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Número de crianças/alunos por sala/turma:</p> <p>JI- 20 a 25</p> <p>1º C- 20 a 25</p> <p>1 sala de actividades ou sala de aula por grupo/turma</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>3 (2+1)</td> <td>75 (50+25)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>6 (4+2)</td> <td>150 (100+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>7 (4+3)</td> <td>175 (100+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>11 (8+3)</td> <td>275 (200+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>15 (12+3)</td> <td>375 (300+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Salienta-se que na escola EB1,JI não devem ser excedidas, por nível de educação e ensino, as capacidades e lotações máximas indicadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 salas de actividades para educação Pré-Escolar; - 12 salas de aula para o 1º ciclo do ensino básico. 	Refª.	Salas	Crianças	EB1,JI	3 (2+1)	75 (50+25)	EB1,JI	6 (4+2)	150 (100+50)	EB1,JI	7 (4+3)	175 (100+75)	EB1,JI	11 (8+3)	275 (200+75)	EB1,JI	15 (12+3)	375 (300+75)			
Refª.	Salas	Crianças																				
EB1,JI	3 (2+1)	75 (50+25)																				
EB1,JI	6 (4+2)	150 (100+50)																				
EB1,JI	7 (4+3)	175 (100+75)																				
EB1,JI	11 (8+3)	275 (200+75)																				
EB1,JI	15 (12+3)	375 (300+75)																				
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 5,5 m²/criança</p> <p>Área de terreno: 18 m²/criança</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>460</td> <td>1700</td> <td>22,6</td> </tr> <tr> <td>860</td> <td>2700</td> <td>18,0</td> </tr> <tr> <td>980</td> <td>3100</td> <td>17,7</td> </tr> <tr> <td>1500</td> <td>4200</td> <td>15,3</td> </tr> <tr> <td>1960</td> <td>5300</td> <td>14,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	460	1700	22,6	860	2700	18,0	980	3100	17,7	1500	4200	15,3	1960	5300	14,2
Ab*	Terreno**	Terr./al.																				
(m ²)	(m ²)	(m ²)																				
460	1700	22,6																				
860	2700	18,0																				
980	3100	17,7																				
1500	4200	15,3																				
1960	5300	14,2																				
<p>Critérios de localização</p>	<p>Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; 																					

	<ul style="list-style-type: none"> - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	<p>*Ab - Área bruta de construção.</p> <p>**Terreno – Áreas de terreno mínimas.</p> <p>Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos (EB2,3) – Faixa etária: dos 10 aos 14 anos

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola-habitação: A pé: Distância preferencial até 1,5 km ou 30 minutos Máximo aceitável 2,2 km ou 45 minutos Em transporte público: 60 minutos</p> <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p>															
População base e população a escolarizar	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo: População base: 3800 habitantes População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo: População base: 7900 habitantes População a escolarizar: 750 alunos (25 turmas)</p> <p>Máximo recomendado: População base: 6300 habitantes População a escolarizar: 600 alunos (25 turmas)</p>															
Crítérios de programação	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único</p> <p>Número de alunos /turma: Preferencial: 24 Máximo: 30</p> <p>a) 1 sala de aula/turma</p> <table border="1" data-bbox="491 1523 925 1724"> <thead> <tr> <th><i>Refª.</i></th> <th><i>Turmas</i></th> <th><i>Alunos</i></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB2,3</td> <td>10</td> <td>240-300</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>15</td> <td>360-450</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>20</td> <td>480-600</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>25</td> <td>600-750</td> </tr> </tbody> </table> <p>a) Em certos casos pode justificar-se a criação de uma escola EB2,3 com 20 alunos/turma. Os elevados custos de construção e de funcionamento de escolas com este limiar de alunos/turma, restringem contudo o seu campo de aplicação a situações muito peculiares (zonas isoladas, reduzida população a escolarizar, escolas pequenas - EB2,3/10T ou Escola Básica Integrada).</p>	<i>Refª.</i>	<i>Turmas</i>	<i>Alunos</i>	EB2,3	10	240-300	EB2,3	15	360-450	EB2,3	20	480-600	EB2,3	25	600-750
<i>Refª.</i>	<i>Turmas</i>	<i>Alunos</i>														
EB2,3	10	240-300														
EB2,3	15	360-450														
EB2,3	20	480-600														
EB2,3	25	600-750														

<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 8,2 m²/aluno Área de terreno: 26 m²/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab* (m²)</th> <th>Terreno** (m²)</th> <th>Terr./al. (m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3000</td> <td>8300</td> <td>27,7</td> </tr> <tr> <td>3800</td> <td>13300</td> <td>29,6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>15700</td> <td>26,2</td> </tr> <tr> <td>5800</td> <td>18200</td> <td>24,3</td> </tr> </tbody> </table> <p>As áreas brutas (Ab) indicadas correspondem a modelos padronizados de programas de espaços.</p> <p>Face às realidades locais e considerando a vantagem em promover a articulação funcional da escola com outros equipamentos, designadamente os desportivos, os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser aferidos caso a caso.</p>	Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)	3000	8300	27,7	3800	13300	29,6	5100	15700	26,2	5800	18200	24,3
Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)														
3000	8300	27,7														
3800	13300	29,6														
5100	15700	26,2														
5800	18200	24,3														
<p>Critérios de localização</p>	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrado o mesmo nível de ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica. 															

Observações	<p>*Ab- área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>*Terreno- Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p> <p>Nota – Os indicadores de referência para áreas de construção e de terreno por aluno (coluna 4) reportam-se a escolas com 30 alunos por turma.</p>
--------------------	--

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica Integrada (EB1, 2 e 3) – Faixa etária: dos 6 aos 14 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos. Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, à uma escola básica integrada estão associados dois valores de irradiação e duas áreas de drenagem, correspondentes aos dois grupos etários abrangidos pela escola. Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Escola Básica do 1º Ciclo - EB1 e Escola Básica dos 2º e 3º ciclos - EB2,3.</p>																				
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Na sequência do referido na coluna anterior sobre os valores de irradiação e as áreas de drenagem, à escola básica integrada estão associados também dois de população a escolarizar:</p> <p style="text-align: center;">Variação NUT III dos grupos etários (1991): 6 aos 9 anos: 4%-6,7% 10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo: 1º C População base: 2000 habitantes População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas) 2º e 3º C População base: 3800 habitantes População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo: 1º C População base: 3000 habitantes População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas) 2º e 3º C População base: 4700 habitantes População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)</p>																				
<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único</p> <p>Número de alunos /turma:</p> <p>1º C- 20 a 25 2º e 3º C- 24 a 30</p> <p>1 sala de aula/turma</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Refª.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB 2,3</td> <td>14</td> <td>400</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(4+10)</td> <td>(100+300)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>EB 2,3</td> <td>23</td> <td>650</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(8+15)</td> <td>(200+450)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Estes modelos de escolas correspondem às capacidades mínima e máxima da EB 2,3.</p>		Refª.	Turmas	Alunos	EB 2,3	14	400			(4+10)	(100+300)		EB 2,3	23	650			(8+15)	(200+450)	
	Refª.	Turmas	Alunos																		
EB 2,3	14	400																			
	(4+10)	(100+300)																			
EB 2,3	23	650																			
	(8+15)	(200+450)																			

<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 8,2 m²/aluno Área de terreno: 24 m²/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3500</td> <td>10000</td> <td>25,0</td> </tr> <tr> <td>4900</td> <td>15000</td> <td>23,0</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	3500	10000	25,0	4900	15000	23,0
Ab*	Terreno**	Terr./al.											
(m ²)	(m ²)	(m ²)											
3500	10000	25,0											
4900	15000	23,0											
<p>Critérios de localização</p>	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrado o mesmo nível de ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica. 												
<p>Observações</p>	<p>*Ab- Área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>**Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação Física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>												

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EB1,2,3,JI) – Faixa etária: dos 3 aos 14 anos

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, à uma escola básica integrada estão associados dois valores de irradiação e duas áreas de drenagem, correspondentes aos dois grupos etários abrangidos pela escola.</p> <p>Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Jardim de Infância – JI, Escola Básica do 1º Ciclo – EB1 e Escola Básica dos 2º e 3º ciclos - EB2,3.</p>
População base e população a escolarizar	<p>À semelhança do já referido sobre os valores de irradiação e as áreas de drenagem, à escola básica integrada com jardim-de-infância, estão associados tantos valores de população base e de população a escolarizar, quantos os grupos etários abrangidos pela escola.</p> <p>Varição NUT III dos grupos etários (1991):</p> <p>3 aos 5 anos: 2,4%-4,6%</p> <p>6 aos 9 anos: 4%-6,7%</p> <p>10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo:</p> <p>JI População base: 1800 habitantes N.º de crianças: 40 (2 salas) 1º C População base: 2000 habitantes População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas) 2º e 3º C População base: 3800 habitantes População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo:</p> <p>JI População base: 1800 habitantes N.º de crianças: 75 (3 salas) 1º C População base: 3000 habitantes População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas) 2º e 3º C População base: 4700 habitantes População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)</p>

<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único</p> <p>Número de crianças/alunos por sala/turma:</p> <p>JI- 20 a 25</p> <p>1º C- 20 a 25</p> <p>2º e 3º C- 24 a 30</p> <p>1 sala de actividade ou sala de aula por grupo/turma.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas ou Turmas</th> <th>Crianças ou Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1,2,3,JI</td> <td>16 (4+10+2)</td> <td>450 (100+300+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1,2,3JI</td> <td>26 (8+15+3)</td> <td>725 (200+450+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estes modelos de escolas correspondem às capacidades mínima e máxima da escola integrada.</p>	Refª.	Salas ou Turmas	Crianças ou Alunos	EB1,2,3,JI	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)	EB1,2,3JI	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)			
Refª.	Salas ou Turmas	Crianças ou Alunos											
EB1,2,3,JI	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)											
EB1,2,3JI	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)											
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 8 m²/aluno</p> <p>Área de terreno: 23 m²/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3800</td> <td>10600</td> <td>23,6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>16000</td> <td>22,1</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	3800	10600	23,6	5100	16000	22,1
Ab*	Terreno**	Terr./al.											
(m ²)	(m ²)	(m ²)											
3800	10600	23,6											
5100	16000	22,1											
<p>Critérios de localização</p>	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. 												

	Incompatibilidades: <ul style="list-style-type: none">- Vizinhanças insalubres ou perigosas;- Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	<p>*Ab- Área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>**Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação Física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

**Anexo C – Propostas de Reordenamento –
Fichas das Propostas de Intervenção**

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL**FICHA DE INTERVENÇÃO****Identificação:**

001/ Souсел

Designação:**Intervenções na EB1/JI do Cano****Descrição:**

Com o objectivo de equipar este estabelecimento com todos os equipamentos necessários a proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, existem diversas necessidades que devem ser tidas em contas.

Assim, propõe-se:

- Colocação de Vedação.
- Melhoramento do Espaço de Recreio e colocação de material lúdico, no Jardim de Infância e EB1.
- Remodelação de uma Sala Polivalente- Biblioteca no Centro de Recursos, incluindo gabinetes/ateliers de apoio.
- Sistema de Climatização
- Elaboração de um Plano de Evacuação
- Melhoramento das Passadeiras
- Instalação de Sistema de Alarme, Sistema de Segurança (Vídeo Vigilância) e segurança contra incêndios no jardim de Infância e Centro de Recursos.
- Remodelação- beneficiação dos blocos de instalações sanitárias /Jardim de Infância, Centro de Recursos, deficientes).
- Bancada de Expressão Plástica na sala de actividades do Jardim de Infância.
- Limpeza das coberturas e pequenas reparações nos Edifícios do Jardim de Infância e Centro de Recursos.
- Rampas na EB1, Jardim de Infância e Centro de Recursos.
- Implantação de portas e caixilhos novos no Jardim de Infância e Centro de Recursos.
- Remodelação-implantação de sistemas de drenagem nos recintos exteriores.
- Apetrechamento de mobiliário e material didáctico.

Estratégias em que se insere:

Adequar o Parque Escolar às novas necessidades

Articulações:

Prioridade:

1

Responsabilidade:

Autarquia

Investimento Previsto:

375.000 € (Trezentos e Setenta e Cinco Mil Euros)

Informações Complementares:

Existem quatro edifícios em dois recintos escolares:

- Recinto EB1- 2 edifícios – 1 escolar e 1 cantina
- Recinto JI- 1 edifício escolar- 1 edifício do Centro de Recursos/Biblioteca

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL**FICHA DE INTERVENÇÃO****Identificação:**

002/ Sousel

Designação:**Intervenções na EB1 de Santo Amaro****Descrição:**

Com o objectivo de equipar este estabelecimento com todos os equipamentos necessários a proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, existem diversas necessidades que devem ser tidas em contas.

Assim, propõe-se:

- Criação de um refeitório neste estabelecimento que pudesse servir também o JI de Santo Amaro.
- Criação de um espaço de Sala Polivalente- Biblioteca
- Instalação de Sistema de Climatização
- Elaboração de um Plano de Evacuação
- Instalação de Sistema de Alarme, Sistema de Segurança (Vídeo Vigilância) e segurança contra incêndios.

Estratégias em que se insere:

Adequar o Parque Escolar às novas necessidades

Articulações:

Prioridade:

2

Responsabilidade:

Autarquia

Investimento Previsto:

130.000 € (Cento e Trinta Mil Euros)

Informações Complementares:

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL**FICHA DE INTERVENÇÃO****Identificação:**

003/ Sousel

Designação:**Intervenções na EB1/JI de Casa Branca****Descrição:**

Com o objectivo de equipar este estabelecimento com todos os equipamentos necessários a proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, existem diversas necessidades que devem ser tidas em contas.

Assim, propõe-se:

- Criação de um espaço para Sala Polivalente e Centro de Recursos com Biblioteca.
- Sistema de Climatização
- Elaboração de um Plano de Evacuação
- Instalação de Sistema de Alarme, Sistema de Segurança (Vídeo Vigilância) e segurança contra incêndios.

Estratégias em que se insere:

Adequar o Parque Escolar às novas necessidades

Articulações:

Prioridade:

4

Responsabilidade:

Investimento Previsto:

280.000 € (Duzentos e Oitenta Mil Euros)

Informações Complementares:

A criação de um espaço para Sala de Convívio e Centro de Recursos, implica também a rentabilização dos recursos que passa pelo funcionamento da escola num único edifício. Os 2 existentes são distantes. Pelo que esta obra terá custos mais elevados.

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

004/Sousel

Designação:

Construção de uma EBI/JI

Descrição:

No intuito de substituir a actual EB2/3, a funcionar num espaço pré-fabricado, actualmente com grandes problemas de conservação e de espaço, nomeadamente, problemas de saneamento, infiltrações, deterioração do polidesportivo descoberto, inexistência de balneários, laboratório de Física/Química e falta de gabinetes de apoio, prevê-se a **criação de raiz de uma EBI/JI em Sousel.**

A criação desta nova escola, vem não só substituir a EB2/3, mas possibilitar a integralidade do percurso escolar na sede do Município e reduzir os custos de conservação e manutenção da EB1/JI em termos futuros.

Uma localização possível seria junto do centro de saúde e dos equipamentos desportivos municipais (Piscina e polidesportivo) que já são utilizados no desenvolvimento de actividades desportivas pelos alunos o que facilitaria igualmente o seu acesso.

Esta deverá ser dimensionada de forma a dar resposta às várias valências já existentes e as futuras, como é o caso do espaço necessário ao Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Estratégias em que se insere:

<p>Melhoria das condições oferecidas</p> <p>Integralidade do Percurso Escolar</p>

Articulações:

--

Prioridade:

<p>1</p>

Responsabilidade:

--

Investimento Previsto:

<p>5.000.000 (Cinco milhões de euros)</p>
--

Informações Complementares:

<p>Devido a este novo estabelecimento integrar os alunos da EB1/JI de Sousel, não serão propostas novas intervenções na EB1/JI de Sousel.</p>

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL**FICHA DE INTERVENÇÃO****Identificação:**

005/ Sousel

Designação:**Intervenções na JI de Santo Amaro****Descrição:**

Com o objectivo de equipar este estabelecimento com todos os equipamentos necessários a proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, existem diversas necessidades que devem ser tidas em contas.

Assim, propõe-se:

- Criação de um espaço para desenvolvimento das actividades do prolongamento de horário.
- Elaboração de um Plano de Evacuação
- Instalação de Sistema de Alarme, Sistema de Segurança (Vídeo Vigilância) e segurança contra incêndios.

Neste estabelecimento não existe também um espaço para as refeições, no entanto, esta lacuna será colmatada com a criação do refeitório previsto para a EB1 de Santo Amaro (Proposta 002/Sousel).

Estratégias em que se insere:

Adequar o Parque Escolar às novas necessidades

Articulações:

Prioridade:

3

Responsabilidade:

Investimento Previsto:

150.000 € (Cento e Cinquenta Mil Euros)

Informações Complementares:

A obra necessária para a criação de um espaço para o desenvolvimento do prolongamento de horário irá implicar intervenções significativas, o que justifica o custo previsto.

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SOUSEL**FICHA DE INTERVENÇÃO****Identificação:**

006/Sousel

Designação:**Proporcionar/ melhorar acesso a Novas Tecnologias de Informação****Descrição:**

Foram detectados alguns estabelecimentos em que o número de computadores era insuficiente ou os existentes se encontravam desactualizados e não existiam ligações à Internet.

Assim, propõe-se:

- EB1/JI de Cano:
 - Aquisição de material informático, aumento do n.º de Computadores, visto só o edifício B possui sala de informática. Aumentar o n.º computadores com ligação à Internet.

- EB1/JI de Casa Branca:
 - Aquisição de material informático, aumento do n.º de Computadores.

- EB1 de Santo Amaro:
 - Aumento do n.º de Computadores disponíveis, bem como de ligações à Internet.

- EB1/JI de Sousel:
 - Aumento do n.º de Computadores disponíveis, bem como de ligações à Internet.

- JI Santa Casa da Misericórdia de Sousel:
 - Aumento do n.º de Computadores disponíveis, estabelecer ligações à Internet.

Estratégias em que se insere:

Novas Tecnologias de Informação

Articulações:

Prioridade:

1

Responsabilidade:

Investimento Previsto:

36.000 € (Trinta e Seis Mil Euros)

Informações Complementares:

Prevê-se com esta proposta conseguir um rácio de 1 computador por 3 alunos.

Anexo D – Legislação Consultada

- Decreto - Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro: Transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);
- Lei 46/86 de 14 de Outubro: Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88: Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Decreto - Lei n.º 108/88 de 31 de Março: Regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na Rede Escolar para efeitos de ordenamento desta;
- Despacho n.º 33/ME/91 de 26 de Março: Define as tipologias de estabelecimentos de educação e ensino;
- Decreto - Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto: Regula a integração dos alunos portadores de deficiência nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis básico e secundário;
- Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro: Lei - quadro da Educação Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril: Define regras para a extinção dos postos de ensino básico mediatizado;
- Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho: Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;
- Decreto - Lei n.º 147/97 de 11 de Junho: Consagra o regime jurídico do desenvolvimento da educação Pré-Escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação Pré-Escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho: Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos;
- Despacho Conjunto n.º 123/97 de 7 de Julho: Tem como objectivo assegurar o efectivo cumprimento da escolaridade básica de nove anos por todos os jovens associados a uma qualificação profissional certificada de nível II;
- Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho: Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos.
- Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto: Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;

- Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto: Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 291/97 de 4 de Setembro: Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro: Estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores;
- Decreto - Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro: Estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior;
- Decreto - Lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril: Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 115/98 de 4 de Maio: Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos ensinos básicos e secundário;
- Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto: Lei das Finanças Locais. Estabelece o regime financeiro dos Municípios e das freguesias;
- Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro: Estabelece o quadro de transferência das atribuições e competências das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Decreto - Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro: Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- Decreto Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto: Define as condições necessárias à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas do ensino básico;
- Decreto - Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro: Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Anexo E – Inquérito efectuado às escolas

Levantamento do Parque Escolar

Identificação: _____

Localização: _____

Tutela: Público Privado

Regime de funcionamento: Normal Desdobramento

Área de irradiação: Lugar Freguesia Município

Tipo de instalações

	Sim	Não
Próprias		
Adaptadas		
Provisórias		
Pré-fabricado		
Com anexos pré-fabricados		

Ano de construção: _____

Tipo de projecto: _____

Estado de conservação

	Bom	Razoável	Mau
Interior			
Exterior			

N.º de Alunos

	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
N.º de alunos inscritos				
Capacidade de alunos				
N.º de turmas				

Dimensão/Capacidade (n.º de salas)

	N.º	Conservação	Observações
Salas			
Salas específicas			
Trabalhos manuais			
Oficinas/trabalhos oficinas			
Laboratórios/salas de ciências			

Instalações complementares

	Sim	Não - Local de funcionamento	Estado de conservação	Observações
Espaços de apoio				
Recreio				
Jardim				
Bar				
Cozinha				
Refeitório/Cantina				
Biblioteca				
Sala de convívio				
Instalações desportivas				
Ginásio				
Campo polidesportivo descoberto				
Tanque de aprendizagem				
Balneários				
Outros				
ATL				

Utilização das instalações

Utilização de outros equipamentos complementares fora do recinto escolar

Instituição: _____

Tipo de equipamento: _____

Frequência: Diária Semanal Quinzenal Mensal Outra _____

Localização: _____

Utilização do espaço escolar por instituições da Comunidade

Espaços escolares: _____

Instituições: _____

Frequência: Diária Semanal Quinzenal Mensal Outra _____

Saneamento, redes de infra-estruturas e comunicações

	Sim	Não	Conservação	Observações
Sanitários				
Água				
Electricidade				
Esgotos				
Aquecimento				
Telefone				
Computadores	N.º			
Internet				

Segurança

	Sim	Não	Observações
Sistema de alarme			
Saídas de emergência			
Plano de evacuação			
Guarda nocturno			
Sinalização			
Passadeiras			

Acessibilidade

Pedonal: Tempo de deslocação: Mínimo _____ Máximo _____

Transporte público: Sim Não

Tempo de deslocação: Mínimo _____ Máximo _____

N.º de docentes: _____

N.º de auxiliares: _____

Outras observações:
